



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE

LUDYMILA DE MOURA BORGES SANTANA

GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
Uma análise da parceria entre UDF E TJDFT

BRASÍLIA – DF

2024

LUDYMILA DE MOURA BORGES SANTANA

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:**

Uma análise da parceria entre UDF e TJDF

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro

BRASÍLIA – DF

2024

LUDYMILA DE MOURA BORGES SANTANA

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:**

Uma análise da parceria entre UDF e TJDF

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro

Aprovada em 16 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosamaria Giatti Carneiro
Presidente
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dr. Everton Luís Pereira
Membro interno
Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Raíssa Jeanine Nothafft
Membro externo
Universidade Federal da Bahia – UFBA

BRASÍLIA – DF

2024

Dedico este trabalho aos meus filhos, Gabriel e Bianca, e ao meu esposo Leonardo, que toleraram minhas ausências. Aos meus pais, Vilson e Edite, e a minha sogra Vilma, que me incentivaram e apoiaram em todos os momentos. Por fim, dedico a todos profissionais envolvidos neste trabalho com Autores de Violência.

AGRADECIMENTOS

É difícil escrever esta parte do trabalho, pois não quero esquecer e nem ser injusta com tantas pessoas que fizeram parte desta construção. Agradecimentos presenciais sempre existiram, nunca deixei de fazer a nenhum dos envolvidos, desde já peço desculpas por algum esquecimento.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de viver este momento de crescimento profissional e pessoal. Hoje tenho a certeza de que me tornei uma pessoa e uma profissional melhor, com um olhar diferente para o fenômeno da violência.

Agradeço aos meus familiares, ao meu esposo Leonardo que me apoia desde o início deste projeto, sempre me encorajando e acreditando no meu potencial. Agradeço aos meus filhos, Gabriel e Bianca, por terem suportado minhas ausências e impaciência por conta da caminhada Profissional e Acadêmica. Agradeço aos meus queridos pais, Wilson e Edite, que são sempre presentes e tenho orgulho de tê-los como exemplo de vida! A minha amada sogra, Vilma, que sempre ouve minhas queixas sem me julgar. A minha cunhada, Karina, pelo apoio e cuidado da minha filha em vários sábados de longa dedicação aos estudos. Aos meus irmãos, Thiago e Tatiana, que também auxiliaram nos cuidados com meus filhos e com apoio prestado. Agradeço a Ozair, a tia Zinha, que sempre me apoiaram nesta jornada, e a todos meus familiares envolvidos que sempre corroboram com o meu crescimento profissional.

Agradeço às amigas que o Centro Universitário UDF me presenteou: Nathalia Tostes, e outros que passaram por esta caminhada. Agradeço às amigas da Clínica de Autogestão, que me sinalizaram acerca da inscrição no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e me incentivaram desde o momento inicial dessa jornada, em especial a Samantha. Aos professores que em algum momento se dedicaram às leituras do meu projeto e à explicação sobre a área que eu estava adentrando. Aos colegas Psicólogos da Clínica Escola UDF que trabalham incessantemente neste projeto árduo e desafiador. À Coordenadora Adriana Melquiades que sempre me compreende e auxilia nas demandas de trabalho. À querida Professora Victoria, que contribuiu para o término desta dissertação, dedicando horas do seu tempo com apoio e sugestões. Agradeço ao Centro Universitário UDF e à ex-Reitora Beatriz Maria Eckert-hoff que fazem parte da minha carreira profissional, com muito aprendizado.

Quero, ainda, manifestar meu sincero agradecimento a minha orientadora Rosamaria, sempre paciente com minha escrita e me encorajando a cada encontro de orientação. E junto com ela, nos encontros coletivos, as colegas, Natalia, Susi, Vânia e Daiana, contribuindo com as leituras e considerações para melhorar ainda mais minha dissertação. Agradeço aos entrevistados, em especial aos Juízes Josmar e Gislaine, com meus sinceros sentimentos de gratidão e admiração, pois sempre me incentivaram na construção deste trabalho. Por fim, agradeço aos servidores do TJDFT envolvidos na articulação deste trabalho, e também aos alunos do UDF.

Muito obrigada!

EPÍGRAFE

Ao longo do tempo as informações se sustentam.

RESUMO

O Programa para Autores de Violência contra a Mulher é fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Centro Universitário UDF. São Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica compostos por homens acusados de Violência contra a Mulher, com a intenção de responsabilização do ato violento, desnaturalização da violência e construção da equidade de gênero. A violência doméstica contra a mulher no Brasil é entendida como um problema de saúde pública. Em 2023 foram 1.463 vítimas de feminicídio, o maior número da série histórica no Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar os grupos reflexivos para autores de Violência Doméstica, realizados pela parceria entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Centro Universitário UDF, através das percepções, significados, e experiências dos homens dentro do grupo, a fim de compreender o que os homens pensam sobre o grupo e sobre a Violência contra a Mulher, assim como os processos de intervenção pelos técnicos participantes. Na metodologia desta pesquisa, foi utilizada a coleta de dados, por meio da observação participante nos grupos durante seis encontros, um por semana, entre os meses de julho e agosto/ 2023, além de aplicadas entrevistas semiestruturadas voltadas para temáticas de violência, responsabilização, grupos reflexivos e naturalização com os homens autores e outros envolvidos no programa (psicólogos e juizes) de acordo com referencial teórico sobre grupos reflexivos (período: julho/2023 até fevereiro/2024). Foram realizadas de forma remota, pela plataforma Microsoft Teams, quinze entrevistas (2 juizes, 11 Homens autores e 2 psicólogos e facilitadores do grupo em questão). Para apreciação e análise do material de campo, foi realizada análise de conteúdo temático na perspectiva de Bardin para categorização dos dados coletados. Conclui-se, ao final dos encontros que os grupos reflexivos e seus respectivos programas devem atender algumas ressalvas para serem melhor utilizados nesta proposta de combate à violência, pois devem seguir critérios de funcionamento para cumprir seus objetivos, entre eles: observar quantidade de encontros, treinamento de profissionais, aprofundamento em temas de gênero, masculinidades e feminismo, avaliando possíveis impedimentos para profunda reflexão e responsabilização, sendo alguns deles: resistência dos participantes, dificuldade de desintegrar papéis e ainda ter uma visão binarista e não relacional da violência.

Palavras-chave: Grupo Reflexivo; Violência contra a Mulher; Autor de Violência.

ABSTRACT

The Program for Perpetrators of Violence against Women is the result of a partnership between the Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDFT) and the UDF University Center. These are Reflective Groups for Perpetrators of Domestic Violence made up of men accused of violence against women, with the intention of making the violent act accountable, denaturalizing violence and building gender equality. Domestic violence against women in Brazil is seen as a public health problem. In 2023 there were 1,463 victims of femicide, the highest number in Brazil's historical series. The aim of this study is to analyze the reflective groups for perpetrators of Domestic Violence, carried out by the partnership between the Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDFT) and the UDF University Center, through the perceptions, meanings and experiences of the men within the group, in order to understand what the men think about the group and about Violence against Women, as well as the intervention processes by the participating technicians. This research methodology used data collection through participant observation in the groups during six meetings, one per week, between the months of July and August 2023, as well as semi-structured interviews focused on the themes of violence, accountability, reflective groups and naturalization with the male perpetrators and others involved in the program (psychologists and judges) in accordance with the theoretical framework on reflective groups (period: July/2023 to February/2024). Fifteen interviews were conducted remotely using the Microsoft Teams platform (2 judges, 11 male authors and 2 psychologists and facilitators of the group in question). In order to assess and analyse the field material, thematic content analysis from Bardin's perspective was carried out to categorize the data collected. At the end of the meetings, it was concluded that the reflective groups and their respective programs must meet certain criteria in order to be better used in this proposal to combat violence, as they must follow operating criteria in order to meet their objectives, including: observing the number of meetings, training professionals, delving into gender issues, masculinities and feminism, assessing possible impediments to deep reflection and accountability, some of which are: resistance on the part of the participants, difficulty in disintegrating roles and still having a binarist and non-relational view of violence.

Keywords: Reflective Group; Violence against Women; Author of Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do tempo da violência como problema de saúde pública.....	256
Figura 2 – Taxas de homicídios feminino e feminicídios (2022)	311
Figura 3 – Linha do tempo dos grupos reflexivos de autores de violência no mundo	400
Figura 4 – Mapa das iniciativas de grupos reflexivos no Brasil em 2021.....	422
Figura 5 – Quantidade de autores atendidos no projeto.....	49
Figura 6 – Foto da sala que ocorrem os grupos.....	634
Figura 7 – Ciclo da Violência contra a mulher	92
Figura 8 – Motivação do Crime	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metodologia do programa UDF	59
Quadro 2 – Categorias e subcategorias previstas no roteiro semi-estruturado para os entrevistados do “Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica” - Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), DF, 2023 – 2024.	66
Quadro 3 – Categorias iniciais e posteriores da pesquisa.....	68
Quadro 4 – Categorias posteriores de pesquisa com suas subcategorias a pós análise do material de campo, Grupos Reflexivos Autores de Violência, DF, 2023-2024.....	69
Quadro 5 – Sentimentos dos encontros.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de homicídios registrados de mulheres por UF (2012 a 2022)	19
Tabela 2 – Tipos de Agressão (2021, 2022 e 2023)	322
Tabela 3 – Número de entrevistados por integrante do “Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica” - Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), DF, 2023 – 2024.	65
Tabela 4 – Dados Sociodemográficos	711

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVD	Autor de Violência Doméstica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CEPIA	ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GRAVD	Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência
HAV	Homem Autor de Violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPU	Medidas Protetivas de Urgência
NAFAVD	Núcleo de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica
NAFAVD	Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica
NJM	Núcleo Judiciário da Mulher
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAISM	Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNRMAV Violência	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e
PNRMAV Violências	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e
PPVCDI Intrafamiliar	Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO.....	17
OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	21
1 CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL.....	22
1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	22
1.1.1 Violência no campo da Saúde Coletiva	22
1.1.2 Necessidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).....	30
1.1.3 Autores de violência doméstica contra a mulher.....	36
1.1.4 Grupos reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica no mundo e no Brasil	39
2 CAPÍTULO 2 - GRUPO NO DF: HISTÓRIA E PROPOSTA METODOLÓGICA	47
2.1 HISTÓRICO DA PARCERIA ENTRE O CENTRO UNIVERSITÁRIO UDF E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS (TJDFT)	47
2.2 TRABALHO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	51
2.2.1 FASES DA METODOLOGIA do grupo proposto pela UDF	59
3 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA.....	61
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	61
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	64
4 CAPÍTULO 4 – O QUE PENSAM OS HOMENS SOBRE O GRUPO REFLEXIVO PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	70
4.1 ENTREVISTADOS (QUEM SÃO ESSES HOMENS?).....	70
4.2 CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS	72
4.2.1 Autores e Violência.....	73
4.2.2 Autores e Responsabilidade.....	79
4.2.3 Autores e Sentimentos	83
4.2.4 Autores e educação.....	88
4.2.5 Autores e Grupos	94
4.2.6 Autores e Pós-Grupo: Depoimento e replicação do Aprendizado	101
4.3 FATORES A CONSIDERAR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	102
4.3.1 Álcool, Drogas e Violência.....	102
4.3.2 Dificuldade de entender o conceito de responsabilidade, naturalizando a violência	103
4.3.3 Mais encontros, para reflexões mais profundas.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	11010

APÊNDICES.....	116
APÊNDICE 1 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA	116
APÊNDICE 2- TCLE	117
APÊNDICE 3 – PRODUTO TÉCNICO.....	119
ANEXOS.....	135
ANEXO 1	135
ANEXO 2	136

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde – Mestrado Profissional - Universidade de Brasília. Saúde Coletiva é entendida como o campo de ações e saberes voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde das populações, respeitando suas diversidades (Nunes, 1994).

Este trabalho está organizado em introdução, objetivos, quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo é esclarecido o que é a violência na área da saúde, em destaque a violência contra a mulher; os Grupos Reflexivos no Brasil; e a importância destes círculos para a criação de uma rede de enfrentamento da violência contra a mulher, sobretudo a violência de gênero.

Em seguida, expõe-se a história do Grupo Reflexivo analisado nesta pesquisa. Vale ressaltar que esse programa com homens autores de Violência é fruto de uma parceria entre o Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com nove anos de dedicação e trabalho. Além disso, o projeto proporciona aprendizado e oportunidades de estágio para os alunos do curso de Psicologia do UDF envolvidos na iniciativa.

O terceiro capítulo aborda o aspecto metodológico utilizado nesta pesquisa, detalhando como foi realizada e quais instrumentos foram utilizados, bem como discorre sobre a análise do conteúdo bibliográfico que auxilia na construção do conhecimento. Importante destacar que quando se fala em metodologia, existem dois olhares, o primeiro da metodologia já utilizada no programa do UDF analisado nesta pesquisa, e o segundo da metodologia realizada por esta pesquisa, que é abordada neste capítulo.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada, refere-se à escuta ativa desses Homens autores de Violência, com as ideias e considerações importantes a respeito do tema violência contra a mulher e relacionamentos. Elucida quem são os homens entrevistados, o que pensam sobre a violência contra a mulher e como veem os Grupos Reflexivos.

As considerações finais delineiam a conclusão do trabalho, discorrem sobre perspectivas e considerações para os Grupos Reflexivos. Apontando a necessidade de novas pesquisas voltadas para o público de autores de violência e seus familiares.

INTRODUÇÃO

Segundo Birman (2005), o termo Saúde Coletiva surgiu para criticar o universalismo do saber médico, perfazendo um olhar mais abrangente do que a simples leitura feita pelo médico naturalista (registro biológico), isso ocorreu historicamente com a vinda da sociedade industrial. Assim como Nunes (2006), Birman (2005) afirma que as Ciências Sociais e Humanas começaram a questionar as categorias denominadas “normal”, “patológico” e “anormal”, resultando em efeitos em outros meios: “com a introdução das Ciências Humanas no campo da Saúde, reestrutura as coordenadas desse campo, destacando as dimensões simbólica, ética e política, de forma a relativizar o discurso biológico” (Birman, 2005, p. 13),

O mesmo autor reforça que a Saúde Coletiva caracteriza a interrupção do discurso biológico ter a exclusividade no campo da saúde. Com a Saúde Coletiva, o olhar se torna mais abrangente sobre o indivíduo e sua saúde. Nunes afirma que: “a partir do momento em que se foram consolidando as formas de tratar o coletivo, o social e o público, caminhou-se para entender a Saúde Coletiva como um campo estruturado e estruturante de práticas e conhecimentos, tanto teóricos quanto políticos” (Nunes, 2006, p. 27). Esse campo é amplo, com muitas áreas de atuação.

Em meados dos anos de 1950, o modelo biomédico sofria muitas críticas, pois visava o termo saúde-doença e era focado na hospitalização. Com a concepção da Saúde Coletiva surge uma nova preocupação biopsicossocial do ser, momento em que se iniciam trabalhos comunitários em diferentes perspectivas, também focados na ideia de prevenção. Por ser um campo multiparadigmático, que lida com vários paradigmas, consegue avaliar a necessidade e o objetivo de cada fenômeno; é também interdisciplinar, formado por diferentes disciplinas que se estendem das ciências naturais às sociais e humanas. Saúde coletiva é como um mosaico, para compreender este campo, amplo e complexo, é necessária uma visão além, uma visão profunda de cuidado (Nunes, 2006).

O autor ainda destaca que o campo da Ciências Sociais e Humanas é considerado fundamental para assimilar os processos da vida, em geral da subjetividade de cada indivíduo, buscando conteúdo em esferas do natural (fisiológico), social e o meio cultural. Tornando a área da saúde ampla que direciona olhar para o sujeito, seus pares, representações, e ações, sendo uma análise da saúde.

Olhar com esta lente das Ciências Sociais e Humanas em Saúde proporciona enxergar dimensões sociais em suas múltiplas relações, o que é fundamental para compreender fenômenos complexos dentro da Saúde, que não eram abrangidos no modelo antigo. No caso deste trabalho, será abordado o olhar para a violência em suas diferentes facetas (Nunes, 2006).

Será discutido neste estudo o quanto a violência contra a mulher pode estar naturalizada em nossa sociedade, muitas vezes é utilizada como força, comando e opressão. Intervir com os Homens Autores de Violência pode ser um meio eficaz para o enfrentamento dessa violência, promovendo reflexões que antes eles não tinham ideia, podendo realizar uma psicoeducação. Silva (2005) reforça que a conscientização é o primeiro passo para que as pessoas percebam que precisam se cuidar e realizar modificações, pois cada ser aprende de uma forma determinada, adaptando o aprendizado ao seu modo de viver.

Para Chauí (*apud* Gregori, 1993, p. 131), a violência pode ser a

expressão de uma “normalidade” social que converte diferenças em relações hierárquicas com fins de dominação, exploração e opressão. É também a ação que trata o sujeito como coisa, caracterizando-o pela inércia, pela passividade e pelo silêncio.

De outro lado, o termo Violência Contra a Mulher, por Lucena *et al.* (2016, p. 139), foi definido em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU em 1993, como:

qualquer ato de violência baseada no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher, incluídas ameaças de tais atos, a coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública quanto na privada.

Segundo Minayo *et al.* (2018), o combate à violência contra a mulher é uma das prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção de saúde e qualidade de vida, já que a violência traz grandes consequências para a saúde individual e coletiva, sobrecarregando os serviços de saúde, e isso pode ser reduzido. Para enfrentar e prevenir a violência contra a mulher, é fundamental a implementação de boas práticas e Políticas Públicas pelo Estado.

Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2023 foram 1.463 vítimas de feminicídio em todo o país, ou seja, 1,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil. O número é 1,6% maior que o registrado no ano de 2022, quando foram 1.440 vítimas, o que torna uma questão grave, visível e preocupante.

Desse modo, importa olhar para a violência como um problema de Saúde Coletiva, ocasionando propostas de melhorias, qualidade de vida e promoção da saúde das pessoas, em especial das mulheres, com um olhar de cuidado e por meio da implementação de Políticas Públicas, a fim de estabelecer novas formas de tratar este fenômeno. Quando se fala sobre a violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006) faz parte de todo esse percurso, representando um marco no desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para essa temática.

A violência é um assunto complexo e desafiador em nossa sociedade. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elabora, anualmente, um relatório com o auxílio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que fazem parte do Ministério da Saúde, com a finalidade de mostrar os dados de violência atuais, é o chamado Atlas da Violência.

Em se tratando da Violência contra a Mulher, os dados são alarmantes. No Brasil, em uma década morreram 48.289 mulheres assassinadas em razão do gênero (fato de ser mulher, do sexo feminino). Só no ano de 2022 foram 3.806 vítimas, esse índice representa 3,5 casos para um grupo de dez mil mulheres. Importante ressaltar o termo feminicídio, palavra cunhada pela socióloga Diana Russell no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, o conceito do termo é a morte da mulher pelo simples fato de ser mulher, ou seja, em razão de seu gênero.

No Brasil, o tema é abordado em várias legislações, incluindo o Código Penal, que em 2015 passou a incluir a Lei 13.104. Essa lei qualifica o homicídio doloso motivado pelo contexto de violência doméstica ou pela discriminação em razão do sexo/gênero da vítima, estabelecendo penas de 12 a 30 anos (alterado em outubro 2024). O neologismo surgiu para designar os assassinatos cometidos em função do gênero feminino, que envolvem violência doméstica e familiar, além do desprezo e discriminação devido à condição de a vítima ser mulher.

Em 10 de outubro de 2024, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.994, conhecida como "Pacote Antifeminicídio". Essa nova legislação estabelece um aumento nas penas para crimes contra a mulher, elevando a pena de feminicídio para 20 a 40 anos de prisão.

Tabela 1 – Número de homicídios registrados de mulheres por UF (2012 a 2022)

Brasil: Número de homicídios registrados de mulheres por UF (2012 a 2022)

	Número de homicídios registrados de mulheres											Variação %		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2012 a 2022	2021 a 2022	2017 a 2022
Brasil	4.729	4.769	4.836	4.621	4.645	4.936	4.519	3.737	3.833	3.858	3.806	-19,5%	-1,3%	-22,9%

Fonte: Atlas da Violência 2024

Segundo os dados do Atlas da Violência, a maioria das mortes de mulheres acontece dentro do lar dessas vítimas. Dado ratificado pela polícia em que cerca de 70% dos feminicídios, registrados, aconteceram dentro de suas residências (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), considerando, dessa forma, como violência de gênero. Esse termo surgiu no início dos anos 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil existem regiões menos ou mais violentas e, devido à sua dimensão, é importante compreender as especificidades e particularidades dessa violência, a fim de orientar a formulação de Políticas Públicas para redução e/ou interrupção das mortes de mulheres simplesmente pela razão de serem mulheres.

Várias são as iniciativas institucionalizadas criadas com o objetivo de enfrentamento da violência contra a mulher, dentre elas está o Programa para Autores de Violência contra a Mulher, fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Centro Universitário UDF. O Projeto é realizado por meio de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica compostos por homens acusados de Violência contra a Mulher, com a intenção de responsabilização do ato violento, desnaturalização da violência e construção da equidade de gênero. No período de 2015 a 2023 foram atendidos 2.861 autores de violência doméstica.

Esta dimensão problematiza os Grupos Reflexivos de Autores de Violência Doméstica e expõe sua importância para o tema. Eu, autora, trabalho há 9 anos dentro de um desses grupos e, neste momento, torna-se relevante querer olhar de outra forma para o Programa, não como a psicóloga que sou, mas como a futura sanitarista que vai avistar o grupo na sua forma crítica a partir das percepções desses homens, observando possíveis malefícios e benefícios do trabalho com Homens Autores de Violência Doméstica (HAVD).

Como dito, este trabalho de mestrado foi desenvolvido no Campo da Saúde Coletiva, sob a perspectiva das Ciências Sociais e Humanas em Saúde, em que fundamenta a importância e pertinência deste estudo, haja vista os fenômenos complexos da Violência contra a Mulher no contexto do processo saúde-doença.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo Geral

- Analisar as percepções e as experiências dos homens envolvidos no grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica do DF sobre essa prática grupal, seus benefícios e limitações.

Objetivos Específicos

- Apresentar dados quantitativos sobre a violência doméstica no Brasil e no DF;
- Descrever historicamente a parceria entre o TJDFT e a UDF;
- Caracterizar os processos de intervenção e a metodologia proposta pelo grupo reflexivo em questão;
- Ponderar sobre os limites e benefícios desses grupos.

1 CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Violência no campo da Saúde Coletiva

A violência é uma problemática discutida mundialmente. Seu conceito é polissêmico, possuindo vários significados. A definição utilizada neste trabalho será a da Organização Mundial da Saúde (OMS-2002), qual seja, violência como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, contra outra pessoa ou grupo ou, ainda, comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

A violência é o descumprimento de uma regra social; é uma manifestação da relação de poder, deixando quem a sofre sem autonomia, oprimido e impedido de manifestar suas vontades (Ferrari e Vecina, 2002, p. 79; Parada, 2017).

Nesta abordagem, trataremos da violência de gênero contra as mulheres. Há mulheres que sofrem, por muitas vezes, o ato violento na própria casa, local onde deveriam estar mais seguras e protegidas. Destaca-se ainda, sofrer esse ato por alguém que tem um vínculo afetivo (Schraiber, Oliveira e Couto, 2009).

Giffins (1994, p. 146) insere – na introdução do seu artigo com tema de Violência de gênero, sexualidade e saúde –, a ratificação do fato que demonstra ser a mulher mais vulnerável, já que no ambiente doméstico não existem muitas pessoas que possam defender e/ ou testemunhar a respeito de um ato violento enfrentado pela vítima:

Nas sociedades onde a definição do gênero feminino tradicionalmente é referida à esfera familiar e à maternidade, a referência fundamental da construção social do gênero masculino é sua atividade na esfera pública, concentrador dos valores materiais, o que faz dele o provedor e protetor da família. Enquanto nestas mesmas sociedades, atualmente, as mulheres estão maciçamente presentes na força de trabalho e no mundo público, a distribuição social da violência reflete a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher é perpetuada no âmbito doméstico, onde o agressor é, mais frequentemente, o próprio parceiro.

A resolução de uma violência, qualquer que fosse sua nuance, era um assunto direcionado apenas para a área de segurança pública ou, ainda, em alguns casos, para a Justiça. No ambiente doméstico, tinha o famoso ditado popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Nos anos de 1960 a 1970, tal violência começa a ser um fenômeno de discussão na Saúde Pública, isso porque chegavam as demandas de violência nos serviços de saúde.

O setor da saúde não tratava a violência como um tema relevante, sendo apenas espectador dos acontecimentos do dia a dia relacionados às violências em geral. Isso porque o fato não acontecia diretamente na saúde, apenas refletia nessa área, ou seja, era indiretamente direcionado.

A inserção do tema violência como pauta da Saúde foi lenta, tardia, e levou alguns anos para se consolidar. Minayo (2006) discute a violência como algo que possui uma forte carga emocional para quem a vivência de fato, quer seja cometendo-a, sofrendo-a e/ou presenciando-a. As pessoas envolvidas sempre sofrem um julgamento moral da sociedade e podem ter consequências deste ato nas suas vidas.

Para Ferrari e Vecina (2002), o fenômeno da violência pode ser discutido no âmbito social. As autoras afirmam que o mal muitas vezes é um fato explicado socialmente, podendo o agressor justificar o ato – de que o ser humano tem um comportamento inato de violência em si –, tal argumento pode ser uma barreira para a desnaturalização da violência, essa atitude não pode mais ser vista como normal (Minayo, 2006).

Arendt (1999), citada em Etayo (2011), discute o termo “normalidade” no sentido de que, no julgamento de Adolf Eichmann (desenvolvedor do holocausto nazista), as atrocidades do nazismo não foram percebidas tão mal como a sociedade as julgava. Dessa forma, é importante manter um olhar para a violência em dois sentidos: social (histórico) e individual (neste trabalho, o homem enquanto Autor de Violência Doméstica) (Ferrari e Vecina, 2002; Minayo, 2006).

Vale ressaltar que o patriarcado impregna o Estado, e pode ser mais uma barreira para o enfrentamento da violência contra a mulher, entendendo ter uma amplitude com força no meio social, conforme argumentado por Saffioti (2015, p. 57):

o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades

públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social.

Heise, Pitanguy e Germain (1994) comentam o quanto a violência é um assunto complexo e com raízes nas relações de poder voltadas para gênero, sexualidade, identidade e instituições sociais. E que muitas vezes o homem se sente no direito de dominar, como se fosse uma essência do ser masculino, essa ideia deve ser erradicada, tais dinâmicas sociais não devem se perpetuar.

Na década de 1960, Kempe e seus colaboradores (1985), pediatras americanos, iniciaram estudos sobre violência contra bebês e crianças, nomeando a “síndrome do bebê espancado”. Através desse estudo identificaram que a violência, neste caso contra a criança, poderia impedir o crescimento e desenvolvimento infantil saudável (Kempe *et al.*, 1985).

Então, em 1970, uma década depois, outros países, inclusive o Brasil, reconhecem os maus tratos (violência) como um grave problema de Saúde Pública, ampliando o tema para outros grupos, como mulheres e idosos, criando canais de denúncia e programas com o intuito de incentivar o reconhecimento de que a violência é um assunto público, e não mais de foro privado, isto é, dentro de casa (Minayo, 2006; Minayo e Souza, 1999; Kempe *et al.*, 1985).

No Brasil, durante a década de 1980, a violência entra nos debates de Saúde Pública. Dados epidemiológicos contribuíram para esse feito, já que as mortes resultantes de violência ou por acidente (“causas externas”) estavam em segundo lugar como causa da mortalidade no Brasil, sendo pessoas vítimas de violência na faixa etária de 5 a 49 anos, o que, sem dúvida, gera grande impacto na vida de cada um e conseqüentemente na coletividade. Em decorrência disso, a violência se tornou uma prioridade de Saúde Pública (Sarti, 2009).

Em 1990, oficialmente, a violência se consolida como um problema de Saúde Pública a partir do momento que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluem o tema como pauta internacional (Minayo, 2006). Ainda nesta década, constata-se oficialmente, em 1993, que a violência causa mortes prematuras; um ano depois, em 1994, aconteceu a Conferência da Saúde das Américas, evento que reuniu vários Ministros para discutirem o assunto (Minayo, 1994). Em 1997, a Organização Mundial de Saúde

(OMS) realizou Assembleia Mundial com todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo o assunto da violência como uma prioridade.

A Saúde Pública tem como objetivo proteger a saúde da população e combater a violência quando identificada em seu âmbito de atuação. Para isso, é essencial notificar o Estado por meio do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde do Brasil. Este sistema é destinado ao registro e monitoramento de doenças e agravos de notificação compulsória, incluindo casos de violência doméstica.

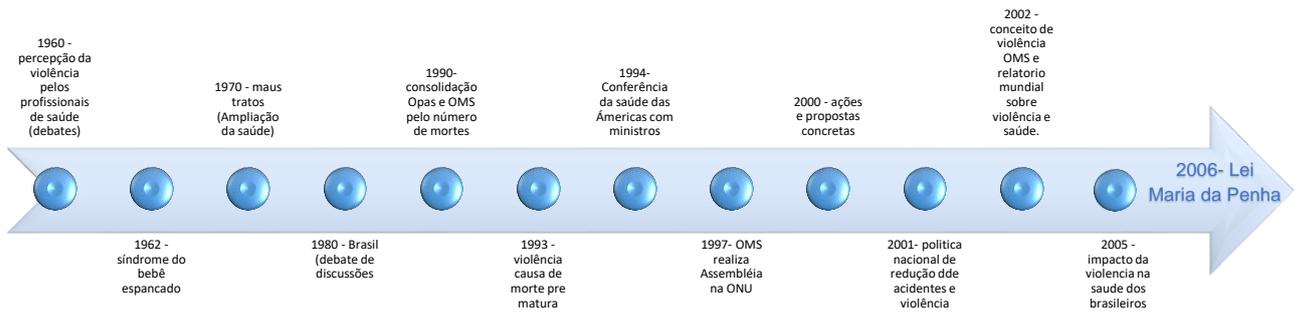
Em 2000, com ações e propostas concretas para o combate à violência, os espaços de saúde passaram a ser utilizados, o que demonstra sua importância no apoio a esse processo de sofrimento. No Brasil, em 2001 foi iniciada a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência, proposta pelo Ministério da Saúde. A partir do desenvolvimento de um conjunto de ações articuladas e sistematizadas, uma nova Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV) foi implementada no mesmo ano, reconhecendo a importância das violências e dos acidentes como causas externas de morbidade e mortalidade no país, com o objetivo de reduzir esses índices.

Em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) introduziu o conceito de violência e publicou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, que apresentou estudos específicos para orientar a atuação dos profissionais de saúde em relação à violência nos serviços públicos.

Em 2005, foi evidenciado o impacto da violência na saúde dos brasileiros, destacando a necessidade urgente da presença do Estado para conter a violência contra a mulher. No ano seguinte, em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha, um marco na luta contra a violência doméstica e familiar. Essa lei estabelece medidas de proteção às mulheres, incluindo a criação de Varas Especializadas e mecanismos para prevenir e combater a violência. Um dos aspectos mais significativos da "Lei Maria da Penha" é a definição e tipificação da violência doméstica e familiar contra a mulher como crime.

Na figura abaixo é apresentada uma linha do tempo sobre a entrada do tema violência na saúde.

Figura 1 – Linha do tempo da violência como problema de saúde pública



Fonte: Elaboração própria da autora

As violências se manifestam de várias formas e têm diversas consequências para a saúde humana, especialmente para a saúde coletiva. Elas acarretam custos econômicos, sociais e emocionais, impactando o serviço público ao causar enfermidades, ameaçar a vida e, em casos extremos, levar à morte. Ademais, a violência prejudica a integridade física, emocional e moral das pessoas, gerando efeitos que podem se estender às futuras gerações.

Além disso, a violência é responsável por causar elevados gastos com as estruturas hospitalares em geral, como emergência, assistência e reabilitação, que são mais dispendiosos do que os procedimentos médicos tradicionais. De acordo com cálculo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cerca de 3,3% do PIB nacional são custos diretos da violência que ocorre no Brasil (Minayo, 2006, p. 37; Minayo, 1994, p. 38).

Segundo Sarti (2009, p. 94), a violência não deve ser confundida com agressão (lesões por causas externas) nos casos atendidos em hospitais pelos profissionais de saúde, o que é fundamental para garantir que as notificações sejam realizadas de forma segura e adequada:

A leitura dos médicos entrevistados sobre o que são casos de “violência” não se confunde com aqueles classificados como agressões (“lesões por causas externas”) nos protocolos da área da saúde em geral, que seguem a Classificação Internacional das Doenças (CID-10). No discurso médico, violência remete sobretudo à violência doméstica e familiar. Esta categoria delimita-se pela identificação de alguma fragilidade na figura da vítima: mulher, criança, idoso. A tendência é reconhecer na figura da vítima alguém passível de sofrer o ato violento, por corresponder a um lugar definido de antemão como de vulnerabilidade. As vítimas de ferimentos por armas de fogo ou armas brancas não se enquadram na categoria de vítimas de violência que requeira algum encaminhamento especial. Ainda que se reconheça um aumento da incidência dessas formas de agressão, estas não são necessariamente problematizadas na acepção de violência, tanto por configurarem desde sempre ocorrências identificadas com a própria razão de ser da emergência – tendo, portanto, um sentido de problema social estrutural

– como porque as vítimas, em sua maioria, homens e jovens, não são representadas como tais.

Minayo (2006, p. 112) descreve a violência como um processo de retroalimentação, destacando a importância de um trabalho inter e transdisciplinar para transformar um fenômeno tão complexo:

Assumindo a proposta ecológica, darei ênfase ao sentido dinâmico da produção da violência, cuja interpretação se adequa à teoria da causalidade complexa em que 'todas as coisas são causadas e causadoras' e em que se evidenciam a retroalimentação entre os fatores e a reflexividade dos fenômenos. Por isso, a tônica reflexiva e metodológica proposta é a articulação dos âmbitos biológico, subjetivo e social. Desta forma, para se conseguir dimensionar e compreender o impacto da violência sobre a saúde, fazem-se imprescindíveis abordagens inter e transdisciplinares que incluam uma visão quantitativa e qualitativa do fenômeno. Não basta quantificar os mortos, os feridos, as vítimas e os agressores. Essas pessoas fazem parte de uma realidade histórica e cultural e possuem razões subjetivas, como extensamente já se mencionou anteriormente. Saber a magnitude do fenômeno, mas também os seus sentidos é pré-requisito para a formulação de programas de promoção e de prevenção propostos pelo setor saúde.

A violência tem amplitude em todo lugar, não apenas a violência em si, mas a prática de relações de poder, o que pode facilitar a naturalização da violência, pois, de certo modo, era vista como algo inerente a quem tinha poder. Tal concepção tem sido revista, pois a sociedade tem entendido os efeitos negativos que permeiam esse fenômeno (Parada, 2017). É importante observar essa amplitude da violência nos padrões e estruturas sociais que sustentam e normalizam a violência de gênero. Isso inclui diversos fatores, como normas culturais, que englobam crenças, práticas e comportamentos que desvalorizam as mulheres ou promovem a desigualdade de gênero.

A Saúde Pública é afetada fortemente pelas violências. Minayo (2006) enumera alguns pontos observados: os traumas físicos e emocionais, a diminuição da qualidade de vida das pessoas, a exigência de uma reorganização dos serviços de saúde, novas demandas para atendimento médico e, por fim, uma atuação mais específica do serviço, sendo multiprofissional, interdisciplinar, intersetorial e engajado, o que é fundamental para o complexo tema da violência, incluindo preocupações de vários setores, não só o setor da saúde (Nunes, Sarti e Ohara, 2008).

O campo da saúde, em especial a Saúde Coletiva, requer cuidados e promoção da saúde, ou seja, pode-se dizer ser uma parte do campo da saúde que mais se aplica à problemática de violência, principalmente por ter as referências de base interdisciplinar (Schraiber, Oliveira e Couto, 2009; Minayo, 1994).

Minayo e Souza (1999) escrevem que o Movimento Feminista contribuiu para que esse olhar sobre a violência fosse voltado também para a Saúde Coletiva na qual se tem a perspectiva da violência contra a mulher, ou melhor, da violência de que envolve o homem e a mulher. Há um desejo de alterar a cultura patriarcal, criando-se uma visão para esse fenômeno, uma possível equidade de gênero.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Organização Mundial da Saúde, 2002) relata vários estudos e aborda eventos consistentes e importantes referentes aos motivos mais comuns para a violência de gênero entre os países industrializados: a mulher não obedecer ao homem; não estar com a comida pronta na hora que ele acha que deveria estar; não cuidar de forma adequada das tarefas de casa; questionar o homem sobre dinheiro ou amantes; não pedir permissões ao homem; recusar ato sexual; ser infiel, dentre outros. Segundo o estudo, em países emergentes as mulheres são, de um modo geral, mais coniventes com a ideia de os homens as disciplinarem. Motivos esses reais de uma violência e que com o leve progresso da equidade de gênero devem ser eliminados, não sendo, assim, motivo de reações para agir com violência (Organização Mundial da Saúde, 2002, p. 96).

Segundo Gregori (1993) e Parada (2017), o feminismo pode ser considerado um conjugado de elementos que discorrem acerca de uma relação sem simetria entre os sexos. Machado (2010) questiona sobre o binarismo homem e mulher ser um grande impeditivo para a equidade de gênero. No Brasil, impor uma relação entre homem e mulher pode significar repreensão, ou seja, ideia de corrigir pela força física, e, por muitas vezes, é visto pela mulher como um comportamento aceitável e perdoável de acordo com o engendramento social.

Giffin (1994, p. 148) acrescenta que:

O desenvolvimento do conceito de gênero, no âmbito dos estudos da mulher, opera uma desconstrução das categorias "sexo feminino/sexo masculino", apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias.

Antigamente, muitas leis amparavam esse comportamento descrito. No período colonial, por exemplo, estava na lei que homens tinham o direito de aplicar castigos nas suas mulheres, em defesa da sua honra. Os Códigos Civis de 1916 e de 1940 estabeleceram conquistas e direitos para as mulheres, como exercer cidadania, o direito de voto, entre outros feitos (Machado, 2010).

O Superior Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a tese de legítima defesa da honra, alegando a igualdade estabelecida na Constituição Federal de 1988.

Em consequência, a referida tese não pode mais ser utilizada em julgamentos, sob a pena de incitação à discriminação de gênero. Tal atitude pode ser observada como reflexo dos movimentos feministas em meados dos anos setenta, que se contrapunham à superada tese jurídica, com o argumento de que “quem ama não mata”. Observa-se, em tal fato, a média de 20 anos para a ruptura social, política e cultural (Amaral e Pereira, 2018; Schraiber, Oliveira e Couto, 2009). Há ainda muita luta para esse total rompimento, a impunidade é um ponto a ser discutido e tratado. Atualmente hoje existem consequências para os agressores e apoio às vítimas que denunciam a violência sofrida, porém, ainda há espaço para aperfeiçoamento.

Os autores Silvestre Neto *et al.* (2015) citam a importância de a violência ser vista como uma questão de Saúde Pública, se tornando mais visível para a sociedade. Isso encoraja a vítima ou os envolvidos, direta ou indiretamente, a realizar uma denúncia, pois existem políticas públicas para amparar tal ato, como delegacias especializadas, abrigos e acolhimento para as vítimas (Centros de referência), além de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) com a Lei Maria da Penha, em 2006 (Schraiber, Oliveira e Couto, 2009).

É importante destacar que fora do Brasil há países com situações ainda mais preocupantes. Na Rússia, por exemplo, o parlamento aprovou, em grande maioria, no ano de 2017, a descriminalização da violência doméstica como uma ofensa administrativa, não prevendo penalização nos casos em que não existam lesões corporais graves e, ainda, permitindo que ocorra uma vez por ano, sem que o autor do ato responda criminalmente (Exame, 2017).

Machado (2000, p. 16) pontua que é desejável na vida social ter movimento de todas as partes para romper essa desigualdade de gênero: “mais do que um construtivismo individual de gênero, seria desejável um construtivismo social e político baseado na desnaturalização da desigualdade de poder entre os gêneros em todas as dimensões da vida social”. Percebe-se aqui, o enorme desafio para esse rompimento, mas a responsabilidade de cada um em se envolver nessa discussão e reflexão deve ser contínua e persistente.

O desafio da integralidade da saúde inclui a interdisciplinaridade tanto do conceito quanto da tecnologia em identificar a violência. É tão complexo, como já dito anteriormente, que conversa com os campos: médico, sanitário, social e cultural, sendo assim as disciplinas isoladas não alcançam a dimensão do problema, por isso

a necessidade de o tema ser abordado em Saúde Coletiva, em um olhar intersetorial (Schraiber, Oliveira e Couto, 2009; Minayo, 1994).

O serviço de saúde que adota essa abordagem (coletiva) integrada não se limita apenas à medicação, mas articula diferentes serviços, evitando complicações e ampliando o cuidado. Assim, a vítima pode receber apoio de outras áreas (não por uma busca direta, mas devido à integralidade da abordagem de cuidado), uma vez que procurou o serviço por uma questão de saúde. Com a rede de apoio a vítima tem a oportunidade de se conscientizar e cessar o fenômeno violento que sofre, muitas vezes, fazendo denúncia a autoridades competentes (Schraiber *et al.*, 2003; Silvestre Neto *et al.*, 2015).

De acordo com a OMS (2002), mulheres com histórico de violência doméstica apresentam um risco maior de problemas de saúde, incluindo depressão, tentativas de suicídio, síndrome da dor crônica, distúrbios psicossomáticos, lesões físicas, distúrbios gastrointestinais e consequências negativas para a saúde reprodutiva, o que resulta em uma maior demanda pelos Serviços de Saúde. Por isso, é fundamental garantir proteção às mulheres, podendo evitar buscas aos serviços por este motivo.

Necessidade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é um documento que apresenta a situação da segurança pública nos estados brasileiros. Baseado em informações das secretarias estaduais de segurança pública, ele é uma ferramenta essencial para visibilizar as violências, incluindo a violência doméstica. Esses dados geram conhecimento e incentivam a formulação de políticas públicas, tornando-se um tema importante na agenda do Estado. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) utiliza o anuário como suporte para desenvolver o Atlas da Violência do Brasil.

Em agosto de 2024 foi publicado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024, demarcando a violência contra a mulher no Brasil. Não foram boas as notícias relacionadas à violência contra a mulher, as tentativas de feminicídios aumentaram em 7,1%. Seguem os dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 135):

De todo modo, o cenário de melhora dos crimes consumados contra a vida é relativizado também pelas demais formas de violência contra a mulher, que cresceram em 2023, em comparação com o ano anterior. Foram 8.372 tentativas de homicídio de mulheres, o que significa um crescimento de 9,2%. Desse total, 33,4% foram tentativas de feminicídio, isto é, tentativas de matar

uma mulher em função do gênero, o que faz com que as tentativas de feminicídio tenham crescido 7,1%. Também, as agressões em contexto de violência doméstica aumentaram: foram 258.941 vítimas mulheres, o que indica um crescimento de 9,8% em relação à 2022. O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%: foram 778.921 as mulheres que vivenciaram essa situação e registraram a ocorrência junto à polícia. O aumento dos registros de violência psicológica também foi grande, de 33,8%, totalizando 38.507 mulheres. O crime de stalking (perseguição) também subiu, com 77.083 mulheres passando por isso, um aumento de 34,5%

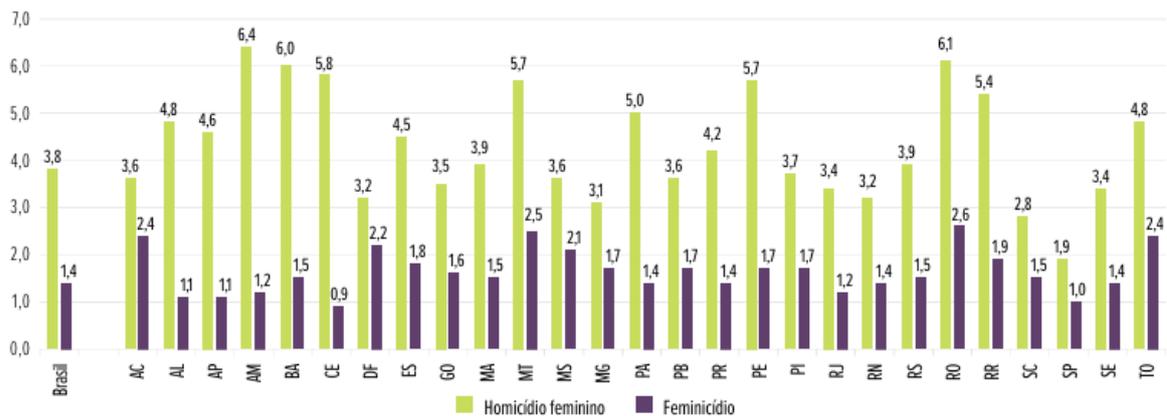
Segundo o anuário, muitos estudos indicam que o feminicídio pode ser evitado, uma vez que ele representa a etapa final da violência. Isso significa que, por meio de políticas públicas, boas práticas e sensibilização da sociedade, é possível prevenir a morte de mulheres pelo fato de serem do sexo feminino.

A cada dez mulheres assassinadas, sete são mortas em casa por pessoas conhecidas, com quem têm vínculo afetivo, ou seja, no âmbito doméstico (Campos, 2015, *apud* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 140 e 144). Tal constatação destaca a importância de prestar atenção à mulher que "fica em casa", aquela que trabalha exclusivamente para sua família, sem exercer uma atividade remunerada. Muitas vezes, essa mulher não é reconhecida como a principal responsável, pois, de certa forma, os homens ainda dominam os espaços públicos (Saffioti, 2015).

Figura 2 – Taxas de homicídios feminino e feminicídios (2022)

GRÁFICO 37

Taxa de homicídios femininos e feminicídios ⁽¹⁾
Brasil e UFs, 2023



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Taxa por 100 mil mulheres.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 138)

No Anuário do ano de 2023 há um trecho que trata dos acionamentos da Polícia feitos pela mulher vítima de violência doméstica (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136):

...as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora.

Já no Anuário de 2024 esses dados são de “2.300 ligações por dia e quase duas ligações por minuto. Esses números representam um aumento de 0,9% da taxa em relação à 2022 e indicam, sobretudo, que existem mulheres em situação de violência que estão, a cada minuto, precisando de ajuda.” (2024, p. 150)

Veja tabela com a comparação dos dados:

Tabela 2 – Tipos de Agressão (2021, 2022 e 2023)

Tipos de Agressão	2021	2022	2023
Lesão corporal	237.596	245.713	258.941
Medidas protetivas distribuídas	480.717	547.201	663.704
Medidas protetivas concedidas	389.798	426.297	540.255
Chamada 190 por VD	827.278	899.485	848.036
Ameaça	569.231	613.529	778.921
Perseguição (<i>stalking</i>)	31.389	56.560	77.083
Violência psicológica	10.922	24.382	38.507

Fonte: Elaboração Própria com dados do Anuário 2023 e 2024.

Com base nos dados sobre violência urbana, Saffioti (2015, p. 90) conclui que, no âmbito doméstico (privado), as mulheres enfrentam mais violência do que os homens, que, por sua vez, são mais vulneráveis à violência nas ruas (âmbito público).

Não se pode negar a importância da chamada violência urbana, que atinge homens e mulheres, embora de modos distintos. De acordo com as estatísticas de mortalidade (Mortalidade Brasil, 1997), havia diferenças gigantescas entre homens e mulheres no que tange aos óbitos por causas externas, que incluem homicídio. No total, em 1994, morreram, por causas externas, quase cinco vezes mais homens que mulheres. Na faixa etária de 15 a 19 anos, as mulheres mortas desta maneira representaram apenas 20% dos homens. Entre 20 e 29 anos, morreram 7,7 vezes mais homens que mulheres por causas externas, atingindo esta proporção 6,9 vezes na faixa etária de 30 a 39 anos. O espaço público é ainda muito masculino, estando os homens mais sujeitos a atropelamentos, passando por acidentes de trânsito e chegando até ao homicídio. As mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais expostas à violência doméstica. Diferentemente da violência urbana, a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual.

A violência de gênero é assim denominada porque a mulher é vítima de agressão tão somente por ser do sexo feminino (Minayo, 2006). Várias são as

consequências que as mulheres oprimidas podem, por muitas vezes, sofrer por conta da violência física e mental, podendo desenvolver transtornos (Zanello, Richwin e Palma, 2020). Schraiber, Oliveira e Couto (2009, p. 1023) retratam da mesma forma: “A violência de gênero expressará, deste modo, um ato masculino para a aculturação da mulher nos referentes do mais antigo e maior poder do masculino, que é o patriarcado”.

No Brasil, existem várias políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar da mulher, seguem algumas delas: Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (PNRMAV) e a Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) de 1983, que em 2004 se tornou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). A Lei Maria da Penha (Lei 13.340 de 2006) é um dos avanços dessas políticas. Em 2011, nasceu mais uma conquista própria da violência contra a mulher: a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (Minayo, 2006; Schraiber, Oliveira e Couto, 2009). Além de outros espaços destinados às mulheres vítimas de violência, como a Casa da Mulher Brasileira em oito Estados Brasileiros, e Centros de referência à Mulher em onze Estados do Brasil.

Em 2004, a Lei n. 10.886 tipificou a Violência Doméstica Contra a Mulher com maior rigor, mas foi em 2006 que a Lei n. 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”, surgiu como uma imposição de sanção ao Estado Brasileiro em consequência a uma condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nessa condenação, em 2001, alegou-se que o Brasil era omissor ao tratar da Violência Contra a Mulher, e exigiu-se que o Estado Brasileiro implementasse medidas perante a situação específica da mulher Maria da Penha, a qual buscou seus direitos junto às lutas feministas no Brasil. A referida Lei foi considerada pelas Nações Unidas um exemplo de legislação efetiva para o tratamento da violência doméstica contra mulheres, que transcende a expectativa tradicional (Zorzella e Celmer, 2016).

Nascida em 1945, Maria da Penha é uma mulher brasileira, farmacêutica, símbolo da luta pela proteção das mulheres, além de autora do livro “Sobrevivi.... Posso contar” e fundadora do Instituto Maria da Penha. Ela tem três filhos, frutos da relação com seu ex-marido, Marco Antônio Heredia¹, que tentou matá-la por duas

¹ Heredia ficou preso em regime fechado por alguns meses e logo foi para regime aberto, concluindo sua pena em 2012. Atualmente mora no Rio Grande do Norte e ainda relata que as versões de Maria da Penha são mentirosas, mesmo tendo sido comprovadas na Justiça. Fonte: https://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/. Acesso em: 31 jul. 2023.

vezes, a primeira foi em 1983, Maria da Penha levou um tiro nas costas enquanto dormia e como consequência ficou paraplégica; após Maria da Penha passar por tratamento e retornar para casa, Antônio tentou novamente matá-la, desta vez eletrocutada durante o banho, e a manteve em cárcere privado por 15 dias. O julgamento foi realizado somente oito anos depois, em 1991. Heredia foi condenado a 15 anos de prisão, mas foi solto em 1996, cinco anos depois; passou por um novo julgamento, com dez anos de sentença, mas, novamente, por brechas da lei, não foi preso. Foi assim que, em 1998, o caso teve dimensão internacional e o Brasil foi condenado em 2001 por negligência, omissão e tolerância com a violência direcionada a mulher.

Hoje, a Lei Maria da Penha é considerada a terceira melhor lei do mundo para a proteção da mulher, ficando atrás somente da Espanha e do Chile, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Através do artigo 5º a Lei Maria da Penha (11.340/2006) especifica sobre violência de gênero, e também esclarece em quais casos é configurado o crime perante a Lei, vejam-se os dispositivos abaixo:

...para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (Brasil, 2006)

No artigo 7º, a Lei indica quais são as formas de violência contra a mulher, ponto importante para descaracterizar a naturalização da violência, pois reforça o âmbito criminoso de tais atos e, por conseguinte, serem passíveis à aplicação de pena:

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a

induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Brasil, 2006)

Schraiber, Oliveira e Couto (2009, p. 1024) discutem o tema com a visão de que, por causa da ordem cultural e moral, as mulheres em situação de violência têm sentimento de culpa, insegurança e falta de controle pela sua vida, o que pode gerar ainda mais dependência sobre o agressor ou sobre a relação:

...é por essa ordem cultural e moral que as mulheres que estão ou estiveram em situações de violência desenvolvem sentimentos contraditórios relativos a tais experiências. Sentem-se envergonhadas ou humilhadas, culpadas pela violência, temendo por sua segurança ou a de seus filhos. Pensam frequentemente que não possuem controle sobre suas vidas, mas, ao mesmo tempo, esperam que o agressor mude ou querem proteger o parceiro, por razões econômicas ou afetivas.

Gregori (1993) apresenta duas formas de agressão praticadas por homens: a primeira é realizada por fatores condicionantes como machismo, opressão e o papel constituído na sociedade do que é ser mulher e ser homem; a segunda ocorre por fatores precipitantes, como uso de drogas lícitas e/ou ilícitas, estresse e preocupações diárias em geral, o que pode ocasionar o ato impulsivo da violência. Por outro lado, a vítima enfrenta consequências em ambas as formas de violência.

A violência relacional impacta a dispositivos, as relações interpessoais e a dependência emocional. Essa forma de violência é chamada assim pela autora porque abrange todos os comportamentos abusivos direcionados à vítima, como manipulação emocional, controle, isolamento e desvalorização da mulher.

Segundo Saffioti (2015, p. 79):

O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres.

A agressividade não prejudica somente a vítima, também prejudica quem a comete, o agressor, que, com seu ato violento, sofre de alguma forma, além de também colher as consequências legais. A “força-potência-dominação” dita por

Saffioti (2015) pode se tornar uma barreira para construção de relacionamentos saudáveis, olhar para esses homens se torna uma obrigação do Estado.

Autores de violência doméstica contra a mulher

Os Homens Agressores podem ser considerados homens comuns. No entanto, a nossa sociedade tem testemunhado um movimento lento, mas constante, de questionamento e desconstrução dessas normas preestabelecidas. Isso porque esses homens sofrem influência social do comportamento desejado que um homem deve ter para ser considerado Homem, e com isso ele pode ser visto como agressor. Mas nem todos os homens que se conformam a padrões machistas são agressores, e nem todos os agressores se encaixam nesse perfil. (Etayo, 2011)

Homens autores de violência (HAV) são homens comuns e trabalhadores que precisam desconstruir a normalização da violência e se conectar a outros papéis que possam desempenhar sem recorrer à sua força, seja ela física ou social (Schraiber, Oliveira e Couto, 2009). De acordo com Zanella et. al (2020, p. 121), “quanto mais naturalizada uma violência, pela força do hábito, mais invisibilizada ela se torna”.

Gregori (1993, p. 195) utiliza o termo "truque" para ilustrar a dificuldade de reconhecer que a violência pode estar presente na própria vida, sendo percebida apenas nos outros. Essa visão muitas vezes resulta em uma negação de que a violência pode impactar a própria pessoa, promovendo a normalização do que é, na verdade, anormal, como expressões do tipo: "isso não acontece comigo!". Essa atitude cria uma barreira em relação à experiência com a violência, dificultando o reconhecimento da própria vulnerabilidade à condição de vítima.

Ainda neste contexto, Sarti aponta em seu estudo que é comum perceber o homem como agressor, enquanto a imagem da vítima raramente é associada a corpos masculinos, exceto quando se trata de homens homossexuais. Sarti (2009, p. 97):

A identificação feminista do homem como agressor resultou, paradoxalmente, numa naturalização dos lugares de homem e mulher – armadilhas nas quais parecem cair movimentos sociais que tanto esforço fizeram para desnaturalizar o sexo e construir culturalmente, por meio da categoria gênero, o homem e a mulher. Perdeu-se a dimensão relacional tanto da categoria gênero, pela ênfase na vitimização feminina, quanto do próprio fenômeno da violência, pela cristalização dos lugares de vítima e agressor. Badinter, ao se referir à vitimização da mulher pelo feminismo, abre seu texto com a afirmação de que “toda militância esbarra numa dificuldade: levar em conta a diversidade da realidade” e argumenta que, em nome da assimetria estatística, essencializa-se a violência como atributo da masculinidade.

A problematização de violência e gênero ampliou a perspectiva dos estudos, que passaram também a ouvir os agressores, mostrando que os homens, em seu lugar de agressor, são parte (neste sentido, igualmente vítimas) de uma configuração social das relações de gênero que os enreda em relações violentas. Torna-os agressores e agentes da violência, forçando-os a provas de masculinidade. Esta construção social acabou por naturalizar-se em muitas análises sobre a violência contra as mulheres, diante de relações de poder essencializadas como domínio masculino, tornando logicamente inconcebível, ou dificilmente assimilável, a ideia do homem como vítima de um ato violento ou ocupando um lugar submetido numa relação violenta.

Não é diferente quando se fala em autor de violência, que logo vem em mente um corpo masculino, e não a mulher, vista como objeto de violência. Se acontece uma dinâmica contrária, é como se não houvesse possibilidade de a vítima ser um homem. Veja como Sarti demonstra esse fato (2009, p. 96):

Um homem, descrito como jovem e branco, apresentou-se ao hospital dizendo-se vítima de violência sexual. A funcionária da recepção, encarregada do registro dos pacientes, dispensou-o, alegando que o serviço de atendimento a casos de violência sexual era voltado apenas às mulheres. Ciente do fato, a assistente social buscou localizar o jovem por meio das informações registradas na recepção. Ao encontrá-lo, solicitou que retornasse ao hospital. Chegando lá, o jovem foi atendido por médicos e pelo serviço social. O problema que este caso suscitou no hospital diz respeito à dificuldade de se identificar um homem como vítima de violência sexual e não como agressor. Sua demanda de atenção surpreendeu os profissionais e os funcionários e, diante da perplexidade causada, insinuou-se uma inadequação da organização do serviço de atendimento à violência sexual.

Essa cristalização de lugar de vítima, ser mulher e por outro lado o agressor, ser o homem, pode evidenciar ainda mais a violência. Romper essa configuração social é responsabilidade de cada um de nós.

Incluir o Homem Autor de Violência (HAV) em um processo de conscientização e responsabilização pode facilitar uma alteração em seu comportamento e na maneira como ele percebe o que aprendeu sobre o que é ser homem. Tal inclusão propicia a desconstrução de narrativas que normalizam a violência contra a mulher, abordando as desigualdades e o papel dos indivíduos envolvidos na violência (Nothaft e Beiras, 2019).

A relação violenta é uma verdadeira prisão, na qual o homem age com violência e dominação a qualquer custo, e a mulher, por sua vez, suporta as agressões, pois é o que está determinado a ela, em seu destino por ser mulher (Saffioti, 2015). É um desafio confrontar tal cenário na mentalidade das pessoas, um aprendizado estruturante e desafiador, mas colocar esses homens para pensar sobre isso pode ser o início de um caminho para novas reflexões e olhares para a Violência Contra a Mulher e também para masculinidade que foi construída socialmente.

É importante destacar que a figura do homem como autoridade, que reivindica o direito de punir, exigir, comandar e até agredir, contrasta com o papel tradicional da mulher, que se espera que cuide do lar e aceite as imposições de seu parceiro. Essa dinâmica é uma construção social ainda sutilmente reforçada em nossa sociedade. Nesse contexto de cuidado, Zanello (2020) destaca em seu estudo que a mulher possui um dom frequentemente associado ao feminino, que é a capacidade de cuidar dos outros em detrimento de si mesma. A autora observa que o cuidado é uma habilidade humana, e que os homens também podem ocupar esse papel e desenvolver essa competência.

Beiras, Gregori e Machado citam os desafios para a mudança de consciência, o que possibilitará novos comportamentos ao deixar de lado velhas condutas, saindo dos padrões aprendidos como “corretos” e que hoje tem uma nova ótica, um novo entendimento para a problemática da violência contra a mulher (Beiras *et al.*, 2021; Gregori, 1993, p. 123,200; Machado, 2000).

Vem acontecendo uma abertura relevante nas políticas públicas não somente para a penalização desses autores, mas como estratégia interdisciplinar, com diferentes frentes e iniciativas para coibir a violência (Beiras, Nascimento e Incrocci, 2019). A saúde do homem hoje é pauta no campo da Saúde Coletiva, sob o olhar da masculinidade e da promoção da saúde. No que se refere à equidade de direitos entre homens e mulheres importantes estudos são feitos no âmbito acadêmico e nos Serviços de Saúde (Schraiber, Gomes e Couto, 2005). Inclusive, politicamente, a importância do cuidado com o homem vem à tona a partir do ano de 2008, com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Zanello (2020) cita o termo “empoderamento colonizado”, no qual o cuidado exercido pelas mulheres tem valor. Sob a ótica desse fenômeno, as mulheres são reconhecidas socialmente pelo zelo, porém sobre essas mulheres continuam coexistindo as condições de poder e opressão estruturais. Tal contexto facilita o processo de poder dos homens, pois nesta conjuntura é conferido certo poder à mulher, porém, não a tornará igual ou melhor do que os homens.

Nascimento, Gomes e Rebello (2009, p. 1154) abordam uma discussão importante em sua pesquisa, na qual ouviu homens dizendo que “ser homem é ser violento”, no sentido de que nascer homem já o tornaria violento por si só, o que por muitas vezes pode justificar atos de violência cometidos contra a mulher. Tal ideologia deve ser desconstruída, pois se torna uma incoerência perante a sociedade e as

relações, o que torna este trabalho com o Homem Autor de Violência ainda mais desafiador.

O homem se torna hegemônico na relação, por isso o nome de masculinidade hegemônica que, por sua vez, é a configuração da prática que legitima a posição dominante dos homens na sociedade, justificando a subordinação das mulheres, o que dificulta uma nova construção da masculinidade dita por Nascimento, Gomes e Rebello (2009, p. 1155-1156):

Assim, a construção da masculinidade cria e recria, transforma e ressignifica, provocando rupturas ou permitindo a continuidade e a legitimação das ideias predominantes. Esse processo contém a luta contínua que envolve marginalização, contestação, mobilização, resistência e subordinação.

Nascimento, Gomes e Rebello (2009, p. 1156) abordam que os sujeitos vão crescendo e desejando a dominação e poder, o “ser forte”, sendo, desta forma, influenciados por este modelo hegemônico de masculinidade. Ser “homem de verdade” é agir como foi aprendido nesse engendramento social. Os autores relatam alguns caminhos para a desconstrução dessa visão:

Caminhando na direção do enfrentamento de tal problema, alguns princípios podem ser esboçados; o primeiro deles se relaciona à necessidade de envolver os homens jovens como protagonistas da construção de um olhar a partir de outros horizontes; o segundo se traduz pela reconstrução de novos sentidos para que os jovens possam trilhar novos caminhos que desnaturalizem a violência como pertença do masculino, construindo a possibilidade de ser homem numa perspectiva do cuidar de si e dos outros, tornando a vida e as relações mais saudáveis e com menos riscos.

O trabalho com grupos de AVD pode ser uma parte importante dessa jornada, funcionando como uma estratégia para que esses homens reflitam sobre a masculinidade da qual foram incentivados e criados no decorrer da vida de cada um. O grupo pode proporcionar informações e conhecimento sobre os diferentes tipos de violência, incentivar a responsabilidade pelos atos cometidos, evitar a reincidência e abrir espaço para discussões sobre temas muitas vezes negligenciados, como emoções, ciúmes, violência de gênero, masculinidades, entre outras temáticas importantes para essa desconstrução.

Grupos reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica no mundo e no Brasil

Na década de 1970, nos Estados Unidos, surgiram um dos primeiros programas voltados para grupos de Homens Autores de Violência Doméstica (HAV).

Em 1977, foi realizada em Boston a primeira iniciativa de grupo reflexivo com Homens Autores de Violência Doméstica (HAV), conhecida como: Emerge. Em 1980, grupos semelhantes foram criados no Canadá; no final dos anos 1980, na Espanha; e, nos anos 1990, em diversos países da Europa, África e América Latina. Atualmente, na América Latina, esses grupos estão consolidados, com a Argentina sendo um dos pioneiros, seguida pelo México, Nicarágua e Honduras (Nothaft e Beiras, 2019).

Os grupos se iniciam no Brasil, ainda nos anos 1990, com a Organização não Governamental (ONG) paulista Pró-Mulher, Família e Cidadania; em 1993 com o Instituto Noos; e, no final dos anos 1990, no Rio de Janeiro, com a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Em 2003, foi instituído o Núcleo de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica (NAFAVD) no Distrito Federal, vinculado ao Conselho dos Direitos da Mulher. No ano seguinte, em 2004, foi criado o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPVCDI) em Blumenau. Em 2005, surgiu o Instituto Albam, uma ONG localizada em Belo Horizonte (Nothaft e Beiras, 2019).

No ano de 2006, com a criação da Lei Maria da Penha, inicia-se a crescente de grupos no Brasil (Nothaft e Beiras, 2019). Vale ressaltar que essas iniciativas aconteceram antes da Lei Maria da Penha (2006), porque a maioria das denúncias de menor potencial ofensivo resultava de violência contra a mulher.

A Lei n. 9.099/95 criou os juizados especiais, nos quais 60% dos crimes eram relacionados à lesão corporal e ameaça em relações conjugais. Esses dados impulsionaram políticas públicas para proteção das mulheres (Nothaft e Lisboa, 2021).

Figura 3 – Linha do tempo dos grupos reflexivos de autores de violência no mundo



Fonte: Elaborado pela autora com os dados Nothaft; Beiras, 2019

Alguns anos após a implementação da Lei Maria da Penha, em 2008 foram elaboradas as primeiras orientações oficiais para os serviços voltados aos Homens

Autores de Violência (HAV), destacando a criação e promoção de centros de educação e reabilitação (Brasil, 2008).

Entre os anos de 2003 e 2011, outros programas surgiram no Brasil e tiveram números expressivos a partir de 2012 (Beiras *et al.*, 2021). No ano de 2020, a Lei Maria da Penha passou por alterações, colocando-se a participação nos Grupos de HAV como obrigatória e essencial para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Tal obrigatoriedade de participação foi apoiada por políticas públicas no Brasil (Scott e Oliveira, 2021).

Em 2014 foi realizado o relatório “Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência contra Mulheres no Contexto Brasileiro”, que consiste em um levantamento implementado pelo Instituto Noos, o qual identificou 25 programas no Brasil, à época. No ano de 2016, um novo estudo foi realizado para mapear tais grupos, em âmbito nacional, denominado “Violência contra as Mulheres: os Serviços de Responsabilização dos Homens Autores de Violência”, feito pela ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), encontrando dez cidades com algum tipo de iniciativa educacional para Autores de Violência Doméstica: Belém, Belo Horizonte, Distrito Federal, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo e Vitória. Havia ainda quatro cidades que estavam em fase de implementação (Maceió, Salvador, Palmas e Aracaju) (Nothaft e Beiras, 2019; Nothaft e Lisboa, 2021).

No ano de 2018, estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu como tema de busca “Serviços de Responsabilização do Agressor” no Brasil. Foram encontrados 113 Municípios brasileiros com disponibilidade de tais atividades, não sendo identificados os serviços somente nos seguintes estados: Roraima, Alagoas e Tocantins (Nothaft e Lisboa, 2021).

Os estudos de acompanhamento dos Autores de Violência denunciados pela Lei Maria da Penha descrevem a eficácia na participação dos grupos, e indicam que a sua implementação diminui a reincidência nos casos de violência, como apresentado em Marinho *et al.* (2016) *apud* Frade *et al.* (2020).

O mapeamento foi realizado com o objetivo de quantificar as iniciativas de Grupos Reflexivos no Brasil, por região, no ano de 2021: Norte (25), Centro-Oeste (42), Nordeste (54), Sudeste (65) e Sul (126) (Beiras *et al.*, 2021). Com a crescente prática dos trabalhos realizados no Brasil, a necessidade de novo estudo foi identificada, e, por isso, foi realizado no ano de 2023 por Beiras, Martins e Hugill.

Desse levantamento foi identificado o aumento de mais da metade dos grupos reflexivos nacionais, sendo encontradas 498 iniciativas de trabalho com AVD. Com isso, houve aumento da quantidade dos grupos em quase todas as regiões do Brasil, exceto uma: Nordeste, que reduziu uma iniciativa, contabilizando 53. Nas outras regiões teve aumento na quantidade de grupos: Centro-Oeste (107); Norte (30); Nordeste (53), Sudeste (98) e Sul (210), região que teve mais aumento das iniciativas (Beiras, Martins e Hugill, 2023).

Vale ressaltar que a quantidade dos grupos aumenta de acordo com a necessidade de trabalho com Autores de Violência, conforme indica Beiras, Martins e Hugill (2023, p. 21):

Forte investimento na estruturação dessas iniciativas, evidenciado por diretrizes e recomendações do mapeamento de 2020, a Recomendação 124/2022 do CNJ (mínimo de 8 encontros para trabalho de grupos com autores de violência), a nova portaria 353/2023 do CNJ (introduz capacitação de facilitadores sobre reflexão e responsabilização de HAV)

Figura 4 – Mapa das iniciativas de grupos reflexivos no Brasil em 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados do mapeamento

Fonte: Beiras *et al.* (2021, p. 87)

Em unânime pensamento, Nunes, Sarti e Ohara (2008) e Schraiber *et al* (2003) reconhecem que é uma missão complexa fazer com que os profissionais de saúde, que recebem as vítimas no contexto de saúde, reconheçam esse tipo de violência, também complexo é para homens e mulheres envolvidos na relação e criados nesse contexto, muitas vezes violento (Lucena *et al.*, 2016).

Gay e Piber (2023) apresentam em seu texto dois exemplos, um em que a participação nos grupos foi bem-sucedida e outro em que não obteve êxito. No caso que teve final promissor, segundo a pesquisa, o homem concebeu uma nova visão do fenômeno da violência e em relação aos seus atos, porém, com algumas recaídas.

No caso sem êxito, a dinâmica da violência voltou a ocorrer depois e até durante a participação nos grupos. Assim, fica evidente a força da violência de gênero no seio familiar, onde a mudança de comportamentos enraizados se mostra um grande desafio.

A importância do processo grupal consiste na transformação efetuada através do poder de escutar, sentir, se posicionar e auxiliar na compreensão do método de ressignificação da própria experiência e da responsabilização individual. Ouvir a experiência do outro gera mudanças, muitas vezes constitui até mesmo uma busca da própria natureza. Folkes (*apud* Ribeiro, 1994) cita que o grupo cura membros, elencando pontos positivos do efeito de um processo grupal.

Conduzir um grupo é como conduzir uma orquestra, não bastando ciência e técnica, é necessária a espontaneidade, sensibilidade, poder de entrega e capacidade de criar, não havendo palavras para se explicar o que acontece no grupo (Ribeiro, 1994). O fato de a condução ser realizada por mais de um profissional é fundamental para harmonia, integração e respeito, pois há ao menos duas visões diferentes do mesmo fenômeno observado. Ribeiro (1994) afirma que para um número de até oito pessoas pode haver apenas um facilitador, mas acima de doze pessoas é aconselhável que haja dois facilitadores, de preferência de sexos distintos, para facilitar percepções, o acesso a posturas e culturas diferentes. Na dupla de facilitadores não pode haver jogo de poder; nela deve haver uma relação homogênea e confortável, o que mostra que a singularidade é mantida e respeitada (Ribeiro, 1994).

Beiras *et al.* (2021) cita alguns desafios em diferenciar um grupo de homens comuns e um grupo de Autores de Violência Doméstica – diferenciação que parece óbvia, mas não é. Os desafios metodológicos dos grupos de autores são mais delicados e exigem mais cuidados, como a falta de instrumento para diversidade cognitiva, o uso de álcool e drogas e grupos de psicoeducação sem interação, com debates rasos sobre gênero. Daí a importância, como citado por Nothaft e Lisboa (2021), de capacitação para os facilitadores do programa, para que se aprofundem nos temas e sejam perspicazes nas intervenções, ocasionando reflexões nos indivíduos.

Segundo Freitas e Cabrera (2011), os relatos ao final da participação no grupo demonstram a importância no engajamento e os benefícios para que outros homens também não cometam o mesmo ato reprovável. Os participantes manifestaram a

intenção de continuar a participação nos encontros, dizendo sobre a importância de serem ouvidos e de ouvirem pessoas com o mesmo problema, ou seja, se identificam uns com os outros.

Existem muitos estudos direcionados ao cuidado com a vítima, neste caso, a mulher, pois é ela quem sofre a violência e historicamente é um ser desprivilegiado na relação conjugal, quando se pensa em patriarcado e nas relações de poder e opressão. O estudo com autores ganhou significância no meio acadêmico e científico, o que permite maior investimento em políticas públicas. Guimarães (2015) pondera a importância do trabalho com Homens Autores de Violência para o enfrentamento da violência contra a mulher e a quebra do ciclo de agressão, pois acontece um juízo de discernimento nesses indivíduos.

Saffioti (2015, p.71) reforça essa informação do cuidado com o agressor:

Assim, o novo e o velho coexistem até que prevaleça o primeiro, sem, contudo, desaparecer completamente o velho, que se apresenta de outras formas. Na família, coexistem novas e velhas relações até que as primeiras venham a ser prevalentes. As relações violentas devem ser trabalhadas no sentido de se tornarem igualitárias, democráticas, na presença, portanto, ainda que contidas, autorreprimidas, das antigas. As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi mantendo seus habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta.

Novaes, Freitas e Beiras (2018) realizaram revisão de literatura sobre Homens Autores de Violência no período de 2006, ano da criação da Lei Maria da Penha, a 2016, utilizando os bancos de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram encontrados 473 artigos a partir dos seguintes identificadores: “violência”, “gênero”, “homem”, “violência doméstica”, “autores”, “masculinidade” e “agressor”. Com outro filtro, usado para incluir somente artigos que tratassem de Homens Autores de Violência, resultaram somente 58, comprovando-se que os estudos a respeito das vítimas são mais comuns. Nesse mesmo estudo, realizando-se mais uma triagem, sobraram somente 22 artigos para revisão, sendo que 7 são de Saúde Pública e 9 foram publicados em revistas de Psicologia. A região brasileira com mais iniciativas foi a do Sul. Uma informação importante do estudo é o fato de haver dificuldade de implementação de políticas públicas relacionadas ao trabalho de grupos com AVD (Novaes, Freitas e Beiras, 2018).

Heise *et al.* (1999), apud Schraiber *et al.* (2003), reforça que esses estudos motivam o reconhecimento da violência como violação de direitos e a problemática no âmbito da Saúde Coletiva, sendo necessárias políticas e intervenção para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher (Lucena *et al.*, 2016).

Quando se pensa em acompanhamento somente para a vítima, deve-se levar em conta que o ofensor pode vir a realizar a violência novamente, podendo até mesmo reproduzir o comportamento com outras mulheres, devido a se tratar de uma violência de gênero. No processo de violência é preciso olhar para os todos envolvidos (autor, vítima e familiares), dessa forma, enfrentando o tema na Saúde Coletiva e permitindo efetivar os devidos cuidados com a problemática no Brasil, (Zorzella e Celmer, 2016; Guimarães, 2015; Saffioti, 2015)

Muitas vezes a pena de prisão não é suficiente para a quebra do ciclo de violência doméstica, conseqüentemente, os grupos são um instrumento para corrigir esse problema social (Guimarães, 2015). Os grupos reflexivos podem gerar modificações nas relações de poder que causam a violência nas relações (Nothaft e Lisboa, 2021; Parada, 2017).

No decorrer dos encontros, os discursos dos autores mudam, ocorrendo uma transformação da demanda inicial, pois há um espaço de escuta e acolhimento, ou seja, um processo de sensibilização com os autores, que são acolhidos e conseguem discutir sobre os temas propostos com profundidade (Nothaft e Lisboa, 2021).

Saffioti (2015, p. 71) relata em seu texto a importância de o homem ser acompanhado de alguma forma: “Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta”. Ainda nessa vertente, ressalta-se que o comportamento violento pode ser resultado de um aspecto coletivo, de uma desestruturação familiar como: desemprego, falta de acesso à saúde e moradia, dificuldade financeira e baixa escolaridade (Nunes, Sarti e Ohara, 2008).

Em Brasília, a Secretaria de Desenvolvimento Social criou o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), programa reconhecido como inovador na região da América Latina (Beiras *et al.*, 2021). Ele é conduzido por servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) com formações diversas, dentre elas Psicologia e Serviço Social, e tem a iniciativa de não somente apoiar a vítima, mas também responsabilizar e tratar os ofensores, com o intuito de

não haver reincidência da agressão. Atualmente, com nova nomenclatura, “Espaço Acolher”, atende a nove Regiões Administrativas do Distrito Federal.

2 CAPÍTULO 2 - GRUPO NO DF: HISTÓRIA E PROPOSTA METODOLÓGICA

2.1 HISTÓRICO DA PARCERIA ENTRE O CENTRO UNIVERSITÁRIO UDF E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS (TJDFT)

No ano de 2015, o Centro Universitário UDF iniciou, em parceria com o TJDFT, uma proposta de trabalho com Autores de Violência. No segundo semestre deste mesmo ano foram realizados somente dois grupos, totalizando a participação de 15 autores de violência doméstica e 8 estagiários da disciplina de Processos Grupais do curso de Psicologia do Centro Universitário UDF. Os atendimentos eram todos presenciais no Fórum do Gama.

O objetivo inicial do grupo era proporcionar a escuta e acolhimento dos Homens Autores de Violência doméstica, sem pré ou pós julgamentos, mas sim com a intenção de serem ouvidos, podendo proporcionar ressignificação de conceitos para vida de cada um, estabelecendo reflexão sobre seus atos ao também ouvir a história do outro, o que tornava uma dimensão de reflexão e ressignificação para si. Inicialmente, eram cinco encontros com diversos assuntos, entre eles: injustiça, Lei Maria da Penha, autoconfiança, projeto de vida, família, comunicação, socialização, trabalho e autocontrole, mas não existia uma estruturação do método de trabalho com esses homens.

As datas do ano letivo dentro do meio acadêmico são divididas em semestres, por este motivo será utilizada a nomenclatura semestre. No primeiro semestre do ano de 2016 tiveram mais grupos: foram atendidos 110 autores, com 21 faltantes, sendo 8 estagiários da disciplina Projeto social. Neste mesmo semestre, iniciou-se o grupo de mulheres, a Roda Feminina no Fórum do Gama e, posteriormente, acrescentado ao Fórum de Santa Maria. No Projeto Roda Feminina, hoje chamada Roda de Conversa – que não é o foco deste trabalho –, foram atendidas 78 mulheres, o que fortaleceu ainda mais a parceria e este projeto do atendimento das mulheres vítimas de violência, que existe até os dias de hoje.

No segundo semestre de 2016 foram 116 participantes, 26 faltantes, e 19 estagiários da disciplina de Atendimento Coletivo. Ocorreram duas participações importantes na mídia sobre os atendimentos com AVD: a primeira foi a entrevista ao

Fantástico², e a outra foi uma entrevista para a Radio Câmara³, as duas relacionadas ao programa de Autores de Violência contra a Mulher do DF.

No ano de 2017 foram atendidos 290 autores e 28 estagiários das disciplinas de Atendimento Coletivo e de Processos Grupais – como observadores do processo do grupo. O trabalho realizado neste ano foi fundamental para o crescimento e concretização do estágio dentro do Centro Universitário UDF.

Em 2018, foram atendidos 541 autores, e os Fóruns do Riacho Fundo e de São Sebastião aderiram à parceria, o que aumentou a demanda para o estágio. Em março de 2018 foi realizado o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TJDF e o Centro Universitário UDF, que está em anexo e será explicado no próximo tópico deste capítulo. O Acordo foi oficializado por meio de publicação no Diário Oficial da União em 27 de março de 2018.

No ano de 2019, 771 autores foram encaminhados ao programa através dos Fóruns do Gama, Santa Maria, Sobradinho, Riacho Fundo e São Sebastião. Neste ano, o Fórum do Recanto das Emas também passou a integrar a parceria, juntamente com os demais Fóruns já incluídos, por meio de um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica.

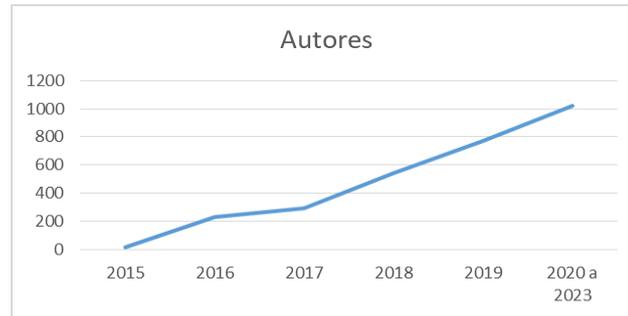
Em 2020 houve dois marcos significativos para o programa com AVD, um foi a pandemia e o outro a publicação do livro que apresenta a metodologia construída do programa da UDF, o que será detalhado ainda neste capítulo. Os grupos foram iniciados em março de 2020 e interrompidos durante o período da pandemia, retornando em junho do mesmo ano com a realização de um grupo piloto. Esse grupo contou com a participação das professoras envolvidas na metodologia construída através do livro, com o objetivo de avaliar a funcionalidade e adaptação do formato para a modalidade on-line, atendendo às necessidades do momento. Desde então, os grupos a distância têm sido uma alternativa de funcionamento, modalidade que permanece até hoje.

Entre os anos de 2020 a 2023 foram realizados 1018 atendimentos com Autores de Violência Doméstica. Totalizando um total de 2846 autores atendidos pelo programa entre os anos de 2015 a 2023. Segue gráfico da evolução do número de participantes:

² Fantástico: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/11/fantastico-mostra-como-funciona-reabilitacao-de-homens-agressores.html>

³ Radio Câmara: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/MULHERES-DE-PALAVRA/522903-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER.html>;

Figura 5 – Quantidade de autores atendidos no projeto



Fonte: elaborado pela autora

Este gráfico revela a expansão do projeto e o aumento do número de pessoas atendidas por meio deste programa, dados que precisam ser analisados e interpretados para compreender a abrangência do fenômeno da violência contra a mulher.

A assinatura do **Acordo de Cooperação Técnica (042/2018)** aconteceu em março de 2018, e consiste em um instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre as partes, com interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público, no qual as duas partes fornecem a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado (Brasil, 2018).

O acordo teve duração inicial de 12 meses, com a possibilidade de prorrogação, o que tem acontecido todos os anos, com previsão expressa na cláusula sexta do termo aditivo. A parceria foi bem-sucedida, resultando na integração de novos Fóruns do Distrito Federal.

Ao analisar o Acordo de Cooperação Técnica, é fundamental destacar a cláusula primeira, que é uma formalização das condições, as quais estabelecem mútua cooperação das partes, de forma gratuita pelos estudantes do curso de Psicologia do Centro Universitário UDF, deixando claro, no parágrafo único, que as atividades dos alunos não acarretam vínculo empregatício nem com o TJDF e nem com o UDF.

Ainda na cláusula primeira do Acordo de Cooperação Técnica, é ressaltado ser da responsabilidade do TJDF encaminhar os HAV para atendimento em grupo e/ou individual, dispor de sala e mobília para a realização dos encontros e estabelecer em comum acordo com o UDF a quantidade, a data e o horário dos encontros. Pondera, ainda, como responsabilidade do Centro Universitário UDF disponibilizar estudantes

do curso de Psicologia para acompanhamento psicossocial dos ofensores encaminhados. Além disso, o UDF deve dispor de um profissional de Psicologia (preceptor) para acompanhar e supervisionar os alunos, a frequência destes e dos participantes, garantindo o sigilo dos dados e, ao final, emitir um relatório ao TJDFT dos participantes, no prazo de dez dias.

Na cláusula terceira, das atribuições do TJDFT, são definidos o espaço físico nos Fóruns para a realização dos grupos e atendimentos individuais, se estes forem necessários, entendendo ser um ambiente mais seguro do que no espaço do Centro Universitário. Além disso, o Fórum deve ficar na Região Administrativa na qual os participantes respondem ao processo, o que torna mais acessível o comparecimento aos encontros, entendendo a situação de um público em vulnerabilidade. Os encaminhamentos para atendimento psicossocial dos autores são realizados pelos Juizados de Violência Doméstica, estabelecendo em comum acordo o número de encontros necessários, datas e horários de cada grupo. Ainda nesta cláusula, consta que o TJDFT deve observar as rotinas e metodologias acordadas entre as partes.

O inciso II desta cláusula trata das atribuições do UDF, sendo uma delas realizar o acompanhamento dos indivíduos encaminhados pelos juizados, indicando e custeando um Professor Preceptor, neste caso, a minha função no programa, de acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades dos estudantes do curso de Psicologia, inclusive com controle de frequência dos alunos e dos participantes.

A seleção dos alunos é uma competência do UDF, encaminhando os alunos que estão concluindo o curso, ou seja, entre os 9º e 10º semestres, devido estarem mais aptos a esta prática, inclusive com cautela para o número adequado de alunos, a fim de equilibrar o eficaz desenvolvimento dos grupos.

A carga horária dos encontros é estipulada no Acordo, com a duração mínima de uma hora, atualmente a duração é de uma hora e meia. Entre os anos de 2015 a 2018, os atendimentos tinham a duração de uma hora, mas foi verificada a necessidade de aumentar esse tempo diante da necessidade de aprofundamento dos temas abordados nas reuniões.

Uma das atribuições do UDF é a de anexar ao relatório justificativa de faltas e ausências. Esse ponto é importante, pois inicialmente não havia uma metodologia nesse grupo estipulada, sendo assim, se um participante faltava, tinha a possibilidade de reposição do atendimento, o que não é possível atualmente. O grupo se caracterizava como aberto, ou seja, poderia entrar participantes novos em grupos já

existentes, mas, desde 2020, com a criação da metodologia do programa, não são mais permitidas reposições. Nessa conjuntura o grupo se configura como fechado, não podendo ter entrada de novos participantes no decorrer dos atendimentos e não podendo ter faltas.

O relatório de finalização dos encontros dos autores deve ser entregue no prazo de 10 dias após o encerramento do grupo, inclusive dos participantes faltosos. Também é citada, no acordo, a preservação do sigilo da identidade dos homens encaminhados para a participação nos grupos reflexivos.

A rescisão pode ser requerida por qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias, resguardando as atividades que estiverem acontecendo. Este Acordo, conforme já informado, foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 27 de março de 2018, com as devidas assinaturas das partes necessárias, que eram, no ano, representadas pelo então Presidente do TJDFT Mário Machado e pela então Reitora do Centro Universitário UDF Beatriz Maria Eckert Hoff.

2.2 TRABALHO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No ano de 2020 foi publicado o livro “Lição da violência doméstica: Trabalho com autores” (Frade, 2020). A quantidade de encontros foi definida principalmente para contemplar o semestre em que os alunos estão atuantes no estágio supervisionado universitário e, para isso, deveria-se escolher uma quantidade que atendesse o semestre letivo. Ademais, como dito no livro publicado, o número de processos na Vara de Violência Doméstica é imenso e, por este motivo, deveria contemplar mais autores em menos tempo.

Este é um ponto dito, inclusive, na entrevista com os Juízes, que informam a dificuldade de vagas nos trabalhos psicossociais públicos da rede de enfrentamento da violência contra a mulher: “...um acompanhamento psicossocial que no serviço público não tem disponibilidade para isso... e a gente ainda tem uma cota também para esse acompanhamento psicossocial...” (Juiz 1).

O segundo juiz entrevistado, informou a mesma dificuldade:

...a gente sabe que os serviços têm contas, né? Os serviços não podem ser inviabilizados, então a gente tem alguns grupos, a demanda é muito grande, então a gente não consegue fazer 100% dos casos, então tem alguns que

outro tipo de atendimento seria prioridade, como álcool e drogas, por exemplo.

Daí mais um motivo para a necessidade de políticas públicas direcionadas a este tema e para este público.

É importante destacar, ainda, que o grupo é fechado, ou seja, não pode entrar participante depois de iniciados os encontros. A interrupção do processo acontece para os participantes que faltam, não podendo retornar neste mesmo grupo, ou seja, faltou, perdeu a oportunidade, devendo reiniciar o processo, participar em um novo grupo desde o primeiro dia.

De acordo com Yalom (2006), o grupo fechado não aceita novos membros, ou seja, o grupo fecha suas portas, não permitindo a entrada de outros integrantes no decorrer dos encontros, nestes casos, se o participante faltar, não poderá permanecer no mesmo grupo, pois é entendido que ele perdeu atividade, trocas e temas importantes. Em situações como estas, é informado ao juizado a não continuidade no grupo e o Juiz decidirá se dará outra chance de participação ao atendido, ou não.

No início da criação do Programa, eram realizados cinco encontros. Após a pandemia de Covid-19, um grupo piloto foi realizado em junho de 2020 na modalidade on-line, o que levou à identificação da necessidade de adicionar mais um encontro para ajustes tecnológicos. Essa ampliação também se aplicou aos grupos presenciais, que foram retomados após a pandemia. O mesmo aconteceu com o tempo de duração de cada encontro; inicialmente, sem a estrutura que têm hoje, os grupos duravam cerca de uma hora – como já dito anteriormente –, tempo insuficiente para trabalhar e aprofundar todos os temas necessários, por isso, foram acrescentados 30 minutos a cada encontro.

No ano de 2021 foi realizado um mapeamento dos Grupos Reflexivos no Brasil, no qual foi verificado que o número de encontros tem grande variabilidade na literatura. Com isso, para indicar um número adequado, o Conselho Nacional de Justiça lançou a Recomendação nº 124, de 7 de janeiro de 2022, e no artigo II define a padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 8 (oito) sessões ou a 3 (três) meses, respectivamente.

Na formação do grupo, é importante ressaltar que os próprios membros devem participar ativamente e construir a análise com base em suas próprias reflexões. O papel do facilitador é apenas guiar a discussão, e não conduzir ou fazer discursos de forma impositiva. Não é o momento de dar uma palestra, por exemplo, este não é o

caso de grupo reflexivo. Seguindo a literatura, a maioria dos grupos são praticados pela terminologia criada por Beiras *et al* (2021) de: reflexivos e responsabilizantes, onde os participantes são mais ativos do que passivos, constroem juntos informações no grupo e refletem, como o próprio nome expõe. Frade *et al* (2020) afirma que os participantes passivos têm resultados piores, pois expressam pouco sua opinião e, por consequência, não participam efetivamente das reflexões.

Yalom (2006) utiliza o termo automonitoramento, em que o grupo assume a responsabilidade de funcionar entre seus participantes, ou seja, são ativos. Não são passivos e dependentes do líder, o autor deixa claro que a responsabilidade do facilitador é ensinar os membros a compartilhar experiências e sensações próprias, o que ele chama de autorrevelação. Vê-se a importância, mais uma vez, de o participante compartilhar tudo que pensa em seu universo pessoal.

Como critério de inclusão nos grupos, tem-se que devem ser Autores de Violência Doméstica, podendo inclusive ser do sexo feminino, mas isso não será discutido neste trabalho, até porque o foco desta pesquisa são Homens Autores de Violência Doméstica (HAV). Já o critério de exclusão são pessoas com transtornos e/ou limitações cognitivas e pessoas que fazem parte da segurança pública, pois para estas existe um grupo específico, e com maior preparação dos facilitadores pelo Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), chamado de grupo Refletir.

Cada encontro tem uma meta específica, conforme Frade *et al* (2020): no **primeiro encontro** acontece o acolhimento dos autores, são realizados registros de chamada e eles precisam assinar a lista de frequência todos os dias de participação, há a conferência da documentação de identificação de cada membro do grupo. Neste dia são realizados os combinados, que consiste nas regras de funcionamento do grupo. A nomenclatura “combinados” parece ter um significado na proposta grupal, na qual construir juntos tem um significado e faz parte da idealização. Entre os combinados podem-se citar: a) não pode faltar em nenhum encontro, pois o funcionamento é de grupo fechado; b) cada membro deve estar lúcido, ou seja, é proibida a participação se o membro tiver feito ingestão e/ou uso de drogas que interfiram na consciência, o que possibilita a reflexão dos temas propostos; c) tudo que acontece no grupo é tratado com sigilo, nada dito nos encontros pode ser repassado; d) no grupo, os participantes devem sempre comunicar seus sentimentos e pensamentos na primeira pessoa, expressando suas opiniões individuais e evitando a generalização das situações, pois essa prática pode dificultar o processo de

autorreflexão; e) não é permitido o uso do celular durante o encontro, a fim de que seja dada ampla atenção às abordagens, precisam sempre participar e dizer a opinião sobre o assunto discutido pelos membros do grupo; além de outros combinados, o processo grupal permite que os participantes construam juntos soluções que priorizem o bem-estar coletivo.

Ainda neste contexto, Yalom (2006) relata a importância da cultura reflexiva em grupo, onde as interações são efetivas, com espontaneidade e honestidade dos sentimentos desses integrantes. Os combinados devem ser criados no primeiro dia a fim de direcionar o funcionamento do grupo, sendo assim, todos podem opinar e sugerir no momento da construção dos combinados, conseqüentemente, se sentem pertencentes ao grupo, o que contribui para a sua entrega durante os encontros.

Se no primeiro encontro tiver algum integrante que já concluiu a participação em grupos anteriores, é muito importante que dê seu depoimento, contando como foi a sua experiência anterior. Dessa forma, auxilia aqueles que estão iniciando no grupo, podendo auxiliar na quebra dos sentimentos negativos neste primeiro momento, pois começam a entender que não são só eles que passam por isso, como observado nesta resposta de um participante:

...tanto é que nosso último dia, muita gente estava falando que queria ter mais encontros porque a união lá, a companhia de cada um, todo mundo no mesmo barco, a gente querer ter mais aulas, querer estar mais juntos (José, 41 anos).

Na apresentação dos membros do grupo, os autores devem dar informações iniciais, pois é fundamental que os organizadores saibam o público que participará do grupo e entender a heterogeneidade ou homogeneidade do grupo. As informações a serem coletadas incluem se ainda há uma medida protetiva em andamento, se há contato com a pessoa que fez a denúncia, quem é essa pessoa, qual o vínculo com ela, se têm filhos, além de dados sobre emprego, idade e profissão. No entanto, a coleta dos dados sociodemográficos, que são informações específicas de cada autor que conclui o grupo, não ocorre neste momento. Esses dados são coletados ao final do último encontro, porquanto caso algum autor não finalize a coleta dos dados sociodemográficos, o estudo poderá ser afetado. Isso será esclarecido na abordagem referente ao sexto encontro, que também será discutida neste capítulo.

Ainda no primeiro encontro, se houver tempo disponível, é realizada a dinâmica do espelho, na qual os participantes são convidados a ver uma “foto” em uma caixa (onde está o espelho, ou seja, eles vêem a própria imagem refletida) e devem se

posicionar no grupo, discorrendo sobre essa pessoa: o que ela tem de virtude e o que ela precisa melhorar enquanto indivíduo. Neste instante são iniciadas as reflexões que reverberarão nos encontros posteriores, no sentido de constatar os comportamentos agressivos relacionados à mulher. Muitos participantes relataram sobre o comportamento de ignorância e nervosismo, traços que demonstram o motivo de estarem ali. Em muitos casos não teve violência física, mas violência moral e psicológica, as quais eles já conseguem perceber a ilicitude e suas consequências, ou seja, se o conflito chegar ao poder judiciário, será ainda mais desagradável para os envolvidos. Neste primeiro encontro é necessário que o facilitador esclareça os critérios de inclusão e exclusão da participação no Grupo Reflexivo.

No **segundo encontro**, a Lei Maria da Penha é uma das pautas, esclarecendo os tipos de violência elencados na Lei, as possíveis consequências em não cumprir a Medida Protetiva de Urgência (MPU) e possíveis dúvidas do processo de cada um, além das dúvidas gerais, até porque alguns casos são específicos a cada processo. Nesta discussão, aparecem relatos sobre a visitação dos filhos e a regulamentação das visitas. Muitos deles passam meses sem ver os filhos e ficam emocionados com essa situação, tornando-se um tema sensível que geralmente provoca choro ao serem abordados durante os encontros.

Explicar a lei e os diferentes tipos de violência é fundamental para que os Autores de Violência Doméstica compreendam a razão pela qual estão participando dos Grupos Reflexivos. Eles ocupam a posição de homens que cometeram um ato violento em algum momento, independentemente de serem verdadeiros ou não os motivos que os levaram a essa situação, de fato houve um conflito com a outra parte, que é a vítima. Nesse dia, eles geralmente começam a entender suas ações ou, pelo menos, o motivo pelo qual estão respondendo ao processo. No entanto, ainda persiste um sentimento de injustiça, como se não precisassem enfrentar todas as consequências do que ocorreu, tratando a situação como se estivessem sendo processados "apenas" por xingar ou desrespeitar a mulher. O uso de "apenas" reflete um discurso comum nesse contexto dos Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência (GRAVD), como se estivessem minimizando o ato violento.

Ainda no segundo dia de participação, acontece a dinâmica do papel amassado. É solicitado que pensem em uma situação ou um sentimento ruim, como por exemplo a raiva, a injustiça, dentre outros pensamentos e sentimentos negativos, e, pensando no sentimento, amassem a folha, fazendo uma bolinha de papel; depois,

é solicitado que abram a bola de papel e que deixem a folha lisa, como no momento inicial, eles então avaliam que é impossível.

Em seguida, é solicitado que falem qual sentimento ou situação pensaram e compartilhem no grupo, neste momento é abordado sobre as marcas no papel, que simbolicamente deixaram nas mulheres, vítimas do ato violento. A reflexão mais importante desta dinâmica é que: “os atos têm consequências”. Alguns também se percebem como a folha amassada, ou seja, como se também tivessem marcas dessa relação conflituosa. Esse será um momento de reflexão, onde será discutido o que pode ser feito de diferente para evitar que essas relações e/ou situações se repitam.

No **terceiro encontro**, continuam reflexões sobre papéis de gênero. Neste momento existem várias formas de se trabalhar, como dinâmicas, trazendo frases machistas construídas socialmente, podendo até solicitar uma construção conjunta sobre o que é “ser homem” para cada um deles. A meta principal deste encontro é fazer com que eles pensem e conversem sobre a igualdade de gênero. Neste momento do grupo já existe uma boa vinculação entre os participantes e facilitadores, o que propicia uma boa reflexão e trocas sobre a problemática enfrentada na sociedade e, claro, na vida de cada um deles, momento pelo qual se contradizem em algumas falas sobre o machismo construído socialmente.

Segundo *Frade et al* (2020), geralmente neste encontro é passado um curta metragem dos anos 90, com os atores Paulo Betti e Eliane Giardini, que aborda relações de gênero no Brasil, se chama “Acorda Raimundo... Acorda!”, direção de Alfredo Alves, com 15 minutos de duração. O curta metragem aborda a troca de papéis tradicionais impostos ao homem e à mulher, no qual a mulher realiza atividades fora do lar, chegando tarde em casa, e o homem fica em casa cuidando do lar e dos filhos. O nome “Acorda Raimundo” é justificado porque o protagonista tem apenas um pesadelo, de ter os papéis trocados, sendo mulher por um dia, ele quer acordar desse pesadelo. O filme foi lançado com a motivação de fazer as pessoas refletirem sobre a posição machista do homem na relação marital, e a mulher, por sua vez, tem posição de submissão e violência.

No **quarto encontro**, o tema é comunicação não violenta. A maioria desses homens não consegue se expressar e, muito menos, compartilhar sentimentos e situações, o que dificulta a comunicação com as companheiras e/ou pessoas de seu convívio, principalmente as mulheres. Dessa forma, conflitos acontecem com grande frequência na vida desses indivíduos, o que, com o passar do tempo, se torna algo

natural, muitos não acreditam em relacionamentos saudáveis e com respeito. O grupo serve de apoio para auxiliar a autopercepção e responsabilização nestes conflitos, mostrando que podem existir relacionamentos benéficos e respeitosos, onde não existe violência mesmo tendo opiniões divergentes.

Neste encontro, podem ser realizadas dinâmicas como "telefone sem fio", "desenho às cegas" e outras atividades que promovem a reflexão sobre o que cada um ouve do outro. Será que a comunicação foi clara e bem compreendida? Essas atividades ajudam a perceber que os conflitos nas relações podem surgir da falta de diálogo e da má comunicação e falta de entendimento entre as pessoas.

No **quinto encontro** acontece o manejo das emoções, o principal objetivo deste encontro é que reconheçam que o comportamento agressivo e de poder pode se tornar um problema, e isso precisa ser mudado. Não devem se reconhecer com a síndrome de "Gabriela", música de Jorge Amado, com o lema de: "eu nasci assim, vou crescer assim, vou morrer assim...". É importante que eles percebam que esta situação desagradável, trazendo sentimentos de vergonha para muitos deles por conta do contexto de justiça e de violência (crime), pode ser o começo e/ou a continuidade de mudanças no padrão de vida e nas suas relações com as mulheres.

Os temas da responsabilidade e da culpa também são abordados nesse dia. Esse momento pode ser visto como uma das chaves para perceber se uma mudança realmente ocorreu. Eles entendem que é possível mudar, mas se ficarem presos apenas ao sentimento de culpa, não conseguirão efetuar as transformações necessárias. Podem ser feitas dinâmicas de grupo e apresentados vídeos de apoio.

Importante ressaltar a desconformidade entre culpa e responsabilidade, pois os termos têm significados diferentes, apesar de, em alguns contextos, serem confundidos. O sentimento de culpa pode causar aprisionamento, não causa mudança de mentalidade nem de comportamento, pois geralmente se procuram culpados para justificar os seus atos. A culpa vem seguida de sentimentos negativos como erro, arrependimento, falta de atitude. Em seu conceito no dicionário, culpa se refere à falta voluntária contra o dever, uma omissão ou desleixo. Por outro lado, o conceito de responsabilidade é tido como qualidade do que é responsável, obrigação de responder pelas ações próprias. Percebe-se que a responsabilidade vem seguida de pensamentos positivos, de dever cumprido, obediência às regras e auto responsabilização.

A modificação de comportamento surge com o sentimento de se tornar responsável por determinada conduta, o sentimento de culpa não abrange isso. Veja: se sinto culpa por algo de errado que fiz, isso me paralisa e muitas vezes procurarei culpados para este ato; a responsabilidade, por sua vez, me faz refletir na minha parcela de comprometimento em determinada situação e assim pensar em mudança de atitudes e de compreensão da realidade.

Pensar nessa perspectiva de grupos responsabilizantes, segundo Beiras *et al* (2021), pode ser fundamental para conscientização e percepção da violência, promovendo uma desnaturalização dos comportamentos negativos, se dando conta que podem agir de forma responsável em uma relação, sem ter o sentimento de culpa, que poderia causar os mesmos erros.

Por fim, no **sexto encontro** acontece o fechamento dos trabalhos e não a abertura de novos temas, o livro sugere a atividade: “para quem você tira o chapéu”, onde são colocados cinco chapéus, os participantes devem falar se tirar o chapéu para o que está escrito, sendo o primeiro para a Lei Maria da Penha, o segundo para a mulher, o terceiro para família, o quarto para grupo reflexivo e, por fim, o quinto para eles mesmos. Além disso, é realizada a avaliação do grupo, na qual os participantes preenchem um formulário com perguntas, como por exemplo: se houve a sensação de acolhimento pelo grupo e pelos profissionais, e se os temas foram significativos para a vida deles. É explicado sobre o processo de metodologia da UDF, que eles passaram; são abordados: a forma que chegaram, o sentimento do primeiro encontro, as sensações no decorrer dos encontros e como se sentiram nesta última sessão.

Em todas as reuniões é solicitado que os participantes identifiquem qual sentimento carregam e observem quais fases estão dentro desse contexto de novos pensamentos e reflexões sobre a violência contra mulher. Neste momento, expressam a forma que chegaram e de que forma estão saindo. Se torna ideal realizar o convite para irem ao primeiro encontro do próximo grupo, para dar o seu testemunho e relatar sua experiência com o grupo reflexivo, como forma de amenizar as condições negativas às quais esses homens chegam no primeiro dia de encontro.

Neste encontro acontece também a coleta de dados sociodemográficos. Nestes dados são importantes as seguintes informações: região administrativa que o autor reside, em qual fórum tramita seu processo, de qual delito está sendo acusado, idade, escolaridade, profissão, se possui filhos, se toma medicação para doença física ou mental, se possui diagnóstico psiquiátrico, renda mensal, se vive ou presenciou

violência doméstica enquanto criança, se usa algum tipo de droga, quer seja lícita ou ilícita. Além do perfil dos homens atendidos no serviço, os dados colhidos são importantes para estudos futuros sobre grupos reflexivos realizados pela parceria. A forma colhida é através do Google Forms.

Em resumo, segue quadro com o tema dos encontros:

Quadro 1 – Metodologia do programa UDF

1º Encontro	2º Encontro	3º Encontro	4º Encontro	5º Encontro	6º Encontro
- Acolhimento - Construção de regras - Dinâmica do espelho	- Lei Maria da Penha - Dinâmica do papel amassado	- Gênero	- Comunicação	- Manejo das emoções	- Avaliação do processo

Fonte: Elaborado pela autora

Terminada a meta específica de cada encontro, é possível construir as três fases que os integrantes do grupo podem passar: vitimização (entre primeiro e segundo encontro), reflexão (segundo ao quinto encontro) e ressignificação (sexto encontro e para o restante da vida) Frade *et al* (2020).

FASES DA METODOLOGIA do grupo proposto pela UDF

De acordo com Frade *et al* (2020), os Autores de Violência Doméstica que participam dos Grupos Reflexivos passam por três fases durante os encontros: vitimização (1º encontro), reflexão (do 2º ao 5º encontro) e ressignificação (6º encontro em diante, para toda a vida).

A maioria dos participantes seguem essas fases, mas alguns nem passam da primeira, pois do início ao fim dos encontros mantêm os sentimentos e pensamentos não ressignificados.

Na primeira fase, chamada de vitimização, os autores estão, geralmente, se sentindo injustiçados, com sentimentos de raiva, vergonha, e não são capazes de reconhecer a violência cometida contra a mulher. Os sentimentos envolvidos nesta fase são timidez, medo, entre eles o de serem julgados, humilhados, constrangidos, receosos, envergonhados, nervosos, dentre outros sentimentos negativos. Esta fase pode ser incluída no primeiro e segundo encontro, onde ainda não sabem o que vai

acontecer, chegam com perspectiva de que serão julgados, e acham que não são merecedores de estarem ali se sentindo como agressores.

A segunda fase, chamada de reflexão, pode ser reconhecida entre o 2º e 5º encontros. Neste momento, as sensações se organizam melhor, sendo elas: relaxamento e tranquilidade. Sentem vontade de expor sua vivência, seu conhecimento, informação, aprendizado, reflexão e experiência. Além disso, a história de um participante pode fazer sentido para a vida de cada um, aqui também surge o pensamento de que existem histórias mais complexas do que a sua, ou até mesmo se identificam com estas outras vivências. Começam a perceber a importância do aprendizado com as dinâmicas e histórias de seus pares.

Na terceira, e última, fase, geralmente ocorre a identificação e o reconhecimento das melhorias, que se estenderão para a vida. Há sentimentos de saudade, missão cumprida, paz, amor, alívio, felicidade, orgulho e mudança. Sentimentos que podem levar à transformação e à mudança de conceitos e experiências de vida, além de ressignificar seu papel na família.

A transformação subjetiva mudou, ou seja, a demanda inicial se transformou. Primeiramente, os autores foram encaminhados sem interesse na ressocialização, com o tempo isso muda para voluntário, em ter vontade de participar, transformando, assim, as demandas do sujeito e a sua subjetividade.

Essa importante transformação pode ser percebida neste momento do grupo. O efeito da experiência coletiva pode trazer possíveis mudanças de comportamento e de mentalidade. É fundamental destacar o que a vivência no grupo trouxe para a vida de cada um dos participantes. Isso será abordado com mais profundidade no capítulo 4, onde será discutido o que esses homens pensam sobre os Grupos Reflexivos.

3 CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada tem sua origem em nove anos de trabalho dentro do contexto de Violência Doméstica, tema exaustivo e trabalhoso, e, por este motivo, é importante deixar claro o quanto foi desafiador sair do lugar de facilitadora dos Grupos (Psicóloga) e ocupar o lugar de Pesquisadora, o desafio de ter um olhar crítico e realista a este programa que tanto faz pulsar minha vida profissional.

Diversos autores afirmam que as percepções do pesquisador não podem sair do foco dos objetivos da pesquisa, e devem estar adequadas ao campo e ao objeto de trabalho.

Foram vários os desafios da pesquisa durante todo este percurso. Inicialmente, a proposta foi avaliar o programa em questão, porém o tempo do mestrado (2 anos) não seria suficiente para esta longa caminhada. Depois, surgiu a proposta de um instrumento avaliativo para o programa, que também não foi o percurso metodológico escolhido – por decisão da Orientadora e da Pesquisadora – e, por fim, refletir se o Grupo Reflexivo a partir das representações, significados e experiências desses homens autores de violência.

A parceria entre o Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), a partir da qual acontecem os Grupos Reflexivos para autores de violência, foi formalizada março de 2018, com o Acordo de Cooperação Técnica identificado pelo número 012/2018, porém, o programa já acontecia desde 2015, sem acordo oficializado entre as partes envolvidas. A iniciativa do trabalho surgiu através de um Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica da Região Administrativa do Gama, que solicitou ao Núcleo de Prática Jurídica do UDF (Curso Bacharelado em Direito) uma reunião com a Coordenação do Curso de Psicologia daquele Centro Universitário. Após conversas e alinhamento das informações entre a Coordenação do Curso de Psicologia do UDF e o Juiz de Direito, foi iniciado o projeto piloto, ou seja, um grupo para verificar a viabilidade das partes e adesão dos participantes, a iniciativa foi um sucesso. Seis meses após a realização do programa-piloto, novos juizados aderiram ao projeto: o de Santa Maria; em seguida, o de Sobradinho; meses depois, o de São Sebastião e, depois, o de Riacho Fundo, seguido do Recanto das Emas, conforme relatado no capítulo anterior.

Com a pandemia, nos anos de 2020 e 2021, foi necessário realizar os grupos na modalidade *on-line* e, para a implementação, novamente foi formado um grupo piloto a fim de viabilizar a prática dos Grupos Reflexivos em andamento, pois as denúncias não pararam de acontecer neste período. Em 2022, iniciou-se o retorno gradual para o modo presencial, atualmente coexiste a modalidade *on-line*.

Esta pesquisa foi realizada com os participantes e os responsáveis pelo programa, ou seja, Juízes, facilitadores e autores. Será dividido em três grupos: A) quem direciona os HAV (juízes), B) quem facilita os encontros do programa (Psicólogos/ facilitadores) e C) os participantes – HAV, grupo este o qual foi analisado.

Todos os membros estavam cientes da participação na pesquisa, pois foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não sendo obrigatória a participação, sendo livre a escolha, porém não houve nenhuma recusa neste estudo. O TCLE deixa claro todos os possíveis riscos e benefícios da pesquisa.

Os critérios de inclusão e de exclusão dos participantes da pesquisa foram: (A) para Juízes – participaram somente os Juízes que trabalham na Vara de Violência Doméstica, não podendo ser Juízes de plantão (substitutos); (B) para Facilitadores – não podem participar Psicólogos que trabalhem em outros programas semelhantes, somente da metodologia do UDF; e, por fim, (C) para Autores de Violência Doméstica – participaram aqueles que integram o Grupo Reflexivo observado, não podendo possuir transtorno psiquiátrico que impeça a participação consciente, nem para autores que compõem o quadro da segurança pública do Distrito Federal. Foram incluídos os encaminhados pelos Juízes da Vara de Violência Doméstica do mês em questão, que não estivessem dentro dos critérios de exclusão.

Esta proposta de pesquisa tem um enfoque qualitativo no campo das Ciências Sociais e Humanas, dentro da área de Saúde Coletiva. A estrutura já existente do programa permite analisar como as intervenções, o planejamento e as estratégias são implementados em cada etapa (Sousa *et al.*, 2015). Neste caso, o número de entrevistados é menos importante do que a perspectiva de cada autor.

Trabalhar com a pesquisa qualitativa nesta dissertação oportunizou estudar problemáticas complexas, como: sentimentos, crenças e subjetividade individual, possibilitando alcançar o mundo interno desses autores de violência, e compreender o funcionamento deste grupo em sua profundidade. Tal abordagem não seria possível na pesquisa quantitativa (representatividade numérica).

Os dados da pesquisa qualitativa, apoiada no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais e, como já dito, a violência é um fenômeno multifacetado e o estudo qualitativo pode produzir maiores reflexões. Contrapõe-se à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados (Goldenberg, 2004).

Em contrapartida, a pesquisa qualitativa impõe alguns desafios, como a possibilidade de influenciar os resultados com base nos valores e personalidade do pesquisador, porém, a consciência desse prognóstico pode reduzir interferências na análise. Outro desafio seria de o pesquisador ter convicção do tema, e não conseguir visualizar sua riqueza e totalidade, tendo como consequência a generalização das informações, pois utiliza mais a intuição do que os dados concretos. Outro ponto seria de naturalizar algumas práticas, às quais o estranhamento traria maior possibilidade de discussão e compreensão do estudo, ignorando os dados que poderiam contribuir com um outro olhar ao tema (Goldenberg, 2004).

O trabalho de campo foi realizado somente na região administrativa de Sobradinho, isso porque no momento da pesquisa era o Fórum que mais realizava grupos presenciais. Foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP/FS/UnB).

Os Grupos Reflexivos com Autores de Violência Doméstica acontecem no Fórum de Sobradinho (Região administrativa do Distrito Federal), em uma sala espaçosa, com média de 14 cadeiras e mesa de apoio, além disso possui janelas e ar-condicionado (figura 11). Os autores são encaminhados pelos Juízes dos Juizados de Violência Doméstica para participar dos encontros presenciais que ocorrem no próprio Fórum, com objetivo de reflexão e redução da reincidência dos atos violentos cometidos por esses homens.

Figura 6 – Foto da sala que ocorrem os grupos



Fonte: foto tirada pela pesquisadora

O trâmite do comitê de ética iniciou-se em abril de 2023 e só recebeu autorização para funcionamento em junho de 2023, pois o percurso não é simples, durando média de 2 meses. É necessário entender como funciona todo o processo para ter um deferimento mais rápido, demanda muita organização e leitura.

Assim que foi autorizado pelo comitê de ética, deu-se início à pesquisa, no período de julho de 2023 a janeiro de 2024, e foram analisados os conteúdos e as possíveis variáveis e categorias do programa.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Técnicas de pesquisa são procedimentos funcionais que medem a prática da pesquisa, tornando-a mais robusta. As técnicas de pesquisa deste estudo foram: análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os registros realizados pela Pesquisadora (diário de campo e roteiro de observação) foram subsídios para toda sistematização dos dados, além dos documentos já existentes analisados, quais sejam, o livro da metodologia UDF e o Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições elencadas. Essa técnica de documentação ajuda a identificar, levantar e explorar informações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e contribui para a construção de novas ciências (Severino, 2013; Mendonça, Ana; Sousa, Maria (org.), 2021).

A entrevista semiestruturada é feita com perguntas abertas já direcionadas e previamente estabelecidas, focadas no tema desejado pelo pesquisador, o que facilita a categorização e auxilia a escuta dos autores, levando à identificação de como eles percebem os grupos e todo o processo da Violência contra a Mulher. Este é um dos

momentos em que há interação direta do Pesquisador com o Pesquisado. Em pesquisa na área de Ciências Humanas, é um dos instrumentos mais utilizados, e não foi diferente neste trabalho.

Com as entrevistas é possível saber o que os membros do grupo refletem, compreendem, representam, causam, fazem e alegam sobre o tema em questão. Sendo dados sociais diretos do público pesquisado, dando mais vigor às discussões, fortalecendo conclusões (Severino, 2013).

As entrevistas foram realizadas após a aprovação do CEP. A quantidade de entrevistados na pesquisa foi de dois Juízes (grupo A), dois Psicólogos (grupo B) e 11 homens (AVD- grupo C), número maior de autores, pois são os usuários do programa em benefício da Sociedade realizado pela Centro Universitário. Neste trabalho, foram bem aproveitadas as respostas desses autores, é importante ouvi-los e saber como eles consideram os encontros do Grupo Reflexivo e sobre a violência contra a mulher. Os grupos A e B foram entrevistados nos meses de novembro a janeiro de 2024, dentro do prazo estipulado pelo CEP, e o grupo C teve um prazo maior de entrevistas, de julho de 2023 a fevereiro de 2024. As entrevistas dos grupos A e B foram utilizadas pontualmente em algumas considerações, não sendo ponto chave desta pesquisa.

Segue tabela dos entrevistados:

Tabela 3 – Número de entrevistados por integrante do “Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica” - Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), DF, 2023 – 2024.

Grupos	Tipo	Quantidade
A	Juízes	2
B	Facilitadores	2
C	Autores	11

Fonte: elaborado pela autora

Para as entrevistas foi criado roteiro semiestruturado e voltado para a percepção de cada encontro. De acordo com o observado no programa e na literatura científica sobre o Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica, foram elaboradas perguntas com base nos seguintes temas: violência, responsabilização, sentimentos dos encontros, transformação subjetiva, informação e, por fim, aprendizado, sendo observada a mudança de comportamento na vida de cada participante, como demonstra o quadro:

Quadro 2 – Categorias e subcategorias previstas no roteiro semi-estruturado para os entrevistados do “Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica” - Centro Universitário UDF e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), DF, 2023 – 2024.

Categorias iniciais	Subcategorias
Violência	X
Responsabilização	X
Sentimentos dos encontros	Transformação subjetiva
Informação	X
Aprendizado	Mudança de comportamento

Fonte: Produzido pela autora

As entrevistas foram realizadas por meio de tecnologias de aproximação (chamadas de vídeo, através do aplicativo Teams), gravadas e transcritas para posterior análise dos dados. Os participantes do grupo C foram homens maiores de 18 anos, Autores de Violência Doméstica encaminhados por Juízes e Promotores dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Distrito Federal da região administrativa de Sobradinho.

Nestes casos, o termo foi fornecido digitalmente e assinado pelo Pesquisador, recebido por meio digital e presencial (em alguns casos) e assinado pelos participantes. Já os entrevistados do grupo A e B foram um do sexo feminino e um do sexo masculino, de cada grupo.

As entrevistas realizadas com os grupos A, B e C foram gravadas e transcritas, e somente a Pesquisadora responsável pelo projeto teve acesso, sendo garantido o sigilo das informações, além disso, o nome dos autores não foi identificado na pesquisa, sendo utilizados nomes fictícios escolhidos aleatoriamente pela Pesquisadora, os nomes dos Juízes e Facilitadores também foram preservados, sendo utilizada a nomenclatura genérica de Juiz 1 e 2, e Facilitador 1 e 2.

Foram realizados seis encontros presenciais e semanais, com duração média de uma hora e meia, sempre no mesmo dia da semana, no decorrer de 40 dias. Semanalmente, ir participar do grupo com outro propósito, que não o de conduzir os encontros, foi muito significativo para o desenvolvimento da pesquisa; olhando esses autores com outra lente, que não a de Psicóloga, como Pesquisadora. A condução foi realizada por dois psicólogos, um do sexo feminino e um do sexo masculino.

Como dito anteriormente, atualmente são realizados seis encontros devido à modalidade *on-line* (após a pandemia), pois trouxe dificuldades tecnológicas e necessidades de adequação no tempo e tema abordado nos encontros. E foi essa a quantidade de encontros para observação- participante.

As entrevistas tiveram média de duração de 20 a 30 minutos com o grupo C, já com o grupo A e B duraram um pouco mais, em média de 30 a 35 minutos. Conforme já esclarecido, foram gravadas e transcritas com auxílio da plataforma Teams, utilizando o dispositivo de gravação e transcrição das entrevistas, todas mantidas em sigilo no computador da Pesquisadora, não armazenadas em nenhum tipo de nuvem.

Para análise da percepção sobre o programa em cada indivíduo – discutida no próximo capítulo –, o tempo de duração pode ter tido uma diferença entre os grupos, talvez devido à dificuldade de se expressarem. Foram percebidas limitações no repertório e dificuldade para responder às perguntas abertas, ou seja, as perguntas das entrevistas tinham de ser faladas mais de uma vez e algumas vezes explicadas para que os autores compreendessem e respondessem dentro do contexto. As entrevistas semiestruturadas são diferentes para cada grupo, no intuito de identificar melhor como funciona o fenômeno para cada indivíduo inserido neste programa.

Fez-se necessária análise do conteúdo temático utilizado no trabalho para a categorização dos dados, realizando pré-análise, observando as variáveis empíricas da origem, descrição, sentimento e a implicação do objeto, recurso que permite a essência do trabalho qualitativo, de forma que os dados brutos se tornem dados organizados (Bardin, 1977).

Houve a pré-análise do conjunto de documentos das transcrições das entrevistas, separação por temas, inferência e interpretação dos dados para organização da análise. As entrevistas foram ouvidas e lidas muitas vezes para separar os temas que mais apareciam, com uma escrita organizada e tabelada pela Pesquisadora (Mendes e Miskulin, 2017).

Esta fase da pré- análise possui regras importantes para a interpretação dos resultados do *corpus*, nome dado ao documento que será analisado, neste caso, as entrevistas realizadas. Entre as regras seguidas, destacam-se: analisar o material exhaustivamente, sem deixar nenhum dado relevante despercebido; regra da representatividade, sendo a mostra significativa para um resultado generalizado; regra da homogeneidade, com intuito de obedecer aos critérios de escolha e, por fim, regra

da pertinência, em que o material deve estar adequado para ser fonte de informação (Bardin, 1977).

Na parte de codificação, foi utilizada a classificação e agregação para escolha de categorias, e também de temas. Segundo Bardin (1977), essa análise consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode ter significado de alguma forma para o objetivo analítico escolhido.

Após análise de conteúdo, lógica e pertinência das entrevistas, foram surgindo novas categorias e mantidas as categorias iniciais – as iniciais por meio de dedução, e as posteriores, por produto das entrevistas. Essa alteração ocorreu porque, após a leitura flutuante e exaustiva das entrevistas, foram percebidas novas nuances trazidas pelos autores.

Segue quadro com as categorias iniciais e as posteriores (após as entrevistas):

Quadro 3 – Categorias iniciais e posteriores da pesquisa

Categorias iniciais e posteriores			
INICIAIS		POSTERIORES	
Categorias	Subcategorias	Categorias	
1	Violência	x	Autores e Violência
2	Responsabilização	x	Autores e Responsabilização
3	Sentimentos do encontros	transformação subjetiva	Autores e sentimentos
4	Informação	x	Autores e educação
5	Aprendizado	Mudança de comportamento	Autores e grupo
6	x	x	Autores e pós grupo

Fonte: Elaborado pela autora

As categorias e subcategorias posteriores estão na tabela abaixo, para melhor visualização:

Quadro 4 – Categorias posteriores de pesquisa com suas subcategorias a pós análise do material de campo, Grupos Reflexivos Autores de Violência, DF, 2023-2024.

	Categorias	subcategorias			
1	Autores e violência	Violência de gênero como pano de fundo do trabalho com HAVD	Eu sou homem e preciso ser forte!	x	x
2	Autores e responsabilização	Responsabilização do ato violento	Parcela de responsabilidade	Lugar da responsabilidade	x
3	Autores e sentimentos	Eu agressor? Sou trabalhador!	Sentimentos durante os encontros	Dificuldade em reconhecer erros e demonstrar sentimentos	x
4	Autores e educação	Justiça + informação	x	x	x
5	Autores e grupo	Nova forma de vivenciar conflitos	Quebra do ciclo da violência	Ouvir e compartilhar	Como os profissionais veem esses homens
6	Autores e pós grupo	x	x	x	x

Fonte: Produzido pela autora

Inicialmente, foi criado um roteiro de campo para melhor direcionar a observação, com tópicos relevantes como: horários de início e finalização, quantidade de participantes, descrição do ambiente, comportamento observado de cada integrante do grupo, como interagiram entre si e como se identificaram com o grupo, atenção nas falas, postura no encontro, contato visual, tom de voz, expressão facial e corporal, envolvimento na proposta grupal, atividades propostas e outras observações, além disso, o diário de campo, já existente, complementado ao longo das participações. Somente as entrevistas foram gravadas e transcritas, os encontros não foram gravados.

4 CAPÍTULO 4 – O QUE PENSAM OS HOMENS SOBRE O GRUPO REFLEXIVO PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

4.1 ENTREVISTADOS (QUEM SÃO ESSES HOMENS?)

Ao longo da pesquisa foram entrevistados um conjunto de homens, a seguir segue uma descrição de suas principais características:

- João tem 39 anos, é servente de obras, cursou ensino fundamental incompleto, é branco, morador de Sobradinho, ele participou do grupo em janeiro de 2023 e entrevista foi realizada em novembro 2023. A mulher fez a denúncia por crime de ameaça.

- Cauã tem 38 anos, é servidor público, cursou ensino superior em administração, é branco, morador de Sobradinho, participou do grupo em outubro de 2022, ele foi alvo de uma denúncia e, posteriormente, surgiram novas informações sobre o caso. No entanto, o inquérito foi arquivado por insuficiência de provas. A entrevista foi realizada em novembro de 2023, quando ele era acusado de descumprir uma medida protetiva.

- José tem 41 anos, é técnico em laboratório, cursou o ensino médio, é preto, morador de Brasília, participou do grupo em julho de 2023. A entrevista foi realizada em novembro 2023, foi acusado pelo crime de injúria.

- Firmino tem 42 anos, é pedreiro, cursou ensino fundamental incompleto, é preto, morador de Sobradinho, participou do grupo em julho de 2023. A entrevista foi realizada em agosto 2023, foi acusado por crime de ameaça.

- Mário tem 34 anos, é motoboy, cursou ensino fundamental incompleto, é preto, sem reincidência, morador de Sobradinho, participou do grupo em agosto de 2023. Foi acusado por ameaça e contravenção penal vias de fato.

- Miro tem 32 anos, é pedreiro, cursou ensino fundamental incompleto, é pardo, sem reincidência, morador de Sobradinho, participou do grupo em julho de 2023. A entrevista foi realizada em agosto de 2023, foi acusado da contravenção penal vias de fato.

- Rafael tem 40 anos, é pedreiro, cursou ensino fundamental incompleto, é pardo, sem reincidência, morador de Sobradinho, participou do grupo em julho de 2023. Entrevista realizada em agosto de 2023, foi acusado por crime de ameaça.

- Edgar tem 31 anos, é segurança, cursou ensino médio, é branco, sem reincidência, morador de Sobradinho, participou do grupo em julho de 2023. Entrevista realizada em agosto de 2023, foi acusado pelo crime de lesão corporal.

- Aldo tem 27 anos, é gesseiro, cursou ensino médio completo, é branco, sem reincidência, morador de Sobradinho, participou do grupo em agosto de 2023. Foi acusado da contravenção penal de vias de fato.

- Ney tem 49 anos, é servidor público, cursou ensino médio completo, é pardo, sem reincidência, participou do grupo em 2023, morador de Sobradinho. Entrevista realizada em fevereiro de 2024, foi acusado pelo crime de lesão corporal.

- Will tem 36 anos, é auxiliar administrativo, cursou ensino médio completo, é pardo, com reincidência, morador de Santa Maria, participou do grupo em outubro de 2023. Foi acusado pelo crime de agressão verbal e ameaça.

Tabela 4 – Dados Sociodemográficos

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS								
Nº	Nome fictício	Idade	Profissão	Escolaridade	Raça	Reincidência (crime)	Data do grupo	Moradia
1	João	39	servente de obra	fundamental incompleto	Branco	2	janeiro de 2023	sobradinho
2	Cauã	38	servidor público	Superior	Branco	Sim	out/22	sobradinho
3	José	41	técnico em laboratório	Médio	Preto	Não	jul/23	Brasília
4	Firmino	42	Pedreiro	fundamental incompleto	Preto	Não	ago/23	Sobradinho
5	Mario	34	Motoboy	fundamental incompleto	Preto	Não	ago/23	Sobradinho
6	Miro	32	Pedreiro	fundamental incompleto	Pardo	Não	ago/23	Sobradinho
7	Rafael	40	Pedreiro	fundamental incompleto	Pardo	Não	ago/23	Sobradinho
8	Edgar	31	Segurança	Médio	Branco	Não	ago/23	Sobradinho
9	Aldo	27	Gesseiro	Médio	Branco	Não	ago/23	Sobradinho
10	Ney	49	servidor público	Médio	Pardo	Não	jul/23	Sobradinho

Fonte: Elaborado pela autora

É importante observar que, na próxima etapa, a análise do trabalho é feita com base nas declarações dos entrevistados, sem descartar a possibilidade de que algumas respostas reflitam uma "desejabilidade social", ou seja, os entrevistados podem ter respondido o que consideram socialmente aceitável, em vez de expressarem suas opiniões reais. Esse efeito pode ser intensificado pelo fato de estarem na condição de acusados de cometer Violência contra a Mulher no contexto jurídico.

A autora Goldenberg (2004, p. 85-86), em seu livro "A arte de pesquisar", discute essa questão, refletindo sobre a veracidade das declarações dos entrevistados. Ela afirma que é inevitável essa incerteza, e, portanto, as análises serão feitas com base no que foi declarado por eles:

Um dos principais problemas das entrevistas e questionários é detectar o grau de veracidade dos depoimentos. Trabalhando com estes instrumentos de pesquisa é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros. A personalidade e as atitudes do pesquisador também interferem no tipo de respostas que ele consegue de seus entrevistados.

No contexto da violência contra a mulher, o medo do julgamento social e da rotulação como politicamente incorretos, violentos e agressivos, dificulta a expressão da verdade por esses homens, com isso as análises serão feitas a partir desse lugar de hipóteses. Esse ponto, sem dúvida nenhuma, é um limite desta pesquisa, já que a todo o tempo os homens pareciam performar as melhores respostas, sobretudo, por conta de a pesquisadora ser uma mulher, psicóloga e trabalhar no grupo.

4.2 CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS

As categorias e subcategorias temáticas analisadas serão expostas nas próximas páginas deste trabalho, foram criadas com base nas entrevistas realizadas e analisadas, passando por fases de pré-análise (variáveis empíricas de origem), leitura flutuante, separação por temas, codificação, inferência e interpretação dos dados. A categorização possibilita a organização em duas fases: isolar elementos e

reparti-lós, de forma que as ideias fiquem organizadas. Após análise de conteúdo, lógica e pertinência das entrevistas, foram surgindo novas categorias e mantidas as categorias iniciais – por meio de dedução, e as posteriores por produto das entrevistas.

4.2.1 Autores e Violência

Dado que a violência constitui o objetivo primordial do programa, este tema é intrínseco a todas as entrevistas realizadas. Os participantes, em suas falas individuais e coletivas, manifestam desconforto com o tratamento recebido na recepção do Fórum ao se identificarem como participantes do grupo reflexivo, evidenciando a necessidade de uma análise minuciosa desse aspecto.

A experiência no Fórum pode atuar como um catalisador, amplificando sentimento de culpa, repulsa e inadequação, decorrentes da percepção de que seus atos foram graves o suficiente para ensejar a responsabilização individual. Muitos relatam sentir-se maltratados e comparados a criminosos por estarem indo ao Fórum, isso pode gerar resistência e dificuldade da adesão ao grupo.

Talvez, por esse motivo, no início, eles frequentemente minimizam seus atos, negando a gravidade de suas ações, questionando sua presença no programa, em resumo naturalizando o comportamento violento. No entanto, ao longo do processo pode ocorrer um novo olhar sobre esses pontos que são discutidos em grupo e surge como uma alternativa para promover a reflexão crítica e o desenvolvimento de atitudes mais responsáveis em relação às mulheres, o que não foi aprendido por eles.

4.2.1.1 Violência de Gênero como pano de fundo no trabalho com Homens Autores de Violência (HAV)

Cauã, ao ser questionado de sua responsabilidade, relata:

...eu acredito que eu tive em parte sim, eu podia ter sido um pouco mais, entendeu? Na hora do conflito, eu podia ter evitado. Então, a responsabilidade minha podia ter sido isso, ter evitado algum tipo de conflito [...] hoje, se tivesse esse tipo de conflito, eu era o primeiro a sair correndo, a sair de perto para não ter problema.

Neste trecho percebe-se que o entrevistado acredita na fuga como solução para evitar conflitos, porém, esse recurso não funciona sempre, é importante que

estes homens se conheçam e possam perceber seu corpo e sua reação e que além disso existe o papel de homem que aprendeu ser, devendo ser refletido e repensado.

Esse é um ponto importante para ser trabalhado no grupo, porque é necessário pensar em novas formas de agir e não apenas fugir da situação. Além disso, desde a infância é aprendido socialmente que o homem “não leva desaforo para casa”, mas a experiência deste processo pode trazer o início de uma reflexão e a desconstrução dessa ideia enraizada socialmente. Em algumas respostas é perceptível a performance de uma intenção de agir de forma diferente, depois de ter passado por esta situação negativa, como a fala de Cauã:

...porque eu já tinha passado por essa experiência, não é? E aí foi fácil, contornar toda a situação, entendeu?

Segundo Vigoya (2018) os homens muitas vezes são violentos porque se sentem impotentes e essa seria a forma de demonstrar seu poder. Deve ser ensinado a esses homens novas formas de agir e não se sentirem frágeis por tal atitude branda e não violenta contra as mulheres. A autora ainda destaca que a violência pode ser uma forma para os homens resgatar a sua autoestima, isso implica em muitas consequências para as mulheres em se tratando de violências.

Para o Juiz 2 (J2) fugir ou dar uma volta não basta, se o problema vai muito além disso, por isso é essencial compreender o fenômeno da violência relacional e os motivos pelos quais reagem de certa forma, qual foi o motivo e não a reação em si, sendo necessário uma reflexão profunda sobre o conceito de violência de gênero:

Rafael: ...vamos assim, pô, vamos lá, se a pessoa está irritada, você tem que sair fora, cai fora porque é sério, não dá certo. Então se você não quer confusão, então, não quer aquele problema, só sai fora, cair fora.

J2: ...quando eu tiver um estresse, porque na verdade não é isso, né? A violência de gênero é mais! Então se eu estou batendo, porque eu não gostei que ela trabalhou até tarde ou porque eu não gostei da roupa ou que meu almoço não ficou pronto no momento que eu queria. É ter pensamentos por trás disso, né? Como é falar de controle e manejo dos sentimentos, sem falar de gênero?

Miro argumenta sobre a importância de identificar uma situação de conflito, podendo evitá-la, mesmo levando em conta o “papel do homem, que não aceita desaforo”. No período dos encontros, ao presenciar confusão no trânsito, ele logo lembrou do grupo, e compartilhou:

...olhando a situação: um dando dedo para o outro, e eu lá de longe falei, ali é onde dá merda... aí eu lembrei disso, do nosso último encontro, nessa hora vi o cara lá dando dedo para o outro, para quê?

Neste momento, refletir sobre esse comportamento observado e sobre o seu próprio comportamento durante a situação de conflito (agressão física) faz com que ele não perceba seu próprio comportamento desrespeitoso com a mulher, no qual ele pode ter agido da mesma forma que observou. Gregori (1993) descreve esse mecanismo como um 'truque' que nos cega para a nossa própria participação em determinadas situações, projetando-as apenas no outro, o que dificulta a admissão de erros e a compreensão da violência como um fenômeno social.

O reconhecimento, pelos participantes, de que o fato poderia ser evitado não é suficiente para uma ampla mudança de comportamento, mas sim para o início de uma sensibilização. O participante Cauã ponderou sobre a possibilidade de ter saído do local, Miro comparou a situação que presenciou no trânsito e se lembrou do grupo. Will e Ney disseram sobre evitar situação de confusão e José ressaltou sobre evitar problemas futuros. Vale lembrar que toda essa discussão dentro do grupo permite que eles ouçam novas experiências e descubram diferentes maneiras de agir, isso é um ponto marcante do processo grupal: a troca.

Reduzir a violência de gênero contra a mulher não é uma tarefa fácil, o tema é profundo e complexo. Simplesmente controlar as emoções, sair e evitar o conflito não resolve, pois pode configurar “energia guardada” para problemas futuros. Isso pode ser um fator a ser discutido com os homens, para que pense em formas de resolver conflitos com eles mesmos e com os outros quando se trata de gênero e questões profundas de construções sociais e individuais.

Machado (2000) utiliza o termo “persistência hegemônica de dominação masculina da contemporaneidade”, tal colocação emblemática se enche de sentido ao ouvir o relato de José:

...o tema assim que muita gente bateu na tecla foi com relação as leis que eles não olham muito para o homem, né? Foi esse tema aí que causou muita indignação e foi algo que não foi resolvido, pelo menos na cabeça das pessoas. As pessoas não aceitaram isso, mas isso é uma realidade, não é? Infelizmente. Elas poderiam olhar mais para os homens, né? Como elas querem tantas igualdades, né? Todos os pontos, aspectos deveriam ser revisto. Mas não cabe a gente resolver isso.

A indignação expressa nesse relato revela uma percepção de que os homens sentem suas posições de poder ameaçadas pelas conquistas femininas. Essa sensação de perda de privilégio gera ressentimento e oposição às leis de proteção à mulher. No entanto, a necessidade dessas leis é evidente, pois a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres são problemas sistêmicos e históricos. É

crucial entender que a ausência de leis específicas para homens não se deve a uma falta de problemas, mas sim à histórica desigualdade de gênero que coloca as mulheres em situação de maior vulnerabilidade.

Daniel Welzer-Lang (2001) retrata em seu artigo a mesma questão, enfatizando que: “Da análise crítica da opressão das mulheres, nasceram as lutas contra o sexismo, o patriarcado e o viriarcado” (Daniel Welzer-Lang 2001, p. 462)

Além disso, essa reação evidencia a naturalização da violência contra as mulheres e a dificuldade de alguns homens em reconhecer a desigualdade de poder nas relações de gênero. Mais uma razão para a existência da Lei Maria da Penha que é uma resposta direta à realidade da violência doméstica e sexual que desproporcionalmente atinge as mulheres. Com toda essa desigualdade, se existir uma lei que protege os homens, seria retroceder a toda essa luta e conquista.

4.2.1.2 “Eu sou homem e preciso ser forte”

A fala de Cauã retrata a dificuldade que os participantes do grupo têm em lidar com seus próprios problemas; a dificuldade de falar de si, ou seja, falar em primeira pessoa. Importante ressaltar esse fato como colaborativo na literatura, sobre a dificuldade que o homem tem em se retratar e expressar verbalmente os seus sentimentos. Cauã diz que gostou de participar do grupo reflexivo, mas, quando é questionado sobre suas condutas, utiliza o termo “a gente”, o que expressa a dificuldade em visualizar a autoimagem, o que pode significar um aprisionamento. Veja o seguinte trecho:

...deu uma clareada na vida, na mente da gente... a gente tomou uma outra postura depois dos grupos, não é? Então assim foi muito proveitoso.

No contexto coletivo do grupo, o comportamento machista dos homens é evidenciado de forma natural e cruel para eles mesmos, mas, como foi aprendido dessa forma, pensam que devem manter e reproduzir tais comportamentos, o que é extremamente prejudicial para as relações afetivas. Fica muito claro, nos grupos, que ninguém aprendeu a bater em mulher, eles verbalizam que homem que bate em mulher é covarde. Mas os outros tipos de violência, além da física, que podemos denominar como violências invisíveis, impactam tanto quanto as outras. Cauã relata que uma palavra dói mais que um tapa:

...preciso parar de falar umas coisas, que às vezes dói, né? às vezes dói mais que um tapa.

A partir desta fala e da observação participante, foi possível constatar que um dos trabalhos do grupo consiste em demonstrar que as violências invisíveis, embora nem sempre perceptíveis à primeira vista, são atos de violência com consequências concretas para as mulheres, afetando-as de diversas maneiras.

Ao perpetuar comportamentos machistas, os homens estão incentivando a violência de gênero, ou melhor, a violência contra a mulher. No texto de Normando: “Aceitando a intenção coletiva podemos dizer que membros de uma mesma coletividade seriam responsáveis pelas ações de outrem pertencentes à mesma comunidade” (Normando, 2012, p. 262).

Sob muitos aspectos é possível afirmar ser apenas responsável por algo do qual eu possuo o controle. Não obstante, é possível apontar para responsabilidades que temos quando somos membros de um grupo, uma organização, cidadãos de um país. Nestes casos normalmente não escolhemos as responsabilidades que temos, somos responsáveis apenas por uma questão de pertença, de coletividade.

A partir do exposto, ressalta-se a necessidade de os homens compreenderem a magnitude da responsabilidade coletiva em relação ao tratamento com a mulher. Os Grupos Reflexivos podem ser umas dessas importantes iniciativas de estimular a reflexão e dar início a uma transformação na construção dos papéis sociais.

Ainda nesse contexto, a autora Celi Regina Pinto (2014), do texto “O conceito de responsabilidade em Iris Young”, argumenta sobre a responsabilidade compartilhada, na qual, individualmente, o homem não é culpado por algo que aconteceu, mas, ao ficar omissivo, calado perante algum acontecimento, se torna responsável por reforçar atitudes machistas. Por exemplo, em uma conversa entre homens, eles podem achar engraçadas as piadas machistas, mesmo que não queira rir. Muitas vezes, ele sente que precisa adotar esse comportamento para ser aceito no grupo; caso contrário, pode se tornar alvo de bullying e não identificado como um homem. Decidir reproduzir ou não comportamentos machistas é uma responsabilidade pessoal. Se consigo reconhecer que a afirmação “homem não chora” é uma falácia, devo agir de acordo com minha própria convicção, em vez de me submeter às imposições do grupo. Um dos juízes entrevistados detalham sobre este tema:

...então, se não trabalhar a questão mesmo, do machismo estruturante das violências de gênero, você não consegue abrir a chave assim, da mudança de cultura, da mudança de mentalidade e sem cortar aqueles efeitos que eu sempre digo da reprodução transgeracional da violência.

Rafael comenta sobre o que aprendeu com a mãe. Ainda que não seja percebido por ele, o participante considera inaceitável o comportamento violento e ser considerado um agressor, justamente pela educação dada pelos pais, sendo ensinado a não agredir mulher, o que parece ser um importante princípio de vida para ele:

...eu vou fazer 41 anos agora, dia 16 desse mês. Eu sempre segui o exemplo da minha mãe, ne? Me criou desse jeito.

Essa pode ser uma das questões centrais na discussão sobre a violência contra a mulher: a repetição de padrões assimilados no ambiente familiar. Em relação ao machismo estrutural, muitas vezes transmitido entre gerações, a possibilidade de ressignificação é frequentemente inibida. Isso ocorre porque muitos indivíduos tendem a preservar as ideologias e percepções que absorveram no contexto familiar, seja pela crença de que certo estilo de criação foi eficaz, seja por respeito aos pais, estejam eles presentes ou não. (Gay e Piber, 2023). Outro aspecto a ser apresentado nesta frase é: o que foi aprendido, como foi ensinado e como é observado tais comportamento em casa relacionados à violência.

Acrescenta-se aqui o olhar de que se uma mulher for casada perante a sociedade, ela possuirá melhor posição social, o as incentivam buscar tais relações. Zanello (2018) reforça essa percepção em seu livro 'Saúde Mental, gênero e dispositivos', em que a mulher deve ser escolhida de alguma forma para se sentir validada. Essa dinâmica, impulsionada pelo dispositivo amoroso, nome dado pela autora, pode aprisionar as mulheres em relações abusivas ou desiguais, uma vez que a busca pela legitimação social através do casamento se sobrepõe à busca por autonomia e bem-estar individual. A internalização da necessidade de ser 'escolhida' pode levar à naturalização da dominação masculina, perpetuando as desigualdades de gênero.

Neste posicionamento, pode ser percebido o quanto o patriarcado ainda está presente na nossa sociedade, discorre Machado (2000, p. 14):

O termo 'patriarcado' remete, em geral a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina.

Dessa forma, pode-se explicar melhor sobre o entendimento do poder que os homens exercem sobre as mulheres. No grupo, por muitas vezes há essa reflexão sobre o tema. Pensando racionalmente, para esses homens, existiria algum local que os levassem a tal raciocínio, que não o espaço do grupo?

A dificuldade de compreender tal mudança como positiva pode ser explicada pela perda do poder do homem sobre a mulher, como Machado (2000, p. 15) bem corrobora:

A intervenção da idéia de um direito natural masculino (é isto o que nomeia patriarcado moderno) retirou, em grande medida, desta arena, os indivíduos-mulheres. Equivoca-se, no entanto, ao supor que o contratualismo não tem poderes, na direção inversa, de subverter os parâmetros “patriarcais”. Contrariamente ao que propõe Pateman, o contratualismo tem poderes de subverter o “patriarcado moderno”, porque desmonta a legitimidade do direito natural ao poder masculino sobre o feminino.

Nesse raciocínio, o fato de a mulher ser ouvida na sociedade é relatado por Miro durante a entrevista, diz no contexto da Lei:

...mas assim só ouve o lado da mulher, não vê o lado do homem...

A busca por uma igualdade de gênero é infinita. Nos grupos, vemos que o início dessa discussão pode despertar uma reflexão no papel dos homens, Machado (2000, p. 4) observa em seu texto:

O conceito de “relações de gênero” não veio substituir o de “patriarcado”, mas sim, o de “condições sociais da diferença sexual”, o de “relações sociais de sexo”, e o de “relações entre homens e mulheres”. Entendeu-se que estas expressões permaneciam aprisionadas nas narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres, dificultando o desenvolvimento das análises que pretendiam chegar à radical ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais.

Apesar das mudanças em curso, relacionadas ao crescimento da participação feminina na sociedade, alguns homens demonstram insatisfação com o cenário atual. Segundo Vigoya (2018), essa insatisfação se manifesta na crítica a um suposto 'excesso de feminismo', entendido como uma ameaça à sua posição de poder e hegemonia. Fazer esses homens compreender que o feminismo não está contra eles, mas sim a favor de uma vivência mais igualitária para as mulheres, evitando violências, e inclusive para mulheres que eles amam, como filhas, mães, entre outras mais próximas. A autora ainda destaca que os homens se vêem perdendo o poder pelo fato do crescimento da mulher no mercado de trabalho, pois se sentem ameaçados. E isso é reflexo da resistência da sociedade e do homem, neste caso, em aceitar o crescimento da mulher em nossa coletividade, pois esse crescimento pode expressar na mente deles que serão inferiores.

4.2.2 Autores e Responsabilidade

4.2.2.1 Responsabilização do ato violento

Os homens que comentem violência precisam se responsabilizar pelo ato agressivo contra a mulher, mas esse ideal não é o visto majoritariamente na sociedade. Com isso, falta a responsabilização efetiva dos responsáveis pelo ato violento, o que pode ser indício de reprodução social da atitude combatida.

Durante observação do grupo, um participante percebeu a dificuldade de reconhecer a violência contra a mulher como um fenômeno grave em sua vida. Participar do grupo pode ser um passo para a sensibilização, o reconhecimento e a conscientização, que poderão provocar mudanças nos padrões de comportamento violento. José responde sobre a sua responsabilidade neste contexto:

...sim, mais por falta de informação é, eu não tinha essa informação com respeito à Lei Maria da Penha é, se eu tivesse, com certeza eu não teria passado por isso.

O termo “responsabilidade” utilizado neste trabalho refere-se ao agressor ser responsabilizado pelo ato de violência. O que não quer dizer que, de um modo geral, este homem seja violento o tempo todo, mas a responsabilização do ato analisado como violento traz como uma de suas consequências o não cometimento de novos atos de violência contra a mulher. No texto de Normando (2012, p. 262), o conceito de responsabilidade é “ser capaz de responder por algo, de maneira prospectiva, voltada aos efeitos e resultados futuros de um ato, ou retrospectiva, voltada ao reconhecimento, à reparação ou à punição de atos praticados no passado”.

Ney discursa sobre sua responsabilidade. Percebe-se nesse momento uma possível transformação na sua demanda inicial, na qual era obrigado a participar, mas a efetiva participação o fez perceber que pode ser o responsável pelo fato de estar ali no encontro, identificando uma parcela do ato violento:

a princípio eu não conseguia enxergar qualquer responsabilidade, mas todos nós somos responsáveis, pensando melhor, eu poderia ter agido de outra forma, né? Eu poderia ter evitado, sair para evitar a situação, e eu achei que o problema também ia durar pouco ne, no entanto, ela persistiu no problema e culminou em conflito.

Segundo sua concepção, a responsabilidade não recai somente sobre suas ações. Percebe-se na resposta do participante que ele não se responsabiliza unicamente pelo ato, quando diz: “ela persistiu”, ela: a mulher dele, neste caso, a vítima na situação de conflito. Depois, automaticamente, muda o discurso para o problema. Até que ponto a responsabilização ficará presente na vida deste homem?

Existe um lampejo de responsabilização ou Miro se vitimiza diante das ações da mulher ou, ainda mais, performa sua resposta, diante da pergunta?

O discurso de Miro também expõe este tipo de argumento:

...eu tive sim, eu tive porque, não só da minha parte, porque nesse dia eu tinha bebido, claro, eu assumo que bebi, eu assumo meu erro, igual vocês falam, tem que assumir o erro, claro, eu estava errado, mas só que a minha mulher também tinha bebido neste dia, ne? Só que isso aí, você sabe: a polícia não vê! Só vê o lado da mulher, não vê o lado do homem.

Miro relata a bebida como um motivador da violência, argumenta que o conflito, em sua situação pessoal, aconteceu por este fato:

...vou colocar **meio a meio**, porque ela também tinha bebido.

...o grupo até que ajuda, o que não ajuda é a mulher...sim, eu senti, mas o negócio é eu e ela lá, que nós dois lá que não dá muito certo...

Silêncio após a pergunta sobre mudança de comportamento, com respiração funda, responde:

...mudou um pouco, porque tem que mudar, se não só piora para o lado da gente. Sim. Mudou pouco, mas mudou.

O vínculo de violência relacional, no qual existe a dualidade entre o homem e a mulher, é muito bem discutido pela autora Gregori (1993, p. 183). Nesse contexto se exige uma punição, e a amplitude da motivação do conflito não é percebida:

...as cenas em que os personagens se veem envolvidos e que culminam em agressão estão sujeitas a inúmeras motivações- disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo...

Ao se abordar sobre o tema “mudança”, dos onze entrevistados, oito apresentaram discursos relacionados à transformação de comportamento. O efeito da participação no Grupo Reflexivo gerou crescimento pessoal que esses homens ainda não tinham experimentado, provocando reflexões em suas próprias atitudes.

Interessante a ponderação de que eles não se identificam como seres humanos que possuem sentimentos, acham que devem ter simplesmente a responsabilidade de serem provedores do lar, visão que deve ser ampliada. A reflexão ocasionada pela participação no grupo pode trazer uma maturidade e autovalorização (Machado, 2000).

4.2.2.2 Parcela de responsabilidade

A identificação da autoparcela de responsabilidade no conflito é um comportamento inicial e necessário para a caracterização de uma nova forma de pensar. Ditados do tipo: “quando um não quer, dois não brigam” (pensamento de Edgar e Will durante a entrevista, quando são questionados sobre responsabilidade) não demonstram uma responsabilização completa, mas apenas uma parcela, o que pode levar ao início de uma reflexão.

A dinâmica do papel amassado é uma atividade que exemplifica a reflexão. Na qual identifica-se que em um conflito, no momento de raiva, as atitudes podem deixar marcas no outro e o ato negativo deixa consequências, às quais será preciso responder. Na entrevista, Aldo disse que a agressão não vai mais acontecer, ou seja, agirá de outra forma se a situação acontecer novamente.

Ainda no raciocínio do ditado popular, Edgar responde sobre a sua responsabilidade, e ainda diz que se os colegas estão lá foi porque aconteceu algo:

...quando um não quer, dois não brigam. E acho que só poderia colocar mais, que eu vi muita gente falando, de que a gente pensa muito na outra pessoa, ne? Tipo assim, ah todo mundo é, como se fosse todo mundo inocente, querendo ou não todo mundo tem sua parcela de culpa, a porcentagem pode ser baixa, mas acho que santo, santo não existe.

Will utiliza o mesmo ditado:

Querendo ou não, são dois na relação, porque quando um não quer, dois não brigam, ne? Tem sempre esse ditado, então, querendo ou não, se chegou a esse ponto, por mais que não teve nenhuma agressão física, nada, mas é sempre os dois, nenhum dos dois quis ceder então, querendo ou não, se chegou a um ponto assim, eu creio que se a gente fosse mais inteligente, mais maduros nesse relacionamento, acho que as coisas tinham acontecido diferente.

Na violência relacional o olhar é para todos envolvidos no processo de conflito, em que os mesmos possuem parcelas de responsabilidade e que não podem justificar seus atos por serem homens, e se verem no direito de dominar e agir com agressão, esses padrões devem ser modificados nas estruturas sociais, inclusive os ditados populares que reafirmam atitudes dentro dos padrões engendrados na sociedade.

4.2.2.3 Lugar da responsabilidade

A ideia da “responsabilidade retrospectiva” pode ser observada nos trechos citados. Remete a algo que passou, a coisas que foram feitas ou deveriam ter sido feitas, erros e omissões. Percebemos isso no discurso dos autores, no sentido de poder ter evitado o conflito. Tal percepção se torna válida para os autores, pois é a

partir da constatação de que a violência tem menos probabilidade de se repetir, que os agentes entendem que têm essa parcela de responsabilidade (Normando, 2012).

A importância do reconhecimento dessa responsabilidade para prevenir eventos futuros é fundamental, pois subsidia a “responsabilidade prospectiva”, conceito de Normando (2012), concebendo que, a partir dos erros cometidos pelo agressor, irá acontecer a prevenção com relação às próximas situações. Tal contexto está latente no discurso desses autores, quando citam mudança de alguns padrões de violência e o modo de tratar as mulheres.

Dos onze entrevistados, apenas um disse diretamente que não possuía responsabilidade na situação de conflito. Neste caso, João respondeu diretamente: “Não”.

Mário talvez não tenha compreendido corretamente o significado do que seria responsabilidade, e isso é muito comum nos grupos. Durante a observação participante e as entrevistas observou-se essa dificuldade de compreensão sobre alguns temas, neste caso, ele entende que não foi responsável porque agiu de forma errada, ele citou:

Eu creio que pelo fato do meu modo de agir eu não tive responsabilidade pela forma que eu agi, porque se eu tivesse responsabilidade, não agiria da maneira que eu fiz, não fui responsável.

Segundo Giffin (1994), os homens possuem dificuldades em se sentirem responsáveis dentro deste contexto. Ocupar o lugar de arrependimento se torna difícil para eles, pois para isso devem assumir o erro, o que pode estar diretamente ligado a “ser homem”, ou o “macho alfa”, ou seja, que eles estão em um lugar de não poder cometer erros que se tornam fracós.

4.2.3 Autores e Sentimentos

Esta categoria será classificada pelos relatos dos sentimentos desses homens. Na categoria Violência de Gênero, como pano de fundo deste trabalho, foi discutido sobre a dificuldade que os homens possuem em falar de sentimentos, por isso é tão importante esta etapa.

4.2.3.1 ‘Eu agressor? Sou trabalhador!’

De modo geral, os integrantes do grupo se descrevem e se percebem como bons homens, de boa índole, ressaltam que estar naquele lugar de possíveis agressores os tornam mais frágeis ou “menos homem”. Há a concepção geral de que o homem bom é aquele que trabalha e o capitalismo enobrece o homem, sendo as funções nobres voltada a eles e funções de pouco valor direcionada as mulheres. (Scott, 2005)

No Grupo Reflexivo o acolhimento deve ser realizado e a explicação de que não serão julgados, o local deve ser usado como uma ferramenta para reflexão e intervenção, e em nenhum momento serão avaliadas as discussões no grupo.

Muito além de olhá-los como bons homens, a não identificação com o ato criminoso pode dificultar a responsabilização, percebe-se isso em duas respostas de Ney:

...em todos os sentidos, eu já me comportava muito bem se tratando de família, pois eu tinha o exemplo do pai, mãe, irmãs, tios, a gente sempre foi tranquilo e pacíficos.
...me senti muito confortável, nenhum desconforto, me senti bem, muito bem, gostei.

Cauã relata que por causa da participação no Grupo teve dificuldades de se organizar devido à profissão que exerce, pois perde horas de trabalho, não possui disponibilidade para estar presente em horário comercial (funcionamento do Fórum). Como visto nos dados sociodemográficos, os participantes, em sua maioria, são autônomos, o que implica em reflexos salariais, no sustento da família e de si próprios, conversando diretamente com a questão de prover o lar e isso se torna mais um desafio para o processo grupal.

Nesta próxima alocução pode ser percebido mais um motivo para os homens não se verem enquanto agressores, ou seja, ao invés de estar participando das reflexões, deveria estar trabalhando:

...eu achei muito pouco, ne? É porque, como a gente não tem muita disponibilidade um só por semana, eu não sei se seria, é ruim por causa do horário, porque o horário de trabalho, ne? Mas se fosse mais, em um período que desse para o pessoal ir depois do trabalho e fosse dois por semana, acho que seria ideal, aí seria o que? 6 semanas, serão 12 encontros. Acho que ficaria legal.

Edgar também comenta sobre o trabalho, não só pela ausência, mas pela justificativa dada, e não ser “bem-visto” pelo chefe por conta de uma ausência no trabalho, para falar em grupo, da violência que foi acusado de cometer contra a mulher:

...assim, eu vou falar por mim, nos encontros a quantidade é tranquilo, né? A questão é dos horários em si que para quem trabalha, né? Não é todo chefe, tive que fazer a ressalva, bem especificado tudinho, chegar no trabalho e falar em violência, violência doméstica. Muita gente não sabe nem o que passa, né?

Reafirmando a forma como o homem deve ser visto: trabalhador e provedor da família, e não envolvido com situações de violência a mulher, pois será visto como um agressor e não como um homem. Existe o ditado que "homem de verdade não bate em mulher" e neste momento não se vêem como homem.

4.2.3.2 Sentimentos durante os encontros

Cauã reforça seu entendimento sobre a proposta do grupo:

...eu sei que no início a gente fica pensando, a gente fica um pouco acanhado. O corpo se pergunta por que você está, o que está fazendo ali? Mas no final a gente entende, né, porque.

Nessa fala de Cauã pode perceber um pouco da compreensão da responsabilização do ato violento, entendendo o motivo do seu encaminhamento. Rafael, durante a entrevista, demonstra preocupação com a falta de um participante, e pondera sobre não poder falhar nos dias do encontro, ou seja, a dificuldade de seguir regras:

...eu vou falar o que eu estou pensando aqui pode falar né? Eu gostei, só que lá no último encontro, falhou um colega, né? E não foi. Assim né? No nosso, esqueci a palavra, palestra nossa... você não pode falhar!

Outra reflexão sobre esta fala é com relação à preocupação e cuidado com o outro, mostrando que é possível sim o homem ter esse lado de zelo com o próximo, e também a solidariedade masculina, termo citado por Scott (2005), em que os homens sempre serão solidários uns com os outros. Durante a observação dos grupos, houve um momento que um dos integrantes se atrasou dois minutos e todos os participantes pediram para que fosse reconsiderada esta conduta do colega, pedindo que deixasse ele entrar mesmo atrasado, ou seja, descumprimento de regras, neste caso não foi permitido.

Rafael e Will ponderaram sobre a importância dos encontros:

...foi uma coisa tão efetiva na vida da gente que ajudou, resolveu algum, tirou algumas dúvidas.

...resolveu algumas situações que você poderia fazer, então você evitou, então assim para mim foi muito efetivo. É esclareceu muitas coisas e me ajudou bastante.

No primeiro encontro do grupo, os participantes devem discorrer sobre quais motivos os levaram até ali, neste momento ainda não se conhecem, as respostas de José e Aldo relatam a vergonha e o desconforto de expor suas ações e emoções relacionadas ao motivo de estarem no encontro:

...o que me incomodou é, foi só nos primeiros encontros que foi você falar o que aconteceu, entendeu? Eu acho que se tivesse um momento ali, você participar do grupo e tudo, mas não precisa falar. O fato é que as vezes mexe com você aí é ruim, entendeu?

...o primeiro encontro para mim, você sente assim desconfortável, porque você não conhece os participantes, aí você vai se habituando, entendeu? Você chegar no emprego nos primeiros dias ruins, as coisas vão melhorando, você vai ver um defeito de um, de outro, depois habitua.

Ainda sobre o sentimento experimentado no primeiro encontro, Firmino relata desconforto. Edgar aborda o discurso de estar “armado” diante da situação, ou seja, querer se defender de todas as acusações:

Todos encontros, é no primeiro não, né? Depois do primeiro ficou melhor.

...fiz sentido, igual eu falei assim, essa reunião é uma boa, ne? Se não é, quando a gente vai sem saber que vai participar disso, a gente vai meio armado, ne isso? Até porque, como é que escuta todo mundo. É por mais que que eu falo que eu me sinto culpado, não totalmente, ne? Mas isso não vem ao caso, mas assim, para mim me ajudou sim.

Os discursos demonstram situação de defensiva, sentem-se julgados pela sociedade, tais sentimentos surgem no primeiro encontro, mas se dissipam ao longo dos demais, depois há uma transformação da demanda inicial, onde percebem que não serão condenados naquele espaço grupal, permitindo uma aproximação do grupo e, dessa forma, conseguem refletir sobre os temas, que é o objetivo e a proposta inicial dos grupos reflexivos, como o próprio nome expressa. Importante observar que as opiniões mudam ao compararem sua visão com a de outro membro (Yalom, 2006).

Will acrescenta que, em seu antigo ponto de vista, os grupos não surtiriam efeitos práticos, pensou que seriam julgados pelos facilitadores nos encontros, mas ressalta que o que acontece na prática é diferente do imaginado:

...os efeitos positivos porque a gente, querendo ou não, a gente vai para esses encontros, a gente acha que nada vai dar, nada vai dar certo, ne? Esse encontro não vai acontecer, esses encontros só para julgar, não aí, querendo ou não, é um aprendizado para todo mundo.

...todo mundo observando é a gente pensa, a pessoa está te julgando, está te observando os outros, as outras pessoas que está participando também, ne? Então todo mundo entra com esse preconceito, a gente não pode também ser, é leviano nas coisas, ne? De todo mundo entra o preconceito, vamos ver o que ele vai falar, a atitude dele, como é que está, está agindo para a gente realmente ter um parecer sobre a vida dele.

Cauã e Will refletem sobre os sentimentos durante os encontros:

...nos primeiros encontros, não está? A gente ficou um pouco meio acanhado. A gente fica acanhado com toda a situação, não é meio com receio se perguntando por que que está ali, mas quando você vai chegando nos no final, a gente já vai se sentindo a saudade.

...nos primeiros, não. No segundo ali, porque a gente fica se perguntando, né, o que que a gente está fazendo ali? Porque? Porque tão falando aquilo para a gente e tal? Mas a partir do terceiro e quarto, a gente já entende todo o processo, né?”

...foi bom, no primeiro a gente entra bem acanhado, aí já no segundo já conhece, no terceiro mais algum e vai desenvolvendo, né? Assim, no quarto e no quinto a gente já começa a se abrir um pouco mais ainda.

Will responde sobre o sofrimento de ficar afastado da filha e de poder compartilhar esse fato no Grupo. Neste momento pode ser percebido o quanto esses homens sofrem e não sabem lidar com sentimentos, resultando em conflitos:

...falei um pouco, no momento também, no período que eu estava tendo dificuldade de encontrar com minha filha, né? Agora já estou mais frequente com ela, mas no início foi muito difícil.

Segue abaixo quadro dos sentimentos exposto no encontro de observação participante:

Quadro 5 – Sentimentos dos encontros

1º encontro: VITIMIZAÇÃO	2º ao 5º encontro: REFLEXÃO	6º encontro: RESSIGNIFICAÇÃO
‘Medo’	‘Compreensão’	‘Alívio e dever cumprido’
‘Ansiedade’	‘Clareza e entendimento’	‘Crescimento pessoal’
‘Ouvir lição de moral’	‘Aprendizado’	‘Reproduzir conhecimentos e informar os amigos e familiares’
‘Se perguntou: o que estou fazendo aqui?’	‘Vontade de se abrir’	‘Beber um pouco da água do conhecimento’
‘Falar de mim na frente das pessoas’	‘Troca de experiências’	‘Aprendi com erros, vou colocar tudo em prática.’

Fonte: Elaborado pela autora

Muito importante destacar como entram no encontro com sentimentos mais negativos e depois isso se transforma em emoções positivas, como Vigoya (2018) pondera que a criação de grupos de reflexão para homens com objetivo de lutar contra desigualdade e também contra a restrição de que os homens demonstrem afeto. E para além disso, que eles pensam em novas reações construtivas, não dando lugar para as violências contra si mesmos e contra as pessoas, inclusive mulheres.

4.2.3.3 Dificuldade em reconhecer erros e demonstrar sentimentos

O reconhecimento do erro levará os participantes a buscarem a melhoria no comportamento a cada dia, como retratado na resposta de Will, abordando que precisa reconhecer o problema para poder melhorar a vida. Este fato está relacionado com o que foi refletido sobre a culpa e responsabilidade, porque se de alguma forma eu assumo o erro, me responsabilizo pelo ato, e posso mudar esse comportamento para que não se repita; se somente sentir a culpa, provavelmente o comportamento inadequado persiste.

Seidler (1987: 99 citado em Giffin 1994, p. 152) pondera:

A pressão cultural sobre o homem, no sentido de reprimir as qualidades consideradas femininas (menos valorizadas, de qualquer maneira), resulta numa necessidade de negar o seu lado emocional. Enquanto a idéia do masculino é baseada nesta negação, os homens estão presos numa luta contínua e sem fim contra si próprios, vivem uma ansiedade constante, com medo de que sua natureza possa ser revelada.

Schraiber, Oliveira e Couto (2009, p. 1023) descrevem de que forma o acompanhamento psicológico é importante para lidar com os sentimentos:

Se na esfera pública da sociedade existe, desde longo tempo, uma definição de virtudes e legalidades necessárias ao “adequado comportamento”, uma pauta similar passa a ser pensada para a esfera privada, atuando nas relações de parcerias conjugais. Determinados atos, historicamente tidos como possíveis, são, hoje, violências. A célebre alegação “ela me faz perder a cabeça”, citada por muitos estudos como principal argumento, sobretudo masculino, justificador da violência e com aceitação cultural nas relações afetivo-sexuais, é hoje objeto de regulação: homens e mulheres devem, doravante, buscar outra forma de lidarem com os conflitos.

Envolver esses homens na luta da violência contra a mulher é essencial para que se responsabilizem e enxerguem o cenário de gênero engendrando na nossa sociedade, refazendo caminhos de (re)construção da masculinidade e do papel do homem e da mulher na sociedade atual.

4.2.4 Autores e educação

4.2.4.1 Justiça e Informação

A informação inserida na sociedade a partir da Lei Maria da Penha pode gerar um novo olhar para os padrões de comportamento direcionados às mulheres. José disse que o grupo é “algo informativo”, enfatiza isso durante toda entrevista, de ter tido “uma informação nova, que ele não sabia”. Tal constatação é importante porque demonstra a naturalização da violência doméstica na nossa sociedade, de que “xingar é normal”, essa ideia, por meio dos Grupos Reflexivos, pode ser repensada e até (des)construída.

O entrevistado relata a perspectiva de reproduzir essa informação para outras pessoas, o que, para ele, se torna fundamental para o combate à violência, porque outros indivíduos, incluindo homens que escutam essas informações, podem evitar cometer Violência contra a Mulher com base na história de um colega, aqui retoma a ideia da responsabilidade individual e coletiva:

Bem, a gente obteve muitas informações, mais de perto da Lei Maria da Penha e como a gente deve se comportar né? Durante alguns eventos que.... Possam nos prejudicar no futuro.

...olha como eu não tive essas informações, eu passei por esses problemas, como todo mundo passa eu informo todos e todas as pessoas que eu conheço, eu informo sobre o que eu passei sobre essa lei, para que eles possam evitar esse tipo de problema com o futuro deles.

Ao afirmar que, se tivesse a informação completa sobre a Lei Maria da Penha, ele não cometeria o crime de violência contra a sua mulher, pelo qual está respondendo ao processo, José confirma o objetivo que a Lei Maria da Penha possui de coibir e prevenir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, muitas vezes rompendo o ciclo da violência. Deve-se ponderar se o caráter punitivo e coercitivo que a Lei tem é capaz de levar estes homens à reflexão, e, como consequência, evitar o cometimento do ato violento, ou seja, a reincidência.

Por exemplo no caso de Aldo, que expressa sua opinião sobre as consequências da ida de um oficial de justiça entregar a medida protetiva para ele:

Só que tipo assim, passou ocasionou outras coisas, né? Querendo ou não o oficial veio aqui, e você fica sentindo, não com vocês, incomodado, mas com outros...e as vezes você está só. Os policiais chamando a gente, falando: vocês estão errados.

As consequências de um processo criminal são um forte incentivo para que reflitam sobre suas vidas e evitem reincidir. Dessa forma, no estudo em questão surgem as seguintes reflexões: considerando quem fala e a forma como fala, a Lei Maria da Penha pode ser um recurso de mudança de comportamento dos homens? Ou esses homens reproduzem tal discurso apenas porque sabem que serão avaliados

e analisados enquanto agressores, tanto no contexto da pesquisa quanto nos grupos? São questionamentos que nos conduzem à compreensão dessa problemática.

João disse que se sentiu constrangido de estar no Fórum, de estar de alguma forma “envolvido com a justiça”, o entrevistado relata que nunca esteve envolvido em problemas de violência e/ou caso de polícia e parece se incomodar muito com isso, inclusive, nesse momento da entrevista fica clara essa impressão:

...eu me senti meio constrangido, né? Meio chato saber que a pessoa tem que ir nesse lugar, nunca estive envolvido com justiça, na polícia só fui para tirar minha identidade...

Os grupos ocorrem dentro do próprio Tribunal, pois compõem acordos da parceria entre a justiça e a faculdade. Edgar diz que estar dentro do Fórum, no contexto do Poder Judiciário, lhe trouxe incômodo:

...assim para mim participar disso já foi desconfortável pelo que aconteceu, né?

Ele pontua que o grupo tem iniciativa de ajudar quem cometeu violência, porém questiona, como já dito antes, que lhe incomoda o documento oferecido como atestado de comparecimento nos encontros, a chamada “ressalva”, pois está escrito no cabeçalho: Juizado de Violência Doméstica, este documento é entregue pelo Poder Judiciário para os participantes levarem como justificativa de ausência no trabalho:

...a intenção é justamente isso, né? Acredito que essa iniciativa para ajudar a gente, né? Ai quando você coloca aí no papel, acaba comprometendo, não que não tenha feito, né? Mas assim podia ser menos específico.

A possibilidade de terem o nome envolvido na justiça torna-se um fator muito emblemático na vida desses homens. Essa experiência pode gerar reflexões, no sentido de não se permitirem estar envolvidos novamente neste contexto.

O conhecimento é necessário, muitos não sabem sobre a Lei Maria da Penha em sua íntegra, desconhecendo, por exemplo, o que pode ser caracterizado como violência. Dessa forma, o encontro pode proporcionar uma possibilidade de absorção de conceitos que antes não existiam no repertório desses homens. Inclusive, na programação há um encontro que aborda apenas aspectos relacionados à Lei Maria da Penha e à Violência contra a Mulher. A partir de então, eles começam a observar seus próprios atos, entendendo que tais ações são nocivas à vida da mulher e inclusive na vida deles mesmos, o que possibilitará evitar novas situações de conflito, pois, na ocorrência do conflito, eles também serão prejudicados, com o processo na Justiça, conforme relatado acima.

A 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, estudo recente feito no Brasil, realizado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado, realizada entre agosto e setembro de 2023, mostra que apenas 33% das mulheres do DF conhecem a Lei Maria da Penha. Em se tratando de homens e mulheres entrevistados, 68% conhecem ou pelo menos ouviram falar. Comparado o número de homens que conhecem a lei, as mulheres tiveram 2% a mais que os homens. O letramento jurídico da Lei Maria da Penha pode ser um fator que proporcionará maior cuidado entre as relações dos homens no tratamento com as mulheres. Esse número ainda é muito baixo, por isso a disseminação do conhecimento sobre os direitos das mulheres, incluindo a Lei Maria da Penha, é uma obrigação do Estado.

Não obstante, a Violência contra a Mulher está muito além da existência de uma Lei, está em uma cultura patriarcal. Importante ressaltar a existência de uma regra social na qual não se pode agredir ninguém, porém, a violência está presente com o fim de demonstrar o poder e a força que o homem tem sobre a mulher socialmente. Saffioti (2015, p. 47) retrata em seu livro sobre gênero, patriarcado e violência, que o patriarcado é uma relação de “dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

As mudanças e/ou alterações de leis podem provocar estranhamento nas pessoas, por exemplo, quando foi criada a Lei n. 13.010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada, a proposta causou um estranhamento nas pessoas, que antes utilizavam castigos físicos nas crianças como forma de correção. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) ressurgiu com a discussão sobre o direito das crianças e dos adolescentes. A nova Lei seria então mais uma forma de proteção, como se somente o Estatuto não fosse garantia suficiente. Tal fato se justifica ao percebermos quão naturalizada é a violência na nossa sociedade, que deve criar muitas leis e muitos ordenamentos para a proteção dos menos favorecidos.

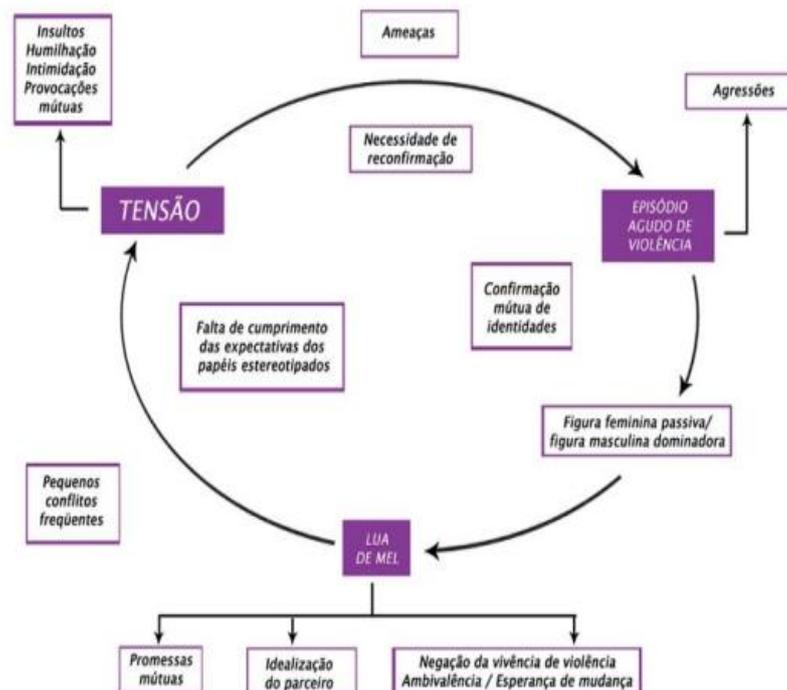
Aprendemos como nos comportar socialmente, entendendo que não pode bater, xingar e agir contra lei. O contrário também pode acontecer, pois o aprendizado é mais eficaz a partir de exemplos vividos. Como consequência, o ser humano pode agir de maneira patriarcal, de forma a naturalizar a violência, muitas acreditando na impunidade, achando que não vai acontecer nada, como de fato ocorreu por vezes na nossa sociedade e em outros países e culturas.

Fica claro na resposta de Will que o ciclo da violência pode se tornar um espiral caso não seja interrompido, ocasionando acontecimentos e agressões mais graves, podendo chegar ao feminicídio. Este processo acontece de forma silenciosa e lenta. Pode-se entender, pelo relato, que antes da violência física ocorreram outras violências mais sutis, ou seja, de difícil percepção pela vítima.

...eu não achava que chegaria a esse ponto, poderia ter sido resolvido entre nós como sempre foi.

As fases do ciclo são: tensão, que é a fase inicial, na qual ocorre o controle, intimidação, humilhação, provocações mútuas, gritos e ameaças. A segunda fase do ciclo é o momento agudo do fenômeno, no qual há a necessidade de depreciar e diminuir a mulher através da violência física. Já a terceira e última fase é a da “Lua de mel”, na qual há promessas de mudanças e a esperança de transformação na relação, porém o ciclo volta a se repetir, devido à ausência de comprometimento com os pactos realizados (Lucena *et al.*, 2016).

Figura 7 – Ciclo da Violência contra a mulher



Fonte: Lucena *et al.*, 2016, p. 4

Saffioti (2015, p. 89-90) afirma sobre a masculinidade:

O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade”. Perdido este status, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta sua mais importante experiência de impotência. A impotência sexual, muitas vezes, constitui apenas um pormenor deste profundo sentimento de impotência, que destrona o homem de sua posição mais importante.

Quando acontece o processo de conscientização, esses homens ficam mais criteriosos com relação ao seu comportamento relacionado à mulher, entendendo que o seu ato violento tem consequências e, assim, começam a ter uma nova atitude em situações de conflito. Também têm a oportunidade de ajudar outros homens que se encontram na mesma situação, reproduzindo e disseminando o que aprenderam nos grupos.

A pesquisa de doutorado de Prates e Andrade (2013) relata a mesma dificuldade de entendimento da integralidade da Lei Maria da Penha e sobre esses questionamentos dos homens nos Grupos.

José defende, em sua entrevista, o ponto de vista masculino, fato muito relevante para a discussão da violência contra mulher. Cita que a Lei Maria da Penha está “na moda”, isso é positivo, pois mostra que a Lei é conhecida pelas pessoas e que as mulheres têm utilizado seus direitos:

...o tema que muita gente bateu na tecla foi com relação às leis que eles que não olham muito para o homem, ne? Foi esse tema aí que causou muita indignação e foi algo que não foi resolvido, pelo menos na cabeça das pessoas, as pessoas não aceitaram isso, mas isso é uma realidade, não é? É infelizmente! ...está muito longe da gente, está na moda isso aí, então é quem sabe no futuro isso melhora... eu entendo a situação dessa lei, eu entendo! Elas poderiam olhar mais para o para os homens, ne? É como querem tanta igualdade, ne? Eu acho que é todos os pontos, aspectos deveriam ser revisto, mas é não cabe a gente resolver isso.

Scott (2005, p. 29) retrata em seu artigo o enigma da igualdade e de fato será uma busca infinita já que existem vários fatores envolvidos:

Essas questões presumem que a identidade é um processo complexo e contingente suscetível a transformações. Elas também subentendem que política é a negociação de identidades e dos termos de diferença entre elas. De fato, gostaria de argumentar – inconclusiva e enigmaticamente, alguns podem pensar – que é precisamente onde os problemas são mais intratáveis e menos passíveis de resolução que a política mais importa. A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções que – em sociedades democráticas – aproximam os princípios da justiça e da igualdade, mas que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações. As melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença).

Dentre eles, o político, cultural e histórico, como citado no início dessa dissertação e isso evidencia a guerra intensa que deve ser realizada em defesa das mulheres, para que exista uma igualdade de tratamento e de respeito, sem opressão e demonstração de poder sobre as mesmas. Compreendendo o desafio histórico enfrentando nas questões de gênero.

4.2.5 Autores e Grupos

4.2.5.1 Nova forma de vivenciar os conflitos

Ney pondera sobre a resolução de conflitos, além de querer melhorar seus relacionamentos. Tal contexto pode demonstrar a aprendizagem de identificar o problema pelas experiências de vida que teve, possibilitando novas formas de agir. O entrevistado reforça essa resposta através de dois comentários:

...os encontros além de trazer uma solução para o problema vivido naquele momento, trouxeram para mim uma solução bastante prazerosa, o poder de desabafar, participar do grupo e saber que eu tinha essa oportunidade no sentido de relacionamento. Hoje me relaciono bem melhor com as pessoas e penso dez vezes.

...é me relaciono bem melhor, né, agora. Com as pessoas ao meu redor, hoje eu sou mais empático.

Cauã cita que o grupo o ensinou formas de agir e a não ser impulsivo, bem como aprender conceitos:

...nos mostram como a gente tem que agir; como a gente tem que sair de uma situação constrangedora, num conflito. Isso ajudou na vida, na vida pessoal da gente, né? Tanto no trabalho quanto em casa. Isso ajudou muito, porque agora você para para pensar, você não age por impulso. Isso ajudou muito na família e no trabalho também, né?

A gente já vai absorvendo as coisas, já vai absorvendo as ideias, é os conceitos, e aí fica mais tranquilo.

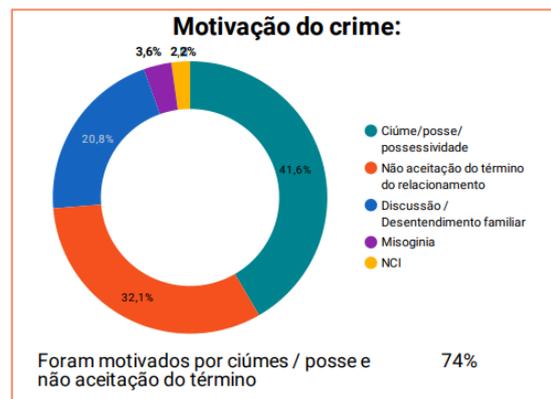
Em caso de relacionamentos abusivos, Will identifica que estava em uma relação não saudável, mais uma vez é perceptível como a naturalização da violência acontece, ele comenta:

...bom, é no meu ponto de vista, não assim para mim, porque eu vinha num relacionamento que eu achava que a pessoa em si é ciumenta. A gente achava que era no caso ciúme normal, mas, querendo ou não, é uma agressão, é uma agressão no relacionamento. Porque querendo ou não, você não pode fazer nada que a pessoa falava: o que você está fazendo? Antes eu achava que isso era normal, uma coisa normal na relação, é coisa de relacionamento, ou é a pessoa, então é doída... isso é algo sério que a gente tem que começar a

visualizar isso já no início de um relacionamento, para você futuramente não ter algo mais sério, não acontecer algo mais sério, né?

Quando se fala em ciúmes, os dados são assustadores, a maioria dos crimes de Violência Doméstica são motivados por sentimentos de ciúme e posse, e isso é um fator de risco e de olhar de cuidado para as ocorrências no Grupo, e nesta fala de Will, isso fica notório. Segue tabela com dados da Secretaria de Segurança Pública do DF:

Figura 8 – Motivação do Crime



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

Ele ainda relata que:

...é muito importante, sim, porque querendo ou não, é sim, assim, se a pessoa não consegue lidar com ciúmes, a outra para evitar confusão, vai querer se fechar ou vai acabar o relacionamento ali mesmo.

É necessário observar o quanto o ciúme repercute e causa discussões nos relacionamentos, aqui talvez seja um tema imprescindível para conversar com os HAV. Ney, Mario, Cauã e Aldo relatam sobre a questão de dialogar, saber ouvir e não agir por impulso, pensando em novas formas de se comunicar:

...melhorou muito, pelo simples fato, eu não sabia dialogar muito com as pessoas. Em questão de conflito ou numa conversa meio contraditória eu não sabia agir na conversa, né? Ai então me ajudou muito isso.

...um dos encontros falava sobre paciência, sobre ouvir e não responder ou pensar antes de fazer qualquer situação. Isso fez a gente refletir um pouco mais e na hora que tivesse uma situação dessa, ne? A gente parava, pensava antes da gente fazer qualquer tipo de ação.

...talvez se expressar para você falar, vamos ver como a pessoas que tem algo a te transmitir.

Miro durante a entrevista resume sobre sua mudança de dialogar mais:

...não sabia é dialogar muito com as pessoas assim, em questão as vezes de conflito ou numa conversa meio contraditória eu não sabia agir na conversa, ne? Ai então me ajudou muito isso.

Edgar diz o que mais o ajudou no grupo foi a questão da empatia, cita o momento no qual o grupo assiste ao curta-metragem “Acorda Raimundo, acorda”, de 1989, onde é retratada a inversão dos papéis entre homem e mulher:

Empatia, pegou mais é a questão da empatia... eu olhei já... consegui enxergar com outros olhos, não que eu já não sabia, mas por causa dos vídeos lá e tal, principalmente naquele vídeo lá, que o homem vira mulher, aí a gente dá uma pensada.

José compartilha sobre a nova maturidade em olhar seus relacionamentos após a experiência com o grupo:

...nesses encontros, é cada encontro, a gente foi crescendo um pouco mais com relação a maturidade, ne? E com os diversos temas apresentado nessas reuniões, fez a gente pessoas melhores, então eu acredito que vale muito a pena é participar dessas reuniões.

Para os participantes, é inaceitável que eles sejam vistos como “espancadores de mulheres” e que estejam respondendo a um processo judicial, pois “todos aprendemos que não se pode bater em uma mulher nem com uma flor” e estão ali por isso? Dessa forma, é percebido o quanto os homens não conhecem suas próprias emoções, não sabendo expressá-las e comunicá-las, levando à percepção de que a participação no projeto pode ser elementar para auxiliá-los a desenvolverem e evoluírem. Podem ter a oportunidade de repensar e perceber as atitudes machistas, pensar antes de agir, possibilitando a pacificação dos conflitos e em conhecer melhor as próprias emoções, dizer o que sentem sem se sentirem julgados. Como dito anteriormente, a maioria dos homens pode sentir dificuldade em realizar tais análises e atitudes, apenas porque não foi aprendido ao longo da vida. Rafael pondera:

...oh, eu vou te falar aqui, eu sou comportado, com todo mundo, eu não sou a pessoa agressiva, eu sou uma pessoa que tenho muita amizade, muita amizade cara.

A naturalização de certos comportamentos masculinos, presente na fala de Rafael, obscurece a percepção de que esses mesmos comportamentos podem ser violentos, impedindo uma autocrítica. Assim, o grupo deve provocar tal raciocínio para que tenham consciência dessa masculinidade hegemônica. Cauã exprime da mudança de comportamento, no sentido de ser menos impulsivo. Por diversas vezes na entrevista ele comenta sobre pensar antes de agir, podendo evitar conflitos e ser importante estar aberto a mudanças, ressaltando que fala que isso despertou depois do grupo:

...mudou, mudou sim, porque eu tiro por mim, ne? A gente as vezes não está num dia muito bom e qualquer coisa que você é afrontado, você já parte para a ignorância, para a violência e depois dos encontros, não! A gente começou

a parar para pensar é, a gente reflete um pouco melhor de agir. Então, assim para mim foi muito bom esses encontros.

Will disse sobre agir diferente depois do grupo:

...a gente tem que sempre estar aberto para novas experiências que eu nunca tinha vivido isso. Uma coisa assim, aí eu não agiria assim, eu assim, eu agiria diferente, eu agiria diferente depois do grupo

Ainda nesse raciocínio, José expõe:

...assim a gente fica é respaldado, não é? É a gente começa a enxergar com outros olhos, ne? Outra maneira é os relacionamentos, quem sabe que hoje em dia, ne? Todo cuidado é pouco, não é? Então é esses treinamentos que a gente teve foi um, foi um treinamento para a gente se precaver também.

O discurso de José demonstra que o grupo é visto como uma forma de prevenção, auxiliando-os a lidar melhor com as situações. Will rebate sobre a mudança de comportamento quando se trata de fofoca:

...é uma coisa que eu vim aprendendo e estou aprendendo, tipo fofoca, né? As pessoas, ela falou de tal, aconteceu isso, isso, e antigamente eu instigava aquilo, eu conversava com a pessoa, começava a instigar. Hoje em dia não, se a pessoa quer falar mal de mim ou falar mal de alguém, eu já corto por ali, não quero nem saber o que era. A gente vai aí, querer começar a falar mal ou a energia ruim para a gente, sabe?

Na última resposta, pode haver uma reflexão no sentido de o trabalho ter sido suficiente para possíveis mudanças. O entrevistado não está afirmando que vai mudar, mas relata que o Grupo pode levar a pensar no que pode ser ajustado na própria vida dentro dos temas trabalhados, o que, naquele momento, fez sentido para ele e seu contexto. E, por fim, Aldo disse que o Grupo foi uma terapia, inclusive compartilha sobre a sua própria mudança dentro de sua realidade profissional e pessoal:

...foi uma terapia, ne? Se você mudou, não aos poucos, ne? Você vai se modelando aos poucos.... Você vem para casa, não vai mudar em um dia, vai ser sempre um quebra cabeça para alguém montar, então tem um engenheiro, um eletricitista, um em um. E até dentro da empresa, sabe? Eu super ignorante não sabia ouvir, ne? As pessoas achavam que sempre estaria na razão, e nós não estamos. Eu vi, não é assim.

O fato de os participantes enxergarem o Grupo como fator para modificação de comportamento é corroborado pela pesquisa de Prates e Andrade (2013), a qual foi feita com um Grupo Reflexivo do Estado de São Paulo, sendo utilizado como medida judicial, ou seja, de forma obrigatória no processo. No texto é concluído que (Prates e Andrade, 2013, p. 6):

A constatação mais evidente sobre a proposta do grupo de reflexão, de acordo com os autores, é a de que é possível desenvolver um trabalho

profícuo com homens autores de violência, possibilitando mudanças de valores e de comportamentos em relação à violência contra as mulheres.

A transformação raramente ocorre de forma abrupta; geralmente, ela germina em uma nova forma de pensar e sentir.

4.2.5.2 Quebra do ciclo da violência

O reconhecimento de que a relação não está saudável é fundamental para sair desse relacionamento. Em algumas ocasiões, o indivíduo precisa de ajuda externa, por conta de uma possível dependência emocional. Will responde sobre a possível melhoria nos relacionamentos futuros, e de que forma o Grupo despertou essa transformação nele:

...num relacionamento, a gente tem que sempre estar preparado e procurando melhorar a cada dia mais.

...a gente tem que sempre estar aberto para novas experiências, eu nunca tinha vivido isso. E para mim, agregou muito na minha vida, ne?

Os relatos de Mário são similares aos de Ney e Rafael, no sentido de que a participação nos encontros os ajudou a ter relacionamentos melhores, aproximando-os com a família e melhor socialização:

...em questão dos meus pensamentos mesmo, me ajudou a controlar mais um pouco, é em questão de me socializar mais, acho que isso foi bom para mim. Teve efeito para mim, foi efetivo, muito efetivo, me ajudou a concretizar algumas coisas... estava afastado da família, me socializei, me aproximei da família... me encontrei!

...muito bom, muito bom mesmo, eu estava meio, para mim assim, foi efetivo, teve uns fatos e eu estava meio afastado da minha família, entendeu? Me ajudou a me encontrar mais com eles a me sociabilizar por mais com meus pais, eu estava afastado deles um pouco, isso me ajudou muito... de certa forma me aproximou.

Sobre agir diferente, mudar e colocar em prática o que aprendeu, Edgar cita:

...acredito que eu não vou cometer os mesmos erros, ne? Se eu cometer os mesmos erros, eu acho que eu vou andar para trás de novo, não é? Que eu vou errar, eu vou errar, mas serão novos erros.

...aprender, eu aprendi, mas acho que vai ter que colocar em prática, vai ser no dia a dia.

Edgar disse que participar do Grupo é uma forma de não cometer mais erros, foram aprendidos. Mas como colocarão em prática? Ele e Aldo refletem na metodologia do programa do UDF e na dinâmica do papel amassado:

...acredito que eu não vou cometer os mesmos erros, ne? Se eu cometer os mesmos erros, eu acho que eu vou andar para trás dinovo, não é? Que eu vou errar, eu vou errar, mas serão novos erros.

...papel amassado, é significado dele amassado, a mulher vai totalmente é, como posso decifrar para você, é tipo, muito desagradável para ela. A gente avalia o lado, o significado do papel, né? Para não acontecer mais, né?

A dinâmica do papel amassado tem por finalidade primordial a transmissão da mensagem de que "nossos atos têm consequências". A presente narrativa revela que, embora alguns participantes demonstrem apreender tal conceito, outros demonstram dificuldade em internalizá-lo. No transcorrer da observação participante, um dos autores verbalizou identificação com a folha amassada, denotando uma centralização em suas próprias emoções em detrimento da consideração dos efeitos da violência perpetrada contra a mulher.

A possibilidade de as dinâmicas não surtirem o efeito desejado sublinha a necessidade de analisar a necessidade grupal e de profissionais mais bem preparados para induzir a reflexão, e ainda assim pode ser ineficaz, demonstrando assim a complexidade de se promover uma reflexão genuína e significativa.

4.2.5.3 Ouvir e compartilhar

José retrata a importância de o grupo reflexivo ter mais encontros para compartilhar suas histórias:

...faltou sim um encontro para desabafo assim com todo mundo que eu desabafo, a gente ponha para fora aquilo que a gente está sentindo e eu acho que faltou, é tocar nesse tema assim com mais tempo, eu acho que faria bem, quando a gente começou a falar um pouquinho da nossa vida, e porque que a gente estava lá. Eu acho que isso aí faltou.

Ele enxerga o grupo como fator para "crescimento", ao perceber que não é somente ele quem passa por esse tipo de situação. Will acrescenta com a mesma linha de raciocínio:

...eu tive um crescimento muito grande com isso, né? A gente fica sabendo das experiências de outras pessoas, esse compartilhamento, ele me fez enxergar a situação, em modo geral, bem produtivo para a gente poder é saber lidar com diversas situações no futuro.... com a experiência de cada um, teve uma soma, ne? Que a gente pega para gente poder lidar com essas situações, porque poderia acontecer no futuro. Para mim foi mais um conjunto assim. E ...foi bom porque a gente conheceu a história de cada um, ne? A gente vê pelo menos eu aprendi um pouco sobre a história de cada um nos encontros que estava tendo, porque a gente pensa: poxa, só está acontecendo isso comigo! E não a gente para pensar e tem gente que está sofrendo mais, ne? A gente pensa que só a gente está sofrendo muito ou só que está acontecendo só comigo! Não é assim. E ...aí você ouvia a história dos colegas, é isso aí fez com que você

pensasse que o seu caso não é o pior...porque tinha cada história ali que só Jesus na causa.

Em se falando de “desabafar”, ou seja, poder conversar sobre determinado assunto que incomoda, Nilson diz:

...o poder de desabafar, participar do grupo e saber que eu tinha essa oportunidade no sentido de relacionamento. ...talvez, talvez sim, é faltou sim um, um encontro para desabafo assim com todo mundo que eu desabafo, a gente ponha para fora aquilo que a gente está sentindo e eu acho que faltou.

Compartilhar histórias faz com que divida a dor que está sentindo, ou ainda a situação que está passando. Will pensa sobre os temas tratados no grupo:

...é assim, um ponto muito positivo, porque tinha muitos assuntos que durante muito tempo, eu não entendia, é o que se passava os encontros foi assim, esclarecendo a minha mente vai abrindo mais a minha mente para mim entender mais, é o que está sendo relatado, acontece o que está acontecendo no momento, é saber administrar os momentos, ne? E ...assim, de coração aberto para mim entender, abrir mais minha mente a esclarecer muitas coisas, então eu fui de mente aberta.

Nesta fala de Will fica notória a importância de esclarecer mais os temas abordados nos encontros, com mais atividades e reflexões.

4.2.5.4 Como os Profissionais veem esses homens

Os profissionais que trabalham com Autores de Violência Doméstica comentam sobre seus sentimentos, um dos facilitadores verbaliza durante a entrevista:

...em todos os momentos tenho plena consciência de que eles infringiram a lei e acima de tudo causaram dano a um ser humano, neste caso a mulher. Mas eles são seres humanos e estão, muitas vezes reproduzindo que aprenderam.

Importante citar a responsabilidade que os facilitadores precisam ter no Grupo. Conforme orientação de Beiras, Martins e Hugill (2023) é necessário ter treinamento para trabalhar nos Grupos Reflexivos. Will compartilha que tenta seguir tudo que aprendeu nas sessões, vendo os profissionais como educadores:

...não, assim tudo que rolou lá, eu já tenho na mente, eu venho fazendo tudo do mesmo jeito que rolou lá na reunião, sabe?

Aldo acrescenta sobre a valorização que sentiu:

...então vocês estão aí lá, conversando e aconselhando.

...valoriza a gente, o psicólogo não julgou nada do que nós cometemos os erros, sem deixar uma vírgula fora.

Vale ressaltar que, quando estes homens chegam nos Grupos Reflexivos, os Profissionais envolvidos não sabem exatamente a denúncia feita contra eles. Os

facilitadores ouvem pelos próprios participantes os relatos dos acontecimentos que os levaram até ali, o que torna mais fácil acolher e ter uma escuta qualificada.

Rafael e Edgar, respectivamente, disseram sobre a acolhida:

...é bom, eu vou falar vocês são muito carinhosos com as pessoas. O encontro é muito bonito. Eu to gostando, eu quero é resolver esses encontros, porque a gente tem essa responsabilidade, tem que resolver.

...é que fui muito bem tratado por vocês, não tenho nada para falar de vocês, mas a situação em si já é desconfortável.

O bom tratamento e o acolhimento inicial dos profissionais podem estimular a participação e a coesão grupal, porém, a forma como a mensagem é comunicada deve ser cuidadosamente considerada para evitar interpretações equivocadas.

Por outro lado, a horizontalidade na relação com os HAVD e os facilitadores apresenta-se como um desafio, uma vez que os participantes, conforme observado nos grupos, demonstram uma inclinação a considerar a opinião do profissional como superior, buscando nele uma fonte de conhecimento e, conseqüentemente, atribuindo-lhe um status de superioridade.

4.2.6 Autores e Pós-Grupo: Depoimento e replicação do Aprendizado

O depoimento faz parte da metodologia utilizada no programa, que propicia facilitar a aceitação dos próximos participantes no Grupo de Reflexão. Consiste no relato individual dos indivíduos que, ao final, descrevem a experiência que tiveram, ao participar dos seis encontros. Geralmente, destacam o quão positiva é a possibilidade de participação nos Grupos Reflexivos. Na resposta de Cauã:

...eu só queria dizer que eu fico à disposição... e se você precisar de novo, que eu vá também nos grupos, conversar com as pessoas, eu estou à disposição, é só me avisar.

No testemunho, a percepção da necessidade de continuidade do processo pode ser identificada. José diz:

...na verdade, é eu queria a participar mais, assim fica mais, e com relação, é estando como, como se não fosse um réu, é no começo, a gente fica meio constrangido, mas seria bom se se tivesse como participar em outras ocasiões, mas eu acho que não sei se tem o algum tipo de encontro para isso.

Firmino acrescenta que a participação de mais encontros pode enriquecer esse processo de aprendizado:

...bem, eu vou dar nota 10, acho que vou é participar de outro, porque eu achei muito legal.

Will disse sobre a participação no Grupo ser gratificante, mas não quer mais participar dessa forma, como “agressor”:

...é para mim foi, foi muito gratificante. Eu aprendi bastante, né? Mas eu não quero viver essa experiência jamais na minha vida novamente.

A possibilidade de aumentar os laços de amizade entre os participantes do grupo torna mais fácil para esses homens manterem a regularidade na participação dos encontros, resultando em um incentivo maior de se manter nos encontros. Além disso, a troca de conhecimento e confiança entre os participantes é fator positivo na vida de cada um. Will representa isso em sua resposta quando questionado sobre a condução dos facilitadores do grupo:

...todos tinham conhecimento a conhecimento, não tem nada desagradável, não se falavam: vai pensar! Primeiro lá, em respeitar os seus colegas, entendeu?

José e Firmino contribuem para essa reflexão:

...é, mas encontro porque a união lá, a companhia de cada um, todo mundo, no mesmo barco, assim é, pode a gente querer ter mais aulas, querer estar mais juntos. A gente estava passando por um processo de fazer amizade, tanto que a gente até fez o grupo aí par a gente se encontrar futuramente assim.

...ajudou pelo fato de eu nunca ter participado, então assim é eu ter gostado de participar, então assim eu tipo, avalio, digamos assim pela reunião, né? Digo assim parece que a gente se tornou, a gente conseguiu mais amizade no caso.

A amizade é um fator de aproximação do grupo, que quando se identificam conseguem compartilhar e participar mais, se sentem mais confortáveis possibilitando trocar experiências.

4.3 FATORES A CONSIDERAR NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

4.3.1 Álcool, Drogas e Violência

Segundo estudo realizado pela OMS (2002), o uso excessivo de álcool pode aumentar a violência de gênero, ao estimular brigas entre os casais. Sobre a ingestão de álcool, Miro pontua sua responsabilidade:

...a gente que chega embriagado não tem nada a falar, então só a justiça vai interrogar e trazer as pessoas dele. Ninguém vai com covardia para cima deles.

Um dos facilitadores entrevistado (Psicólogo) comenta sobre o uso abusivo do álcool:

...a gente vê que a maioria deles tem algum envolvimento com algum tipo de droga, ne? Geralmente o álcool.

A maioria dos entrevistados se responsabiliza em parte, geralmente colocam a agressão como um ato reativo da parte deles, ou seja, não somente se reconhecem responsáveis, mas atribuem parte da responsabilidade sobre a outra parte, neste caso, a vítima, sendo corresponsável pela violência sofrida. Não conseguem assumir unicamente a responsabilidade pelo seu ato e o álcool é utilizado como um fator de desculpa. Uma exceção foi Firmino, que assume toda a responsabilidade. Quando perguntado sobre a responsabilidade pela ação, ele responde diretamente que “não”, se silencia por aproximadamente dez segundos durante a entrevista, pensa, e logo consegue perceber que teve a responsabilidade. Sem se justificar, assume seu ato:

...assim, não tive responsabilidade sobre isso. (*silêncio, 10 segundos*) ...não, quer dizer, eu fui. É tive sim, quer dizer.

De todos os participantes, somente Firmino tem essa percepção. É um dado importante em meio a todos os outros homens, que sempre transferem e/ou divide a responsabilidade para outra pessoa. No grupo, é solicitado que não se importem com a responsabilidade da outra parte, mas que foquem apenas na parcela deles próprios e promovam mudanças com isso. Porém, eles possuem muitas dificuldades para alcançar este pensamento. E, mais uma vez, vemos a questão do machismo estrutural, onde o homem é o considerado politicamente correto.

4.3.2 Dificuldade de entender o conceito de responsabilidade, naturalizando a violência

Observa-se na resposta de Mário, que sua percepção é a de que não foi responsável pelo ato cometido. Ele entende que, se tivesse responsabilidade, teria agido diferente:

...pelo fato do meu modo de agir, eu não tive responsabilidade, porque se eu tivesse responsabilidade eu não tinha agido da maneira que eu fiz.

Quando se pensa em responsabilidade, a dificuldade em aceitar o ato de violência é um processo complicado para os HAV. Gay e Piber (2023) refletem na literatura sobre essa dificuldade de dar nomes à violência, como se fosse uma

resistência em elaborar e nomear traumas, mesmo sabendo que estão no grupo devido à prática de algum ato violento. Firmino disse, por exemplo, na resposta imediata, que ele não reconhece o ato violento, em seguida corrige suas respostas:

...assim, não tive responsabilidade sobre isso. Não quer dizer, eu fui. É tive sim, quer dizer.

Rafael responde que sua responsabilidade é como o conceito de amor e carinho para com as pessoas. Durante a entrevista diz não entender muito sobre isso, e que evitou o pior:

...responsabilidade? É o que eu falo, eu entendo assim um pouquinho, é responsabilidade sabe o que que é? É ter o respeito é ter o carinho com as pessoas. Eu fiz minha parte, uai, porque invés de acontecer coisa pior eu fiz minha parte.

Assumir a responsabilidade por um ato de violência contra a mulher representa um dos maiores desafios para esses grupos reflexivos. Para eles, essa responsabilidade implica renunciar à sua masculinidade diante da sociedade, uma vez que tal ato é visto como um ato de covardia.

4.3.3 Mais encontros, para reflexões mais profundas

José comenta que a quantidade de encontros não foi suficiente para se aprofundar em alguns temas:

É pouco, meio superficial, acho interessante mais tempo. Seria uma coisa mais profunda, teria mais é mais cura, ne? Tanto é que nos é no último dia, é muita gente estava falando que queria ter mais.

Ao ler esse trecho pode-se repensar sobre a necessidade de mais encontros, pensando nessa quantidade ser insuficiente para provocar novas formas de pensar e agir. Aldo também falou ser pouco tempo para o Grupo, e queria ainda está fazendo, já que no período da entrevista já tinha finalizado os encontros:

...por mim, até hoje estaria.

Além de haver recomendação do Conselho Nacional de justiça (CNJ), que sugere que sejam feitos no mínimo oito encontros, o aperfeiçoamento é imprescindível para que ocorram mudanças efetivas de comportamento, é necessário mais tempo de acompanhamento e reflexões não superficiais como dito pelo José. Uma pessoa com uma história de vida construída por 30, 40, ou 50 anos não muda tão rápido assim!

Seis encontros de uma hora e meia poderiam mudar tudo de uma vez? Para ocorrer as mudanças, a iniciativa deve ser sedimentada, robusta e refletida aos poucos.

Apesar desses homens se encontrarem envolvidos em fortes emoções negativas, é fato que muitos deles nunca responderam processos judiciais, ou, ao menos, nunca foram presos. O contato judicial através do grupo pode trazer muitas consequências positivas para a vida de cada um, podendo ser efetivo em mudanças de atitudes. Conclui-se pela necessidade de mais encontros ou até mesmo um *follow up*, que significa acompanhamento pós-grupo para verificar eficácia e aproveitamento dos encontros, inclusive ao ser perguntado qual tema mais gostou um autor nem se lembrava, pois já tinha concluído o grupo há uns oito meses.

Miro foi o único participante a pensar o contrário, argumenta que o número de encontros foi demasiado, sugeriu que fossem feitos apenas três. No primeiro dia do encontro, esse participante relatou:

...vou te falar a verdade, no primeiro dia eu fiquei tão nervoso, tive que assinar uma folha lá que não estava nem conseguindo assinar direito, tremendo de nervosismo..., mas no final agora, ficou tranquilo.

José também afirmou que queria mais encontros, contudo, segundo ele, a quantidade foi suficiente:

...foi muito bom, mas é a quantidade de encontro, ela foi bem resolutiva, a gente conseguiu pegar todas as informações nesses tempos aí, bem tranquilo.

O número de encontros deve ser no mínimo 8 conforme recomendação do CNJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por equidade de gênero e o fim da violência constituem uma luta multifacetada e persistente, dada a complexidade dos fatores envolvidos. Questões culturais, sociais e econômicas se entrelaçam com problemas como desemprego, racismo, alcoolismo, influência da mídia, dentre outros. A dominação masculina, alicerçada em séculos de construção social, demanda tempo e esforço contínuo para ser romper. Sendo assim, a violência doméstica pode estar inteiramente ligada ao patriarcado, haja vista o comportamento machista ser resultado disso.

Entender o fenômeno da Violência contra a Mulher proporciona desenvolver novas formas de pensar no tema, além de Políticas Públicas eficientes, para auxiliar no combate e na desnaturalização da violência. Segundo Scott (2005), a percepção masculina da igualdade de gênero pode ser associada à comparação com a mulher, algo para o qual os homens não estão socialmente preparados. Evitar uma visão dualista dos papéis de gênero é crucial para compreender as incoerências intrínsecas a essa dinâmica e evitar a perpetuação da violência contra a mulher.

A estrutura social, no entanto, não é estática e pode ser modificada ao longo do tempo. Os grupos autorreflexivos podem ser uma das estratégias a serem utilizadas, mas – como vimos nesse trabalho – precisam ser, a um só tempo, valorizados e revisitados.

Entendendo que a desconstrução do comportamento machista se baseia em reflexão e construção de pensamento, os grupos oferecem um ambiente para a autoanálise da construção da percepção ideológica e sua influência no dia a dia, facilitam a compreensão do processo de produção de sentidos, com aplicações em outros contextos, e capacitam os participantes por meio de ações educativas que promovem a aquisição de novos conhecimentos e a prática de comportamentos preventivos, com o objetivo de disseminá-los.

O trabalho educativo adotado nos grupos faz com que todos participem de forma ativa, promovendo a construção de conhecimentos em grupo, incentivando a análise crítica da realidade e o aprimoramento de estratégias para enfrentar desafios (Silva C. M., 2007). O Grupo reflexivo auxilia no processo de aprendizagem, reflexão e responsabilização, porém, é de extrema importância que os envolvidos e/ou desenvolvedores dos programas tenham conhecimento aprofundado nos temas propostos. Para combater efetivamente a violência contra a mulher, é imprescindível

abandonar a perspectiva dualista sobre os papéis de gênero, permitindo a análise das contradições internas e a contestação das posições sociais predefinidas. (Giffin, 1994).

Os Homens Autores de Violência estão reproduzindo o que foi aprendido, o que causa um certo mal-estar ao saberem que estão vivendo consequências do comportamento ilícito. Essa abordagem é muito relacionada quando se fala em Lei Maria da Penha, o que é fundamental para esse reconhecimento, levando à percepção das implicações na utilização da força para demonstrar poder. A participação no Grupo Reflexivo, aliada ao processo judicial, pode induzir mudanças significativas no comportamento desses homens. As discussões promovidas nos encontros desafiam suas crenças sobre a masculinidade, estimulando a reflexão e a adoção de novas perspectivas.

Ainda que esses homens escutem socialmente que: “em uma mulher não se bate nem com uma flor”, percebe-se que os fatores do uso do álcool e drogas, raiva, sentimentos de ciúmes, naturalização da violência, ciclo da violência e o machismo estrutural trazem como consequência o comportamento machista, o que faz com que estes homens sejam violentos e se sintam no direito de agredir suas companheiras.

A violência contra a mulher persiste, mesmo com a existência de ditados populares que condenem esse ato. É preciso ir além da mera repetição de frases e promover uma mudança cultural profunda. Os Grupos de Reflexão podem contribuir significativamente para essa mudança, sendo como impulsionadores para a responsabilização desses HAV.

Através das percepções desses homens participantes, foi percebido que os Grupos podem ser um instrumento, uma tática contra a Violência de Gênero, pois o fenômeno é tão complexo e envolve outros atores, à medida que é uma ação que promove conhecimento, transformação de atitude e hábitos de vida mais saudáveis nos autores e, conseqüentemente, nas famílias (comunidades). Tendo como consequências melhora na qualidade de vida, uma sociedade mais justa e melhora nos custos com a saúde. Neste caso, o investimento deve ter um olhar para o serviço multidisciplinar, intersetorial e interdisciplinar, somente os grupos não são suficientes.

Olhar para estes Grupos em conjunto com outros setores para o debate, a fim de obter uma reflexão conjunta em propostas de melhoria de vida, tanto individual quanto coletivamente. Isso porque a violência é multifacetada e deve conversar com

várias áreas e setores, comprovando ainda mais a necessidade de ser discutida no âmbito da Saúde Coletiva.

As limitações deste estudo puderam ser consideradas no decorrer das entrevistas, pois o roteiro foi restrito ao processo dos encontros. O tema é rico e abrangente e foi percebido, na análise dos dados, como poderia ter abordado mais questionamentos. O tempo das entrevistas foi muito reduzido, os homens não estavam tão abertos às respostas e não puderam ser sensibilizados para a participação aberta, a pesquisadora necessitou reformular as perguntas com algumas indagações. Por outro lado, me afastar do campo, como psicóloga, foi bem desafiador, já que trabalho com HAVD há 9 anos.

É recomendável que, ao realizar estudos desta temática, sejam ouvidos familiares e pessoas do círculo de convivência desses homens, a fim de que sejam identificadas e confirmadas as mudanças as quais eles informam que ocorreram. Além disso, recomenda-se que também seja realizado um acompanhamento meses após o término do Grupo, para certificar como foi a reflexão e a aprendizagem daquele momento para a vida deles. Se a ação do tempo afeta suas respostas e como o faz, se os homens “deixam de performar” dentro daquilo que seriam as respostas adequadas no interior no grupo, se carregam memórias dos ensinamentos e até mesmo se transformaram suas ações.

Pensar e estudar estratégias é fundamental para abrir novas pesquisas, com trabalhos de visão a ter os grupos como forma de políticas públicas, integrando familiares e envolvidos no fenômeno da violência, pois de certa forma todos são atingidos.

Ademais, autores que estudam o assunto sugerem a avaliação e o acompanhamento dos trabalhos com Autores de Violência Doméstica (Beiras *et al.*, 2021; Beiras, Nascimento e Incrocci, 2019).

Vários estudiosos do tema ponderam que dentre os maiores desafios da Saúde podemos citar a equidade nas questões de gênero, além do papel do profissional da área da saúde, que deve agir com compromisso e ética nos direitos humanos e das mulheres, papel este que preocupa outros autores como Lucena *et al* (2016) e Beiras *et al* (2021), que, por sua vez, enfatizam a necessidade de qualificar os profissionais do campo da Saúde. Neste caso, dos Grupos envolvidos com o desenvolvimento do programa, esta pode ser a chave de êxito da abordagem, para além disso o

acolhimento inicial e escuta qualificada, sem pré julgamentos são essenciais para uma boa relação de confiança.

É fundamental o treinamento das equipes de acolhimento às vítimas que chegam na condição de violentadas, ainda que emocionalmente, ou melhor, que não seja visível. Os Profissionais de Saúde podem encontrar dificuldades em compreender e reconhecer determinada violência, podendo não romper com ela naquele atendimento. Heise, Pitanguy e Germain (1994), destacam que o setor de saúde pode ser um *lócus* privilegiado para detectar vítimas de violência doméstica, sendo um ambiente fundamental para este combate, sugerindo ser um local que faça pesquisas sobre violência de gênero. Retratam, ainda, que o treinamento deve ser especializado, para que a vítima não seja revitimizada nos serviços.

Aprimorar políticas públicas e programas de saúde, e desenvolver novas políticas a fim de prevenir a saúde do homem pode ser uma das soluções para a masculinidade (Fontes: ONU, OPAS Organização Pan Americana da Saúde). As disputas nas relações causam ainda mais conflitos, que tem a ver com a masculinidade e a opressão que a mulher sofre, ou seja, a desigualdade de gênero, este é um fenômeno social nas relações entre homem e mulher, em que, se nada for feito, pode não ter fim.

A profundidade dos temas e da atuação dos grupos precisa acontecer para que o trabalho seja mais profundo e eficiente, para isso é importante o aumento do número de encontros, o que foi sugerido pela maioria dos entrevistados. Com relação ao grupo ser fechado, ou seja, não poderem faltar, os participantes podem ter mais dificuldades para se manterem no Grupo, e concluírem os encontros, o que pode trazer ele mais de uma vez não sendo positivo, pois pode causar indignação com o sistema de justiça e conseqüentemente nas intervenções grupais.

A ideia de responsabilidade do ato violento deve ser sempre enfatizada de forma sutil, em que cause reflexão e não acusação, que é a ideia de grupos reflexivos responsabilizantes. Destacando que a mudança não ocorre rapidamente, é um processo, por isso a importância de mais encontros e ainda, se possível um acompanhamento sistemático desse HAVD.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, F. S. D.; PEREIRA, J. A violência contra as mulheres e seus reflexos na legislação brasileira. **III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História: Epistemologias, Interdições e Justiça Social**, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BEIRAS, A. et al. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações**. Eletrônica. ed. Florianópolis: CEJUR, 2021.
- BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; HUGILL, M. D. S. G. **Mapéamento Nacional 2023: Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres**. COCEVID, Grupo Margens e CEVID/TJPR. [S.l.], p. 43. 2023.
- BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BkkGwctw6WzsBbJbxSbPsNq/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.
- BIRMAN, J. A Physis da saúde coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Abril 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/MGJKwBxGS4gZjRMtNMFQ8md/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 Agosto 2024.
- BOSI, M. L. M.; UCHIMURA, K. Y. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde? **Revista de Saúde Pública**, 41, n. 1, 2007. 150-153. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/FHBMvwwVpMKyPCkcxSdQdbP/abstract/?lang=pt.>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para. Brasília: Diário Oficial da União. 2006.
- BRASIL. **Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol do. Brasília: Diário Oficial da União. 2015.
- BRASIL. **Manual de gestão para as alternativas penais**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. 2020.
- ETAYO, E. G. **Nem anjos, nem demônios: homens comuns: narrativas sobre masculinidades e violência de gênero**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 226. 2011.

EXAME. **Rússia aprova lei de descriminalização da violência doméstica**, 2017. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/russia-aprova-lei-de-descriminalizacao-da-violencia-domestica/>>. Acesso em: Maio 2024.

FERRARI, D. C. D. A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. 4ª. ed. [S.l.]: Ágora, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. 2024.

FRADE, L. et al. **Lições da violência doméstica: Trabalho com AUTORES**. [S.l.]: L&L de Souza, 2020.

FREITAS, R. M. D.; CABRERA, J. D. O. Grupo reflexivo: uma alternativa de trabalho voltada aos homens cumpridores de medida protetiva. **In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2011.

GASPARINI, M. F. V.; FURTADO, J. P. Avaliação de programas e serviços sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual. **Serviço Social & Sociedade**, n. 117, 2014. 122-141. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mCqmwxDC3MVcWYLYLj9rJng/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

GAY, M. E. C.; PIBER, L. D. Efetividade de Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra mulheres na reconfiguração das identidades masculinas. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião: Liberdade, Identidade, Criticidade**, 8, 2023. 333-351.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 10, 1994. 146-155.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de Quarta Geração**. 1ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2011.

GUIMARÃES, F. L. **“Ela não precisava chamar a polícia.”: anestésias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 266 f. 2015.

HARTZ, ZULMIRA; SILVA, LIGIA (ORG.). **Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde**. [S.l.]: Fiocruz, 2005. 275 p.

HEISE, L. L.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A. Violence against women : the hidden health burden (English). **World Bank discussion papers**, Washington, 1994. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/489381468740165817/Violence-against-women-the-hidden-health-burden>>.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Quem é Maria da Penha.. **Instituto Maria da Penha, s. d.** Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 26 Abril 2023.

KEMPE, H. et al. The Battered-Child syndrome. **Child Abuse & Neglect**, 1985. 143-154. Disponível em: <https://www.kempe.org/wp-content/uploads/2015/01/The_Battered_Child_Syndrome.pdf>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

LUCENA, K. D. T. D. et al. Analysis of the cycle of domestic violence against women. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, 26, n. 2, 2016. 139-146. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000200003>.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/ia-patriarcado.pdf>.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2ª. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, 47, n. 165, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?lang=pt>>.

MENDONÇA, ANA; SOUSA, MARIA (ORG.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Brasília: ECoS, v. 1, 2021.

MINAYO, M. C. D. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 10, 1994. S7-S18.

MINAYO, M. C. D. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. D. S. et al. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, 23, n. 6, 2018. 2007-2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3kCPCWfBzqh8mzBnMhxmYj/?lang=pt>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, 4, n. 1, 1999. 7-23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/NBbqRGwcv7R7XcZSVvKQsL/?format=html>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

NASCIMENTO, E. F. D.; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. D. S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, julho 2009.

NJAINE, KATHIE; ASSIS, SIMONE DE; CONSTANTINO, PATRÍCIA; AVANCI, JOVIANA (ORG.). **Impactos da Violência na Saúde**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 448 p.

NORMANDO, P. Um breve estudo sobre o conceito de responsabilidade. **Intuitio**, 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/intuitio/article/view/11495>>.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/NhwdZmdztnb8WYrFsWXF8S/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

NOTHAFT, R. J.; LISBOA, T. K. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cadernos Pagu**, n. 61, 2021. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/RG7ztXs7b8MZRGGHTV9yFsy/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

NOVAES, H. M. D. Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde. **Revista de Saúde Pública**, 34, n. 5, 2000. 547-559. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/6bwNKdzy7QdbxFxVnmyz93y/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

NOVAES, R. C. D. P.; FREITAS, G. A. P.; BEIRAS, A. A produção científica brasileira sobre homens autores de violência – reflexões a partir de uma revisão crítica da literatura. **Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas**, 1, n. 51, 2018. 154-176. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/8313>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

NUNES, C. B.; SARTI, C. A.; OHARA, C. V. D. S. Concepções de profissionais de saúde sobre a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, 16, n. 1, 2008. 136-141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/16929>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**, 3, n. 2, Dezembro 1994. 5-21.

NUNES, E. D. **Saúde Coletiva**: uma história recente de um passado remoto. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS. 2002.

PARADA, C. **Representações sociais de gênero na violência contra a mulher**. [S.l.]: Gramma, 2017.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A violência contra a mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, 20, n. 1, 2011. 124-135. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HH7V7gvC4kY9b4gmFBnPrmr/?lang=pt>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

PINTO, C. R. J. O conceito de responsabilidade em Iris Young. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, 2014. 77-104.

PRATES, P. L.; ANDRADE, L. F. **Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência contra a mulher: o contexto sócio-histórico**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis. 2013.

REIS, E. J. F. B. D. et al. Avaliação da qualidade dos serviços de saúde: notas bibliográficas. **Cadernos de Saúde Pública**, 6, n. 1, 1990. 50-61. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/WLdWyJTMvGdVyQw6G9Vz6Nn/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: o processo grupal: uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística. São Paulo: Summus, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, C. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revisto Latino Americana**, 1, 2009. 89-103. Disponível em: <<https://www.e>

publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/12>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, 10, n. 1, 2005. 7-17. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Tdb9VxVyHcTjZ6PskNpBntL/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

SCHRAIBER, L. B.; OLIVEIRA, A. F. P. L. D.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos de Saúde Pública**, 25, 2009. 205-216.

SCHRAIBER, L. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 7, n. 12, 2003. 41-54. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/8RkpfqGrkmNScnzGQkFSXrt/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 11-30, abr. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 jan. 2025.

SCOTT, J. B.; OLIVEIRA, I. F. D. Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: estudo comparativo a partir de três programas brasileiros. **Psicologia: Teoria e Prática**, 23, n. 1, 2021. 1-26. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872021000100007&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª. ed. São Paulo: [s.n.], 2013.

SILVA, C. M. D. C. Educação em Saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/educacao-em-saude-uma-reflexao-historica-de-suas-praticas/1532?id=1532&id=1532>>. Acesso em: 9 Novembro 2024.

SILVA, J. L. L. D. Educação em saúde e promoção da saúde: A caminhada dupla para a qualidade de vida do cliente. **Informe-se em promoção da saúde**, n. 1, jul-dez 2005. 03. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/122147282/educacao-em-saude-e-promocao-da-qualidade-de-vida>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVESTRE NETO, J. et al. Violência contra a mulher no contexto de saúde pública. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, 13, n. 2, 2015. 60-65. Disponível em: <<https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/487>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

SOUSA, L. P. S. E. et al. “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”? Análise da violência baseada no gênero e o papel do setor saúde. **Gestão e Saúde**, 2015. 79-94. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/2529>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

TANAKA, O. Y. Avaliação da Atenção Básica em Saúde: uma nova proposta. **Saúde e Sociedade**, 20, n. 4, 2011. 927-934. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4PgSgjCSWcnnVJVQQ5j4Kfn/#>>. Acesso em: 7 Agosto 2023.

VIEIRA, G. O. et al. Violência e mortes por causas externas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 56, n. 1, 2003. 48-51. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/MSBXnKTjHvXfBzXyvRjkXXs/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

VIEIRA, G. O. et al. Violência e mortes por causas externas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 56, n. 1, 2003. 48-51. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/MSBXnKTjHvXfBzXyvRjkXXs/#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460–482, 2001.

YALOM, I. D. **Psicoterapia de Grupo: Teoria e Prática**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Zanello, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V.; RICHWIN, I. F.; PALMA, L. Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. **DOSSIÊ: Gênero e Emoções**, 33, n. 2, 2020. 107-130. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/56065>>.

ZORZELLA, V. L.; CELMER, E. G. Grupos de reflexão sobre gênero com homens acusados de violência doméstica: percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. **Genêro e Direito**, 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/28714>>. Acesso em: 2023 Agosto 02.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Instrumentos de Pesquisa

Roteiro para entrevista semiestruturada:

Entrevista com os Autores:

1. Como você avalia a qualidade dos encontros?
2. Na sua opinião, os encontros foram resolutivos para sua vida? Há algo específico?
3. Você acredita que teve responsabilidade na situação de conflito?
4. Fale sobre a efetividade dos encontros para você.
5. Qual efeito os encontros tiveram para sua vida em família?
6. Você acredita que melhorou algo em sua vida, levando em conta mudança de comportamento?
7. Sobre a quantidade de encontros, qual sua opinião?
8. Você se sentiu confortável durante cada encontro?
9. Há algo que te incomodou no grupo?
10. Sugere algum tema que não foi abordado?

Entrevista com os Juízes:

1. Como você avalia a efetividade dos Grupos para a questão da reincidência?
2. Quais suas expectativas quando encaminha um autor para o grupo?
3. O que você pensa sobre os temas trabalhados nos encontros (temas: responsabilização, Lei Maria da Penha, comunicação, autocontrole, manejo das emoções, gênero e ressignificação)? Entende serem suficientes? Tem alguma sugestão de tema?
4. Sobre a quantidade de encontros, qual sua opinião?

Entrevista com os facilitadores:

1. Como você avalia a efetividade dos Grupos para esses Autores?
2. Você tem expectativas de auxiliar na vida de cada um deles?
3. Você considera a metodologia adequada?
4. O que você acha do número de encontros?
5. Há algum tema não trabalhado e que você acha que seria importante?
6. Sobre a quantidade de encontros, qual sua opinião?

APENDICE 2- TCLE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO PROFISSIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Um estudo avaliativo da parceria TJDF e UDF**, de responsabilidade de Ludymila de Moura Borges Santana, estudante de mestrado profissionalizante da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é elaborar um instrumento avaliativo para os grupos reflexivos que acontecem através da parceria entre TJDF e Centro Universitário UDF e tem como objetivos específicos: Descrever historicamente como a parceria entre TJDF e UDF funciona e quais são os seus objetivos; detalhar por meio da observação participantes os processos de intervenção e metodologia propostos no grupo; e avaliar se a quantidade de encontros é suficiente dada a proposta. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de observação, entrevista semiestruturada antes do início do programa e ao final do mesmo, a cada participante da pesquisa, feito de forma individual e sigilosa. Além disso será feita entrevista com facilitadores do grupo e também com os responsáveis pelo encaminhamento aos grupos, neste caso os juízes. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: ato de falar sobre o sofrimento e estar respondendo a um processo relacionado a violência contra a mulher, o tempo gasto para responder as perguntas já que não é obrigatório. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: oferecer apoio psicológico aos entrevistados no tempo de 6 meses após a entrevista.

Espera-se com esta pesquisa obter um instrumento avaliativo da participação dos autores nesses grupos reflexivos. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Além disso, suas respostas serão objetos de estudo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar, em qualquer horário, através do telefone 61 981784793, (**inclusive a cobrar**) ou pelo e-mail *ludymila.borges@gmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de contato telefônico, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica. Além disso, se houver despesas, será ressarcido e existe a garantia de indenização por eventuais danos decorrentes da pesquisa;

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília, que avalia cuidadosamente todos os riscos da pesquisa, trazendo maior segurança para o participante, o contato eletrônico do CEP é cepfsunb@gmail.com, situado no endereço Universidade de Brasília, Faculdade e ciências e saúde no departamento de Saúde Coletiva, ao lado da coordenação do programa, nos horários de atendimento segunda a sexta, de 8 as 14h. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você, caso sua entrevista seja realizada de forma on line será fornecido via e-mail ou whats ap, e o participante será orientado a salvar o documento. Importante ressaltar que a entrevista será gravada para transcrição e melhor entendimento do fenômeno.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

APÊNDICE 3 – PRODUTO TÉCNICO

Caderno para condução de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica

Sumário

Introdução

Justificativa

Intervenção

Atuação profissional

Condução dos grupos

Considerações finais

Referências bibliográficas

Anexos

INTRODUÇÃO

Este caderno foi construído com base em referenciais teóricos na área de violência de gênero com foco em atendimentos a homens autores de violência (HAV) doméstica contra a mulher em programas que acontecem no Brasil, buscando entender quais temáticas são importantes e relevantes para este público. Ele pode ser utilizado como recurso pedagógico para esta linha de cuidado com HAV e pode ser aplicado nas atividades práticas do estágio de psicologia ou outros cursos que trabalham neste fim, servindo também para profissionais que olham para este trabalho com a lente de violência de gênero. Tem o objetivo de proporcionar construções sociais mais saudáveis, para que homens e mulheres tenham relações menos tóxicas e maléficas nas suas vidas.

Em minha dissertação de mestrado com título grupos reflexivos para autores de violência doméstica: Uma análise da parceria entre UDF E TJDFT, foi realizada análise de conteúdo temático facilitando para construção deste produto técnico com um olhar de cuidado para esses HAV, entendendo como podem ser ajudados e, na

visão de enfrentamento à violência contra a mulher, como eles veem a violência contra a mulher, como vivem os papéis de gênero construídos socialmente do homem e da mulher e como isso pode ser revisto de forma que não extraia a essência de cada um, fazendo entender que a equidade de gênero pode ser umas das soluções para redução de conflitos e da violência entre homem e mulher.

O termo violência contra a mulher foi estabelecido em Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1993 como “qualquer ato de violência baseada no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher, incluídas ameaças de tais atos, a coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública quanto na privada” (Lucena, 2016, página 139). Segundo Minayo *et al.* (2018), a violência contra a mulher é uma das prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção de saúde e qualidade de vida, já que a violência traz danos e consequências para a saúde com demandas que poderiam ser evitadas com boas práticas e políticas públicas eficientes.

A promoção da saúde trabalha com estratégias de ascensão na saúde do indivíduo e do coletivo, na tentativa de reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Percebendo a violência como um problema de saúde coletiva proporciona melhorias, qualidade de vida e promoção da saúde para as pessoas, com uma visão ampla de cuidado, a fim de implementar políticas públicas para que possa estabelecer novas formas de pensar sobre este fenômeno. Quando se fala da violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha faz parte de todo esse percurso, sendo um marco principal no desenvolvimento de políticas públicas. Seu avanço vem acontecendo aos poucos, objetivando o fim da violência contra a mulher. Observa-se nas propagandas de hoje diversas divulgações com o termo machismo e formas de agir do homem para com a mulher, o que não era permitido anteriormente.

Para Ferrari e Vecina (2002), o fenômeno da violência pode ser discutido no âmbito social. As autoras afirmam que o mal muitas vezes é um fato explicado socialmente, podendo ser um ato justificado pelo agressor, que o ser humano tem um comportamento inato de violência em si e isso pode ser uma barreira para desnaturalização da violência. (Ferrari; Venice, 2002, p. 12; Minayo, 2006, p. 25)

É preciso reforçar as políticas públicas com autores de violência, incentivando o crescimento, fortalecimento e o alcance dos programas já existentes no Brasil (Beiras, 2019). Boa parte da literatura voltada para este tema, reforça a importância de profissionais qualificados para este trabalho, tão complexo e desafiador. O fenômeno da violência requer um olhar multifacetado.

O trabalho com autores deve ter atuação em rede, ou seja, vários serviços envolvidos, sendo que a saúde possui o princípio da equidade, intersetorialidade e a integralidade. Além desses, possui os princípios de emponderamento, participação social, sustentabilidade e autonomia. Na Carta da 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, que é chamada de carta de Ottawa, tem a definição de promoção a saúde como: "o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo" (OMS, 1986).

Na recomendação do CNJ 124/22, vem descrito: " capacitação prévia e atualização periódica da equipe de facilitadores que atuam nos programas, optando, sempre que possível, por composição de caráter multidisciplinar" (página 2, CNJ), sendo mais um motivo de importância deste trabalho.

Será exposta a sugestão de temas para este trabalho com, no mínimo, 8 encontros, conforme recomendado na resolução 124/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como título: "Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar" (pagina 1). No decorrer do texto, recomenda que esses programas sejam voltados para reflexão e responsabilização, ou seja, com dinâmicas participativas. No artigo 2º, inciso II vem descrito: "definição e padronização do número de sessões e período de duração dos programas, não devendo ser inferior a 8 (oito) sessões ou 3 (três) meses" (página 2).

Ainda no texto da recomendação existem alguns temas sugeridos: "promoção da reflexão sobre as questões de gênero, os direitos humanos e fundamentais da mulher e a construção social da masculinidade" (página 2 e 3), ainda traz promoção de diálogo e controle emocional, incentivando cultura de paz. Durante os atendimentos é importante identificar riscos e realizar tomada de decisões quanto à necessidade de inclusão e exclusão de participantes, conforme critérios técnicos de

cada serviço. A realização de triagens para identificar essas situações é necessária segundo a recomendação.

É importante sempre resguardar o sigilo dos participantes, incluindo privacidade, intimidade e segurança, uma vez que os registros devem ser mantidos com cuidado e ética. A recomendação solicita: “manutenção de registro dos atendimentos realizados e avaliação periódica de sua qualidade” (pagina 3).

Além disso, possui no documento da portaria 353/2023 do CNJ que introduz capacitação de facilitadores sobre reflexão e responsabilização de HAV.

INTERVENÇÃO

Contextualização do ambiente

Este caderno objetiva viabilizar a aplicabilidade da condução de grupos reflexivos para HAV, a todos envolvidos nesta linha de trabalho tão complexa e que necessita de várias áreas de conhecimento se articulando simultaneamente.

Para além disso, pode direcionar e auxiliar na condução de grupos reflexivos para homens que foram acusados de cometer violência contra a mulher. Muitos dos homens da nossa sociedade não conhecem o letramento da Lei Maria da Penha, desconhecem os tipos de violência, ou, se conhecem, a tratam como algo natural no meio em que vivem. Na condução dos grupos, devem ficar muito claros esses tipos de violência que estão descritos na Lei, possibilitando, assim, a absorção de conceitos que antes não existiam no repertório desses homens. A partir daí eles começam a observar e refletir seus próprios atos, entendendo que são prejudiciais às mulheres e a eles mesmos, evitando novas situações de conflito, podendo ainda reproduzir para outros homens (ex. filhos, amigos, entre outros) com quem convivem e/ou conhecem. Aqui o termo desnaturalização da violência fica muito evidente, pois conseguem desmitificar que tais comportamentos relacionados à mulher são naturais.

Colaborar para que esses homens compreendam o verdadeiro sentido da lei resulta em mudanças de mentalidade e de comportamento, possibilitando que em novas relações pensem diferente e evitem o conflito. Realizar atividades que mostram realmente a compreensão da temática, fazer com que ressignifiquem atitudes e pensamentos para diferentes tomada de decisões. Proporcionando um crescimento pessoal, possibilitando que tenham um olhar amplo e não somente o de “prover o lar”,

mas para além disso uma maturidade e reflexão de que possuem sentimentos e podem se valorizar como pessoas que são capazes de resolver conflitos de outra forma que não seja pela força e opressão da mulher.

É importante entrar neste trabalho com a consciência de não julgamento, pois esses homens já são muito julgados, inclusive como “espancadores de mulheres” e entrar com este pensamento pode não alcançar importantes reflexões.

Existe um dizer que: “não se bate em uma mulher, nem com uma flor” e ser acusado porque bateu em uma mulher se torna um comportamento inaceitável. Muitas vezes não reconhecem suas próprias emoções, não sabem expressá-las e comunicá-las de forma assertiva.

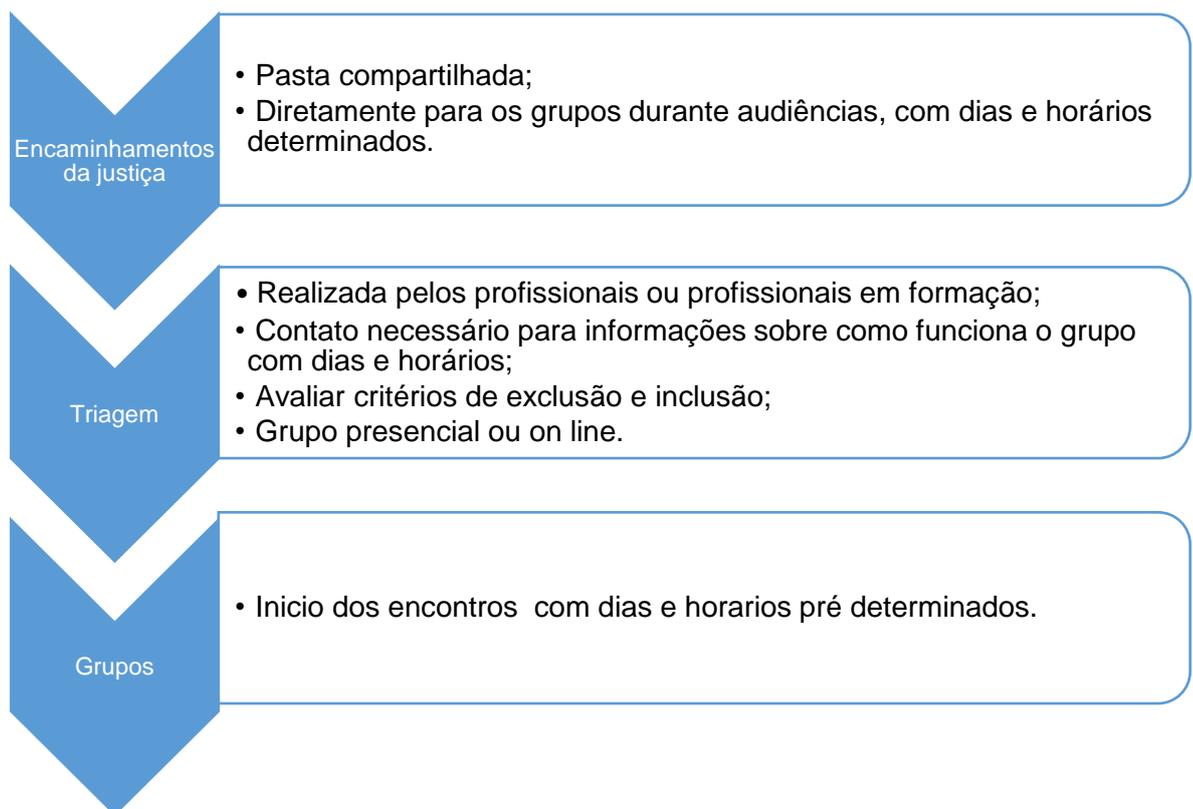
A identificação grupal entre os pares pode ser fundamental para profundas reflexões. Estar na mesma condição do outro se torna mais concreta aquela realidade, passando por um processo de aceitação, não sendo um fator que acontece somente com ele, mas que tem pessoas na mesma situação, ou como eles dizem: “no mesmo barco”. Além disso, o grupo traz uma visão de que a situação de um é pior do que a do outro e o olhar que terá para situação dele será mais leve, com conforto e autoaceitação.

A ideia deste caderno é que se aprofunde cada vez mais o trabalho com esses homens pois existe uma carência de intervenção para os homens. Aprofundar quer dizer fazer mais encontros, continuando com o trabalho interventivo, facilitando a mudança de mentalidade e, conseqüentemente, de conduta. Você, leitor deste caderno, quantos anos você tem? São anos de história, hábitos e aprendizados, em que poucos encontros podem não ser eficazes para uma mudança significativa em tão pouco tempo. Essa construção deve ser sedimentada e refletida aos poucos, por isso a ideia de encontros semanais, para que possam ir refletindo e comparando situação de vida.

Você pode se deparar com homens em diversas situações, seja na defensiva, agressivos, receptivos, reprimidos, com percepção negativa da Lei, do processo, e muitas vezes com vulnerabilidades, dúvidas e questionamentos. Portanto poderá ser referência de cuidado e respostas que eles não tinham antes, para isso deve ter uma escuta qualificada, sem julgamentos e com acolhimento. Ser acusado de agredir mulheres, ser preso, sem dignidade, sentindo desrespeitados, não ouvidos, não é algo fácil e não deve ser uma barreira, mas uma promoção nessa transformação.

Proporcionar no grupo um ambiente positivo e acolhedor pode ser transformador e um dos fatores que pode auxiliar isso é a amizade construída, a relação de confiança dentro do processo grupal, onde os homens se socializam. Yalom (2006) reforça a necessidade de as pessoas terem relacionamentos interpessoais profundos e positivos e segundo este autor isso possibilita a sobrevivência individual e da espécie. Conhecer e ouvir histórias de outros integrantes do grupo pode ser um fator que auxilia o outro a lidar com aquela dificuldade no momento de vida. A oportunidade que eles têm de se ouvirem, comportamento que raramente acontece no mundo masculino, podem os tornar mais sensíveis e empáticos com outros e com eles mesmos. As trocas que ocorrem no grupo podem evidenciar o respeito de um com o outro, podendo ser reproduzido para outros contextos de vida e nas relações interpessoais de cada um.

Segue fluxograma de como esses homens são encaminhados pela justiça aos grupos reflexivos de cunho acadêmico:



➤ Encaminhamentos da justiça

Uma pasta compartilhada criada em conjunto com os profissionais envolvidos, contém as informações dos autores, como contato telefônico, nome completo e número do processo. Com esses dados pode-se acioná-los e agendar os encontros. Podem encaminhados diretamente pelos juízes da vara de Violência Doméstica com os dias e horários dos encontros e os HAV são encaminhados direto de audiência ou via judicial, sendo esse último realizado em momentos diferentes, podendo ser eles: ação penal (AP), suspensão condicional do processo (SURCIS), medida protetiva de urgência (MPU), atenuação de pena, entre outros que julgarem necessário. Para além disso, os juízes oferecem, em qualquer momento do processo, entendendo ser uma intervenção importante para esses homens.

➤ Triagem

Esse primeiro contato com o autor é necessário para informações sobre funcionamento do grupo informando dias e horários disponíveis, durante 1h30 em encontros semanais, e que se organizem no dia do encontro, não podendo faltar.

Neste momento é realizado o contato com esses homens, independentemente da forma de encaminhamento, online ou presencial, é fundamental realizar a triagem para avaliar critérios de inclusão e exclusão. O primeiro: devem ser acusados de serem autores de violência doméstica nas varas do Distrito Federal parceiras do programa, independente de gênero. Já o segundo, critérios de exclusão, são pessoas com transtornos mentais e/ou limitações cognitivas. Além disso, pessoas da segurança pública do DF, pois para estes existe um grupo específico e com uma preparação dos facilitadores mais eficazes pelo Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), chamado de grupo refletir.

Essa triagem deve ser realizada por profissionais capacitados ou para profissionais em formação, neste caso do curso de psicologia. Isso porque requer cuidados éticos e sigilosos. Em alguns desses contatos é necessário certo acolhimento, pois se encontram em sofrimento psíquico e se sentem injustiçados por tal acusação. Outro fator que eles reclamam de não terem sido ouvidos.

As perguntas da triagem para o grupo on line são:

Tem interesse de fazer o grupo reflexivo online ou presencial? Se responder online continua, se não, siga para o próximo quadro.

Tem aparelho de celular com WhatsApp? **Neste momento, informa que será formado um grupo de WhatsApp para ele entrar e obter informações sobre o grupo online.**

Tem acesso e boa conexão de internet? O encontro online será realizado pela plataforma Microsoft Teams. Será enviado o link no grupo criado para este fim.

Você possui alguma dificuldade para ouvir, ou enxergar?

Sabe ler e escrever?

Tem tempo para um encontro semanal de 1 hora e meia? (sempre no mesmo dia e horário da semana)

Tem um local reservado que fique sozinho durante os encontros (sem que outras pessoas escutem, estejam perto ou interfiram)?

As perguntas de triagem para grupo presencial são:

Você possui alguma dificuldade para ouvir, ou enxergar?

Sabe ler e escrever?

Tem tempo e disponibilidade para um encontro semanal de 1 hora e meia? (sempre no mesmo dia e horário da semana). Já informa a quantidade de encontros.

Encontros acontecem no espaço físico do Fórum do qual tem seu processo. Informar local, dias e horários e que leve documento.

O funcionamento dos grupos será explicado na outra parte deste caderno em condução do grupo, mas é importante saber que os grupos são fechados, ou seja, não podem entrar participantes no decorrer dos encontros e não podem faltar nenhum encontro.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Uma estratégia para lidar melhor com os pensamentos automáticos que vem quando se pensa em homens autores de violência, é pensar que esses homens são seres humanos em sofrimento e que de certa forma possuem sentimentos e podem ser vítimas do machismo estrutural. Resumindo, é preciso ser imparcial e neutro na situação, com uma escuta limpa e livre de preconceitos, sem pré-julgamentos. Deixar

isso claro no grupo pode ser um fator importante pois serão ouvidos e acolhidos sem nenhum julgamento.

O objetivo de **reflexão e responsabilização** devem ficar claros durante esses encontros, não sendo um espaço de palestra, mas sim de participação de 100% de todos os membros ali presentes, cada tema discutido terá uma opinião individual, sempre respeitando a subjetividade de cada um.

O olhar da rede de cuidado, de encaminhamentos para outros setores de saúde é de extrema importância para o profissional, onde deve estar atento a essa necessidade individual de cada um, encaminhamentos para setores de saúde, educação, psicossocial, entre outros.

CONDUÇÃO DO GRUPO

Aqui não será especificado encontro por encontro, de acordo com a literatura não existe uma ordem para que cada encontro aconteça. É importante que se faça a leitura da identidade grupal, qual tema mais necessário naquele momento do grupo, o que emergiu de importante para que se trabalhe. Nota-se na prática que a ordem mais adequada seja: que um encontro tenha conexão com o outro, e não surja temas aleatórios que não fazem sentido no trabalho com autores de violência. De acordo com Yalom (2006, p 111):

cada grupo cria um conjunto de regras ou normas verbais que determinam os seus procedimentos. O grupo de terapia ideal tem normas que permitem que os fatores terapêuticos operem com máxima efetividade. As normas são moldadas pelas expectativas dos membros do grupo e pelo comportamento do terapeuta. O terapeuta tem uma grande influência no estabelecimento de normas – de fato, essa é uma função que o líder não pode evitar. As normas construídas no começo do grupo têm uma perseverança considerável. Assim, o terapeuta deve cumprir essa importante função de maneira informada e deliberada.

Sendo assim, o **primeiro encontro** seria fixo, com as atividades já propostas, pois é o início, não podendo abrir mão das atividades realizadas, que seriam: escuta e acolhimento (todos os encontros), criação de combinados (reforçar nos primeiros encontros até quando achar necessário) e apresentação dos participantes e da equipe. Segue no quadro abaixo algumas sugestões de regras para este combinado:

Sugestão de Combinados	
Grupo online	Grupo presencial
➤ Falar em 1ª pessoa	➤ Falar em 1ª pessoa
➤ Respeitar momento de fala	➤ Respeitar momento de fala
➤ Não se atrasar, tolerância COMBINADA: ATÉ 15 MINUTOS para não perder muito tempo de reflexão	➤ Não se atrasar, tolerância COMBINADA: ATÉ 15 MINUTOS para não perder muito tempo de reflexão.
➤ Estar em local reservado durante o encontro, sem interrupções.	➤ Evitar saídas da sala, a não em caso de emergência.
➤ Não é permitido faltas.	➤ Não é permitido faltas.
➤ Sigilo.	➤ Sigilo.
➤ Não dar conselhos	➤ Não dar conselhos.
➤ Respeitar opiniões, não julgar.	➤ Respeitar opiniões, não julgar
➤ Não ingerir drogas que prejudiquem a consciência antes do encontro.	➤ Não ingerir drogas que prejudiquem a consciência antes do encontro.
➤ Vestir-se adequadamente.	➤ Vestir-se adequadamente.
➤ Estar com 100% da atenção no grupo.	➤ Não utilizar o celular.
➤ Estar com a câmera ligada durante todo o encontro.	➤ Não levar objetos cortantes.
➤ Participar do grupo de whatsapp, que ficará sempre fechado, apenas para enviar link e informações do grupo.	➤ Levar documento de identidade.

Outra informação importante é que o tema de gênero é pano de fundo de todo trabalho, intervenções nesse sentido deve sempre ocorrer partindo para reflexões mais profundas possíveis dentro do entendimento deles sobre este tema: violência de gênero.

Percebe-se na tabela abaixo opções de temas para proposta de trabalho com HAV, existem mais de 8 sugestões de temas para justamente alternar, alterar e/ou unificar conforme a necessidade grupal. Devem ser utilizadas a partir do segundo encontro:

Observação: a forma de aplicação da dinâmica está no anexo deste trabalho.

TEMAS ABORDADOS	SUGESTÃO DE ATIVIDADES
Tipos de violência, ciclo da violência e dados	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pedir que reconheçam em determinada notícia que tipo de violência aconteceu. Tentativa de identificar se sabem quais são esses tipos. Utilizar reportagens de jornais. ➤ Realizar atividade sobre o ciclo da violência com imagens e fotos para entender como acontece o mesmo, perguntando se eles se reconheceram neste ciclo em algum momento da sua vida.
Lei Maria da Penha (processo, MPU, dúvidas)	<ul style="list-style-type: none"> • Convidar Defensores públicos, advogados e servidores que trabalham na área de V.D. • Cartilha sobre mitos e verdades sobre a violência contra a mulher. • Passar vídeos explicativos sobre o tema.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas como desenho às cegas* • Atividade telefone sem fio falado ou corporal* • Passos na comunicação não violenta* • Trabalhar transformação de falas de agressiva para assertiva. • Vídeos sobre o tema*
Masculinidades	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo caixa dos homens* • Vídeo chamado aos homens* • Masculinidade tóxica Ministério Público da Bahia*
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Curta metragem Acorda Raimundo Acorda* • Vídeo educativo de equidade de gênero* • Apresentar frase conhecidas como machistas para discussões do tipo concordo e discordo. • Realizar leitura de cartilhas* • Manual de dinâmicas de gênero* • Manual da boa esposa de 1950 e vídeo*
Emoções e sentimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Dado das emoções* • Trocas sobre as emoções primárias (raiva, medo, tristeza e alegria) • Vídeo sobre emoções
Autocontrole, agressividade e impulsividade	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo confusão dos biscoitos* • Vídeo taxista* • Dinâmica de se olharem por um minuto* • Atividade sobre a agressividade*
Culpa e responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeos*

	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica sobre os dois conceitos
Autoconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas e atividades práticas de reflexão roda da vida com cada participante e compartilhar as histórias.
Saúde do homem e Autocuidado	<ul style="list-style-type: none"> • Discussões sobre o que é autocuidado e saúde do homem, como cada um faz isso.
Amor, ciúmes, cuidado	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar dados sobre as motivações dos crimes contra mulher. • Falar dos conceitos de amor e cuidado a partir das falas deles
Relacionamentos saudáveis x não saudáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo tênis e frescobol*
Autorresponsabilidade e naturalização de comportamentos violentos	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica do papel amassado, atividades práticas de reflexão* • Discussão da naturalização da violência

Ter um dia livre é fundamental para inserir temáticas relevantes conforme a demanda do grupo, sempre pensando no enfoque de temática sobre a violência contra a mulher e que não seja: futebol, religião, política e outros temas polêmicos. A junção de temas em um único dia pode ocorrer desde que não seja superficial, deve haver reflexões profundas e enraizar novas perspectivas de vida relacionadas ao tema.

No último encontro não deve abrir para novos temas, apenas realiza uma retrospectiva de tudo que ocorreu nos encontros anteriores, como cada um se sentiu e, se possível, o que foi aprendido por cada participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o fenômeno da violência relacional, entende-se que não basta fugir ou dar uma volta, ou até mesmo sair de perto, sendo que o problema é muito além disso. Por isso, é essencial compreender os motivos pelos quais reagem de certa forma. Qual foi o motivo e não a reação em si, sendo necessário uma reflexão profunda sobre o conceito de violência de gênero. Esse ponto é importante de ser trabalhado no grupo, porque é necessário pensar em novas formas de agir e não apenas fugir da situação. Além disso, é aprendido que o homem “não leva desaforo para casa”, mas a experiência desse processo pode trazer o início de uma reflexão.

Pensando em todo processo que esses homens passam dentro do processo grupal, de mudanças de comportamento perceptíveis através da reflexão dos participantes, é percebido como entram de forma não responsabilizada e com vista a naturalizar o comportamento violento. Após o segundo e terceiro encontro, surgem

reflexões diferentes das iniciais, observa-se uma transformação subjetiva inicial. Nesta etapa, eles começam a refletir em comportamento que poderiam ser modificados. O reconhecimento, pelos participantes, de que o fato poderia ser evitado, talvez não seja suficiente para uma ampla mudança de comportamento, mas é o início de uma sensibilização de pensar em novas formas de agir. Surgindo uma pequena reflexão de que eles podem evitar situações de conflito e novos envolvimento com a justiça, seria o início de uma sensibilização para a problemática da violência relacional e assim acontecer uma mudança de atitude perante tal conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262-274, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BkkGwctw6WzsBbJbxSbPsNq/?lang=pt#>>. Acesso em: 6 Agosto 2023.

BRASIL. **Manual de gestão para as alternativas penais**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. 2020.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/ia-patriarcado.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS. 2002.

YALOM, I. D. **Psicoterapia de Grupo: Teoria e Prática**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ANEXOS DO CADERNO

- ✓ Link de acesso a cartilha da defensoria pública para os homens: <https://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Cartilha-de-Violencia-Domestica-e-Familiar-Contra-a-Mulher-Mitos-e-Verdades.pdf>
- ✓ Fonte dinâmica desenho às cegas: <https://desenvolvimentoemacao.com.br/copia-copia-testes-comportamentais-1-1 acesso em 27/08/24>
- ✓ **Telefone sem fio** “uma tradicional [brincadeira popular](#), na qual uma pessoa fala uma palavra ou frase (o "segredo") ao ouvido de outra pessoa ao seu lado, de modo que os demais participantes não escutem ou descubram imediatamente qual é o "segredo". Quem ouviu o segredo tenta então repeti-lo para o próximo participante e assim por diante até chegar ao último, que deve contar o segredo em voz alta. Uma das regras do jogo é que o segredo não pode ser repetido ao ouvinte da

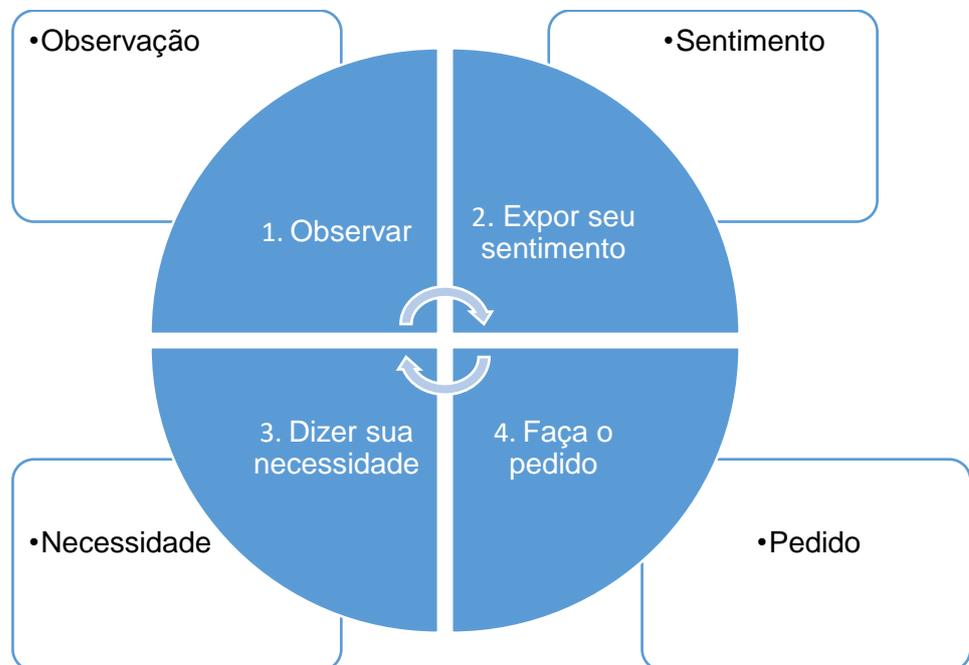
vez. Por esse motivo é comum o segredo ser mal-entendido e por isso passado ao demais ouvintes de forma cada vez mais deturpada, chegando totalmente diferente ao ouvinte final, e isso é o que torna a brincadeira divertida. É possível competirem dois grupos para ver qual grupo chega com a palavra mais fielmente ao destino. ” Fonte: Acesso em 27/08/2024 Wikipédia, segue link:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Telefone_sem_fio_\(brincadeira\)#:~:text=Telefone%20estragado%20ou%20telefone%20sem,qual%20%C3%A9%20o%20%22segredo%22.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Telefone_sem_fio_(brincadeira)#:~:text=Telefone%20estragado%20ou%20telefone%20sem,qual%20%C3%A9%20o%20%22segredo%22.)

- ✓ Telefone sem fio corporal: Forma-se uma fileira e ficam de costas. O primeiro da fila fala no ouvido do segundo uma frase pequena (ex. “O dia está lindo”) E este tem que passar através de uma mímica para o próximo e assim por diante até que chegue ao último da fila e este tenta adivinhar a frase e passa a ser o primeiro da fila.

Acesso em 27/08/24 <https://www.teatronaescola.com/index.php/planeje-sua-aula/jogos-e-exercicios-teatrais/item/232-telefone-sem-fio-corporal#:~:text=Forma%2Dse%20uma%20fileira%20e,ser%20o%20primeiro%20da%20fila.>

- ✓ Passos da comunicação não violenta:



Pedir que 4 participantes segurem folhas com os passos da comunicação não violenta um ao lado do outro, peça que alguém do grupo fale uma situação que está incomodando e precisa conversar com o interessado e neste momento faça uma simulação de como deveria ser esta comunicação de forma correta, seguindo os passos da comunicação.

- ✓ Link dos vídeos sobre os temas de comunicação:

<https://www.youtube.com/watch?v=rd1mCZVNnxE>

https://www.youtube.com/watch?v=cEHf_NcCw1Q

- ✓ Link vídeo masculinidades

1. https://www.google.com.br/search?sca_esv=3d253444b6be7bd5&sca_upv=1&sxsrf=ADLYWIKUutL6cJNHi0SnfdoolLutkyf7VTQ:1724814476928&q=caixa+do+macho&tbm=vid&source=lnms&fbs=AEQNm0AuaLfhdrTx2b9ODfK0pnmi046uB92frSWoVskpBryHTtShVNbk-60xlcGTvYzJ-DKSTGtJjS2FjB5pmTql0ubRQcrur8VCNRNtkKdC3ObBzLG5uJD927skmc0ffBzEdzkdZp52nu

[2ERhyWe9emryhFr4nDB2LaE8s4QuDoTp9HnSP9uS9slvCV2pg0Gd7Gfyv99fhHzFal7_fEgcGwelQgefBGxw&sa=X&ved=2ahUKEwi9os3R2palAxXgjZUCHdMTJ74Q0pQJegQIDxAB&biw=1536&bih=695&dpr=1.25#fpstate=ive&vld=cid:10adca0f,vid:3GY5s1DVi5w,st:0](https://www.google.com/search?q=acorda+raimundo+acorda&sca_esv=3d253444b6be7bd5&sca_upv=1&sxsrf=ADLYWIIhYfbthWyCXDgXAAQDBSKAz6IYw%3A1724814903030&source=hp&ei=NpbOZv-dPO_S1sQPvZ6H0Q8&iflsig=AL9hbdgAAAAAZs6kR9wYi9B1YTJOIhaa7vnKpcZ8eMIW&ved=0ahUK Ewj_kOKc3JalAxVvqZUCHT3PIfoQ4dUDCBc&uact=5&og=acorda+raimundo+acorda&gs_lp=Egdn3Mtd2l6lhZhY29yZGEgcmFpbXVuzG8gYWNvcMhMgoQLhiABBgnGloFMgUQABiABDIGEAAyFhgeMggQABiABBiiBEjdH1AAWLEecAJ4AJABAJgB4AGgAb0MggEGMC4xMC4xuAEDyAEAAEBmAlNoAL3DMICBBAjGCfCAgoQlxiABBgnGloFwglIREC4YgAQYsQMY0QMYgwEYxwHCAg4QLhiABBixAxiDARiKBcICCAAGIAEGLEDGIMBwglOEAAyGAAQYsQMYgwEYigXCAgoQLhiABBhDGloFwglKEAAyGAYQYxiKBcICCBAAAGIAEGLEDwglINEC4YgAQYsQMYQxiKBcICBBAAGAPCAggQLhiABBixA8ICBRAuGIAEmAMA4gMFEgExIECSBwYyLjEwLjGgB-93&scient=gws-wiz#fpstate=ive&vld=cid:8daf2c41,vid:HvQaqcYQyxU,st:0)

2. <https://www.facebook.com/marioleonypsol/videos/antes-do-tiro-o-tapaantes-do-tapa-o-gritoantes-do-grito-o-controleantes-do-contr/2228405530608630/>

3. <https://www.youtube.com/watch?v=G0sdxYkc2IE>

✓ Vídeo gênero

1. https://www.google.com.br/search?q=acorda+raimundo+acorda&sca_esv=3d253444b6be7bd5&sca_upv=1&sxsrf=ADLYWIIhYfbthWyCXDgXAAQDBSKAz6IYw%3A1724814903030&source=hp&ei=NpbOZv-dPO_S1sQPvZ6H0Q8&iflsig=AL9hbdgAAAAAZs6kR9wYi9B1YTJOIhaa7vnKpcZ8eMIW&ved=0ahUK Ewj_kOKc3JalAxVvqZUCHT3PIfoQ4dUDCBc&uact=5&og=acorda+raimundo+acorda&gs_lp=Egdn3Mtd2l6lhZhY29yZGEgcmFpbXVuzG8gYWNvcMhMgoQLhiABBgnGloFMgUQABiABDIGEAAyFhgeMggQABiABBiiBEjdH1AAWLEecAJ4AJABAJgB4AGgAb0MggEGMC4xMC4xuAEDyAEAAEBmAlNoAL3DMICBBAjGCfCAgoQlxiABBgnGloFwglIREC4YgAQYsQMY0QMYgwEYxwHCAg4QLhiABBixAxiDARiKBcICCAAGIAEGLEDGIMBwglOEAAyGAAQYsQMYgwEYigXCAgoQLhiABBhDGloFwglKEAAyGAYQYxiKBcICCBAAAGIAEGLEDwglINEC4YgAQYsQMYQxiKBcICBBAAGAPCAggQLhiABBixA8ICBRAuGIAEmAMA4gMFEgExIECSBwYyLjEwLjGgB-93&scient=gws-wiz#fpstate=ive&vld=cid:8daf2c41,vid:HvQaqcYQyxU,st:0

2. <https://www.youtube.com/watch?v=04u0UHEq2f4>

✓ link para https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/questionario_homens.pdf cartilhas:

✓ link para manual de jogos para não violência e igualdade de gênero

<https://cidadaniaemportugal.pt/wp-content/uploads/recursos/coolabora/coolkit.pdf>

✓ link vídeo e em seguida link manual

1. <https://www.youtube.com/watch?v=pUMjLABkdvk>

2. <https://www.awebic.com/guia-boa-esposa-1950/>

✓ Atividade Dados das emoções

Pedi que cada participante jogue o dado com as emoções primária e diga uma situação que sentiu aquela emoção, com objetivo de identifique seus sentimentos.

✓ Link emoções

<https://www.youtube.com/watch?v=IptgZSmFNj8>

✓ link impulsividade

1. <https://www.youtube.com/watch?v=LfXv27cl3jE>

2. <https://www.youtube.com/watch?v=KXENGBxWjTo>

✓ link dinâmica domínio próprio

<https://www.youtube.com/watch?v=zPh5WRjFAHg>

✓ atividade agressividade

Pedir que cada participante escreva no papel o que deixa ele com muita raiva de forma que fique agressivo, recolha e redistribua o papel de forma que outro participante leia o que deixa com raiva de outro colega e assim eles se ajudar.

- ✓ Link para roda da vida

<https://www.linharescoach.com.br/tag/roda-da-vida/>

- ✓ vídeo culpa e responsabilidade

https://www.youtube.com/watch?v=WHMFWjgv6uA&list=PLbri737CczZ7SjYLBGunMcP6T_nfxdxSH&index=6

- ✓ Atividade de conceito

Perguntar para cada participante o que eles sabem ou acham que é cada conceito e discutir sobre o quanto é ruim sentir a culpa não modifica comportamentos. Já o sentimento de responsabilidade pode transformar alguma atitude.

- ✓ Link vídeo tênis e frescobol

<https://www.youtube.com/watch?v=y1nCThA-wcY>

- ✓ dinâmica do papel amassado

É solicitado que todos os membros olhem bem para aquela folha e pense em um sentimento negativo, ou uma situação ruim e depois a amassem e formem uma bolinha de papel. Em seguida, peça que todas as pessoas tentem desamassar o papel e deixá-lo igual ao que estava antes. Todos os membros vão tentar fazer o papel voltar ao estado inicial e até mesmo sugerir ideias para que fique como antes, entretanto, cada folha estará alterada e não terá mais a mesma forma de antes de ser amassada. Na hora da reflexão acerca do significado da dinâmica, alguns aprendizados podem ser extraídos. Entre eles que nossos atos têm consequências.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 27 de Junho de 2023

Assinado por:
Cristiane Tomaz Rocha
(Coordenador(a))

Endereço: Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1947 **E-mail:** cepfsunb@gmail.com

ANEXO 2

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: SEP Sul EQ. 704/904 Conjunto A**Bairro:** ASA SUL**CEP:** 70.390-045**UF:** DF**Município:** BRASILIA**Telefone:** (61)3704-8851**E-mail:** cep@udf.edu.br

Página 04 de 05



Continuação do Parecer: 6.467.549

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 27 de Outubro de 2023

Assinado por:
Samuel da Silva Aguiar
(Coordenador(a))